

DÁLIA MARIA MOREIRA DA CUNHA

Impacto da Violência Conjugal
Nas Práticas Educativas Parentais: O Olhar da Mãe

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

Porto, 2009

DÁLIA MARIA MOREIRA DA CUNHA

Impacto da Violência Conjugal
Nas Práticas Educativas Parentais: O Olhar da Mãe

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

Porto, 2009

DÁLIA MARIA MOREIRA DA CUNHA

Impacto da Violência Conjugal
Nas Práticas Educativas Parentais: O Olhar da Mãe

Dissertação apresentada à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia da Saúde e Intervenção Comunitária sob orientação da Prof. Doutora Ana Sani.

Resumo

A mulher vítima de violência conjugal, tem vindo a merecer especial destaque entre as mais diversas formas de violência. Actos de agressão e maus-tratos exercidos contra as mulheres podem acarretar problemas físicos, além de problemas de ordem psicológica e social. As sequelas do abuso poderão influenciar o seu papel de mãe no exercício das práticas educativas com os seus filhos.

O presente estudo teve como objectivo analisar o impacto da violência conjugal exercida contra as mulheres nas práticas educativas parentais sobre os seus filhos. Após uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, debruçamo-nos sobre o estudo empírico de forma a concretizar os objectivos propostos. A nossa investigação teve dois momentos cruciais. No primeiro momento, baseando-nos numa abordagem de carácter quantitativo, analisamos as diferenças existentes ao nível das práticas educativas utilizadas por um grupo de mulheres (mães) vítimas de violência conjugal (N=30) e um grupo de não vítimas (N=30), através da aplicação do Inventário de Práticas Educativas (I.P.E.). A amostra total foi constituída por mães pertencentes a famílias abrangidas pela prestação pecuniária do Rendimento Social de Inserção (R.S.I.) residentes num concelho do Norte do país. De seguida avançamos com uma parte de carácter exploratório, de abordagem qualitativa, na qual realizamos entrevistas a seis mães sinalizadas como vítimas, escolhidas de forma intencional de entre o primeiro grupo.

Os resultados do estudo quantitativo revelam que, ao nível das práticas educativas adequadas não se verificam diferenças significativas entre os grupos, no entanto, quando comparados em termos do recurso às práticas inadequadas (e.g., punição física, práticas inadequadas não abusivas, maus-tratos físicos e emocionais) as diferenças são significativas. As mães pertencentes ao grupo das vítimas revelam utilizar com mais frequência práticas inadequadas com os seus filhos. Mediante as entrevistas efectuadas, podemos ainda verificar que as mães reconhecem que a violência conjugal de que são vítimas interfere nas práticas educativas com os seus filhos, nomeadamente no que se refere às dificuldades que sentem em responder às necessidades dos filhos.

Abstract

The woman victim of domestic violence has deserved a special distinction among the several forms of violence. Acts of aggression and abuse against women can give rise to physical problems, beyond psychological and social problems. The consequences of the abuse may influence their role as a mother in the exercise of the educational practices with their children.

The present study has the goal of analyze the impact of domestic violence against women in their parenting educational role with their children. The empirical study that accomplishes that goal follows a brief bibliographic summary.

Our research had two crucial moments. In a first moment, supported by a quantitative approach, we analysed the differences in educational practices between a group of women (mothers) that were victims of domestic violence (N=30) and a group of non-victims (N=30), trough the application of the Educational Practices Inventory (E.P.I.). The sample was composed by mothers belonging to families that receive the Social Insertion Income (R.S.I) living in a district in the north of the country. Following that, we moved to a more exploratory work, based on a qualitative approach, in which we conduct interviews to six mothers, targeted as victims, intentionally chosen from the first group.

The results from the quantitative study reveal that there are no significant differences between the two groups of woman in what concerns their educational practices. Nevertheless, when compared in terms of non-adequate practices (e.g., physical punishment, non abused inadequate practices, physical and emotional abuse) the differences are significant. The mothers belonging to the group of victims reveal to use more often inadequate practices with their children. By means of the interview carried through, we could also realise that the mothers acknowledge the fact that being victims of domestic violence affects their educational practice, namely in what concerns their difficulty in respond to their children's needs.

Résumé

La femme victime de violence conjugale, est venue à mériter spéciale proéminence entre les plus diverses formes de violence. Des actes d'agression exercés contre les femmes peuvent causer des problèmes physiques, outre des problèmes d'ordre psychologique et social. Les séquelles d'abus pourront influencer leur rôle de mère dans l'exercice des pratiques éducatives avec leurs enfants.

La présente étude a eu pour objectif vérifié l'impact de la violence conjugale exercée contre les femmes dans les pratiques éducatives parentales sur leurs enfants. Après une recherche bibliographique sur le sujet, on s'est consacré sur l'étude empirique de manière à concrétiser les objectifs proposés. Notre recherche a eu deux moments cruciaux. Au premier moment, en se consacrant dans un abordage de caractère quantitatif, nous avons analysé les différences existantes au niveau des pratiques éducatives utilisées par un groupe de femmes (mères) des victimes de violence conjugale (N=30) et un groupe non victimes (N=30), pour cela nous avons appliqué l'Inventaire de Pratiques Éducatives (I.P.E.). L'échantillon total a été constitué par des mères appartenant à des familles couvertes par la prestation pécuniaire du Revenu Social d'Insertion (R.S.I.) résidant dans une commune du Nord du pays. De suite nous avons avancé avec une partie de caractère exploratoire, d'abordage qualitatif, dans lequel nous avons réalisé des entrevues à six mères signalées comme victimes, choisies de forme intentionnelle parmi le premier groupe.

Les résultats de l'étude quantitative révèlent que, au niveau des pratiques éducatives ajustées on ne vérifie pas des différences significatives entre les groupes, néanmoins, quand comparées en termes de ressource aux pratiques inadéquates (e.g. punition physique, pratiques inadéquates non abusives, violence physiques et émotionnelles), les différences sont significatives. Les mères appartenant au groupe des victimes révèlent utiliser avec plus de fréquence des pratiques inadéquates avec leurs enfants. Moyennant les entrevues effectuées, nous pouvons encore vérifier que les mères reconnaissent que la violence conjugale dont elles sont victimes intervient dans les pratiques éducatives avec leurs enfants, notamment en ce qui concerne les difficultés qu'elles sentent à répondre aux nécessités des leurs enfants.

Dedicatória

A todas as mães que sofrem e confortam!

Agradecimentos

Aos meus pais, pelo amor, apoio e incentivo incondicionais e pela compreensão e paciência nos fins-de-semana de tanto trabalho e, sobretudo, por me terem ensinado o precioso valor da família.

Ao meu Heitor, por existir e, apesar de ainda tão pequenino, preencher a minha vida com muitos momentos de alegria, boa disposição, conforto e amor.

Aos meus irmãos (Cita, Anita e Carlinhos) e cunhado por fazerem parte da minha vida e, de alguma forma, me terem ajudado a enfrentar este caminho.

A todos os meus avós, que apesar de já não estarem entre nós, sei que escutam sempre as minhas preces e acompanham os meus dias.

Ao Zé, “turbilhão” da minha vida, por todo o amor, dedicação e paciência demonstrados numa fase crucial deste estudo.

Aos meus amigos do trabalho (Liliana, Raquel, Ana e Emídio) pelo carinho, compreensão, incentivo e ajuda sempre que precisei.

A todos os meus colegas do NLI, por terem acedido a alguns dos meus pedidos.

Ao Núcleo de Qualificação Familiar e Territórios, por ter autorizado a aplicação de inquéritos e entrevistas às famílias beneficiárias de R.S.I.

À Doutora Ana Isabel Sani, pela competência e segurança durante todo este período de orientação, factores que possibilitaram a construção deste trabalho. Agradeço pela atenção dedicada, pelo incentivo em momentos mais difíceis, pelas valiosas sugestões e sobretudo pelo empenho demonstrado na fase final.

Às mulheres que integraram este estudo, pela disposição em estabelecer uma relação de confiança, compartilhando as suas histórias de vida, as dificuldades enfrentadas no quotidiano, os momentos de alegrias e tristezas, contribuindo não somente para a produção de conhecimentos, mas para o nosso crescimento pessoal.

A todas (os) cujos nomes não foram aqui citados, mas que colaboraram para a execução desta dissertação o meu sincero e profundo **Obrigada!**

Índice Geral	
INTRODUÇÃO	1
Capítulo I – Problemática da Violência	4
Introdução	4
1.1. Problemática da Violência	4
1.2. Violência Doméstica/Familiar	4
1.3. Abordagens teóricas sobre violência familiar	9
1.3.1. As abordagens centradas no indivíduo	9
1.3.2. As abordagens sociais e familiares	12
1.3.3. As abordagens sociais e culturais	13
1.3.4. As abordagens ecológicas	19
1.4. Mitos sobre a violência familiar	20
1.5. Violência conjugal sobre a mulher	22
1.5.1. O Ciclo da violência de Walker	24
1.5.2. Tipologia da violência conjugal	26
Síntese conclusiva	27
Capítulo II – Parentalidade	29
Introdução	29
2.1. Definição de parentalidade	29
2.2. Estilos e Práticas Educativas Parentais	30
2.3. Impacto da Violência Conjugal sobre a mulher nas práticas educativas parentais	35
Síntese conclusiva	42

Capítulo III – Apresentação do estudo empírico	44
Introdução	44
3.1. Estudo quantitativo	44
3.1.1. Objectivos do estudo	45
3.1.2. Hipóteses de estudo	45
3.1.3. Método	46
3.1.3.1. Participantes	46
3.1.3.2. Instrumento - Inventário de práticas educativas	49
3.1.3.3. Procedimento	50
3.1.4. Tratamento de dados	50
3.1.5. Apresentação dos resultados quantitativos	50
3.1.5.1. Análise descritiva	50
3.1.5.2. Análise diferencial	55
3.2. Estudo Qualitativo	57
3.2.1. Objectivos e perguntas de partida	58
3.2.2. Método	58
3.2.2.1. Participantes	58
3.2.2.2. Instrumento	59
3.2.2.3. Procedimento	60
3.2.3. Tratamento dos dados	60
3.2.4. Apresentação dos resultados	61
3.3. Discussão dos resultados	66
4. Limitações do estudo e conclusão	71
Referências bibliográficas	73
Anexos	81

Índice de Figuras

Figura1. “Power and Control Wheel	18
Figura2. Modelo ecológico de leitura da violência familiar	19
Figura3. Distribuição da amostra em função da idade	47
Figura4. Distribuição da amostra em função das habilitações literárias	48

Índice de quadros

Quadro 1. <i>Características da idade da amostra</i>	47
Quadro 2. <i>Distribuição da amostra em relação ao N.º de filhos</i>	48
Quadro 3. <i>Distribuição da amostra em relação à idade dos filhos</i>	48
Quadro 4. <i>Maus tratos físicos</i>	51
Quadro 5. <i>Comportamentos potencialmente maltratantes</i>	52
Quadro 6. <i>Maus tratos emocionais</i>	52
Quadro 7. <i>Punição física</i>	53
Quadro 8. <i>Práticas inadequadas mas não abusivas</i>	54
Quadro 9. <i>Práticas adequadas</i>	54
Quadro 10. <i>Teste t de Student para os grupos de vítimas e não vítimas nos factores do I.P.E</i>	55

Índice de anexos

Anexo 1 - Inventário de Práticas Educativas	82
Anexo 2 - Declaração do consentimento do Núcleo de Qualificação Familiar e Territórios para a realização do estudo	87
Anexo 3 - Declaração do consentimento para aplicação dos questionários	89
Anexo 4 - Quadros de análise de frequências aos itens e cruzamento de Variáveis	91
Anexo 5 - Guião da entrevista	100
Anexo 6 - Declaração do consentimento para a realização da entrevista	102
Anexo 7 - Matrizes conceptuais de análise de conteúdo	104

*Mulher, como te chamas? – Não sei.
Quando nasceste, tua origem? – Não sei.
Por que cavaste um buraco na terra? – Não sei.
Há quanto tempo estás aqui escondida? – Não sei.
Por que mordeste o meu anelar? - Não sei.
Sabes, não te faremos mal nenhum. – Não sei.
De que lado estás? – Não sei.
É tempo de guerra, tens de escolher. – Não sei.
Existe ainda a tua aldeia? – Não sei.
E estas crianças, são tuas? – Sim.*

(Szymborka, 1996 citado por Zucchi, 2000)

INTRODUÇÃO

O fenómeno da violência e do mau trato no seio da família não são novos embora só desde a algumas décadas tenham começado a ser considerados como um grave problema social (Alarcão, 2006). Em décadas distintas, estudos científicos debruçaram-se sobre os alvos mais vulneráveis da violência familiar: nos anos sessenta, os maus-tratos e a negligência das crianças; nos anos setenta, a violência contra as mulheres; nos anos oitenta, o abuso sexual de crianças e, nos anos noventa, os maus-tratos aos idosos (Matos, 2006).

O elevado interesse pelo estudo da violência tem suscitado ao longo dos últimos anos várias abordagens que procuram dar explicações para a ocorrência deste problema. As pesquisas que vem sendo efectuadas deparam-se com dificuldades quer a nível da clarificação e delimitação do próprio conceito, quer em termos da compreensão e classificação das formas e /ou tipos de violência. Apesar de todas estas abordagens e suas diversas teorias parece-nos importante olhar para o problema sob uma forma “interdisciplinar” promovendo assim a integração de várias disciplinas sobre o mesmo problema, frequentemente severo e persistente e, muitas vezes resulta em graves consequências físicas, psicológicas e sociais (Dobash & Dobash, 1979; Pagelow, 1984 citado por Nazroo, 1995).

A relevância do tema prende-se, por um lado, com o elevado número de crianças e mulheres expostas a actos de violência familiar e por outro, por se tratar de um assunto que ainda está pouco explorado na literatura (DeVoe e Smith, 2002) será uma mais-valia para a comunidade científica. Sendo estes dois grupos os mais afectados pela violência na família, importa-nos estudar o modo como a mãe, vítima de maus tratos conjugais, assume a sua parentalidade para com os seus filhos.

O presente trabalho encontra-se organizado em duas partes. A primeira parte corresponde à revisão de literatura e é constituído por dois capítulos. O primeiro aborda, de uma forma geral, as questões da violência sobre as diversas abordagens explicativas. No segundo, abordamos os aspectos relacionados com a parentalidade (estilos e práticas educativas) e procuramos perceber qual o impacto, mediante a revisão da literatura, que a violência sobre a mulher provoca no exercício da parentalidade, tendo por base a perspectiva da mãe (mulher) uma vez que é fundamental perceber e identificar quais os

aspectos positivos e quais os aspectos negativos que advém desta relação (mãe-filho) vivida em contexto de violência (Levendosky, Lynch & Graham-Bermann, 2000).

Na segunda parte, constituída pelo terceiro capítulo, corresponde ao estudo empírico realizado, onde se apresentam e analisam os resultados da aplicação de um questionário sobre práticas educativas administrado a mães vítimas e a mães não vítimas de violência conjugal. Esta investigação procurou conciliar metodologias quantitativas e qualitativas. Relativamente à parte qualitativa apresentamos e analisamos os dados obtidos através de entrevistas realizadas junto de vítimas de violência conjugal, onde procuramos aprofundar a realidade percebida sobre os aspectos dessa vitimação que influenciaram ou influenciam nas suas práticas educativas parentais.

Parte Teórica

Capítulo I – Problemática da Violência

Introdução

No presente capítulo pretendemos efectuar uma abordagem geral sobre a problemática da violência ilustrando alguns dados da sua prevalência disponíveis em Portugal, assim como apresentar algumas abordagens teóricas que se tem debruçado sobre este problema. Faremos ainda referência a alguns mitos da violência familiar que teimam em persistir na nossa sociedade e, apoiando-nos no ciclo da violência e nas tipologias mais comuns, iremos abordar especificamente a problemática da violência conjugal exercida sobre a mulher.

1.1. Problemática da Violência

A violência é um problema antigo, intrínseco do ser humano que sempre estará presente nos seus comportamentos. É uma prática comum (uma vez que ocorre com elevada frequência na sociedade), generalizada (não discrimina classes sociais, idades, raças, etc.), grave (são inúmeras as fatalidades e prejuízos que acarreta) e é universal (ocorre em todos os países, com as mais diversas culturas). Sempre existiu, possivelmente, sempre irá existir a nível social e familiar (Costa & Duarte, 2000) e, só será possível de ser atenuado quando devidamente compreendido. A violência é forma de exercício de poder¹ sobre pessoa ou grupo colocando-a em posição de inferioridade ou de subordinação numa tentativa de a controlar e dominar (Wolf, Wekerle & Scott, 1997 citado por Sani, 1999; Walker, 1979 citado por Matos, 2002). A violência surge, pois, como um exercício de poder arbitrário do mais forte sobre o mais fraco.

1.2. Violência Doméstica/Familiar

A problemática da violência doméstica tem, nos últimos anos, vindo a assumir uma centralidade e importância crescente na área dos Direitos Humanos, cujo significado importa sublinhar. No entanto, o facto, desta questão ter sido ao longo dos séculos encarada com absoluta naturalidade, fazendo parte dos comportamentos tidos como “aceitáveis”, aponta a enorme dimensão do fenómeno e a necessidade de várias

¹ Hoffman (1996, citado por Ceconello, De Antoni & Koller, 2003, p. 46), define poder “como o potencial que uma pessoa tem para compelir a outra a agir de maneira contrária à sua própria vontade”.

abordagens e medidas multidisciplinares abrangentes, com vista a combater, aquilo que finalmente se considerou como um crime, razão pela qual, a nível legislativo (e.g. lei 48/2007; lei 59/2007²), não se têm poupado esforços para tentar minimizá-lo.

O significado do crime público vai muito para além da sua forma penal. Esta declaração tem implicada uma responsabilização do Estado, dos serviços públicos e de toda a sociedade, para um problema que não era possível continuar a ignorar. Hoje é mais fácil denunciar o problema, pedir apoio, acusar o agressor, mas estamos ainda longe de considerar que estão criadas todas as condições para fazer frente a este crime que faz milhares de vítimas directas e indirectas que, perante a possibilidade de ocorrência de agressões graves pode estar associado o risco de homicídio de um dos cônjuges

Foi a partir da década de oitenta que em Portugal a violência doméstica passou a ser identificada como um problema social. Tal como sucedeu nos países que inicialmente identificaram este fenómeno, no nosso país, primeiramente foram denunciados pela comunidade pediátrica os maus-tratos às crianças, enquanto a violência experimentada por muitas mulheres nos seus próprios lares contava com a denúncia e apoio de certas organizações não governamentais (e.g. Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, a Associação de Apoio à Vítima e a Associação de Mulheres contra a Violência) (Dias, 1996).

Em 2007, a violência doméstica sofreu uma transformação muito significativa no que respeita ao regime jurídico-penal que a enquadra. Com efeito, a revisão efectuada no Código Penal, ao abrigo da Lei n.º 59/2007, já referido anteriormente, consagrou-a como crime autónomo, ampliando o seu âmbito subjectivo, introduzindo uma agravação do limite mínimo da pena, no caso de o facto ser praticado na presença de menores ou no domicílio da vítima, e reforçando as medidas protectoras da vítima, entre outras alterações igualmente relevantes (artigo 152º).

² O Artigo 152.º do Código Penal Português – Lei n.º 59/2007, publicado em Diário da República (1.ª Série) em 04 de Setembro de 2007 estabelece o seguinte: **Violência Doméstica** assume a natureza de crime público, o que significa que o procedimento criminal não está dependente de queixa por parte da vítima, bastando uma denúncia ou o conhecimento do crime, para que o Ministério Público promova o processo. O procedimento criminal inicia-se com a notícia do crime e, pode ter lugar através da apresentação de queixa por parte da vítima de crime, ou da denúncia do crime por qualquer pessoa ou entidade, numa Esquadra da PSP, Posto da GNR, Polícia Judiciária, ou directamente no Ministério Público.

Segundo nos revela o Ministério da Administração Interna (MAI), os valores de 2007 para os crimes de violência doméstica, apresentam um crescimento linear e acentuado - crescimento anual médio a nível nacional é de 12,2%. Não sendo um facto isolado no quadro das estatísticas internacionais sobre violência doméstica, e como tal susceptível das mesmas interpretações, que no essencial referem tratar-se de uma transformação qualitativa nos padrões de aceitabilidade social da violência no quadro das relações interpessoais, sobretudo das familiares, há no entanto que sinalizar que as instituições policiais têm vindo a aumentar a sua capacidade de atendimento às vítimas, bem como do seu acompanhamento, ao mesmo tempo que aumentam significativamente os meios de investigação deste tipo de crime, para cada uma das Forças de Segurança (GNR e PSP). A integração desta problemática social no quadro das estratégias de policiamento de proximidade, quer da GNR, quer da PSP, tem evidentes repercussões na capacidade de conhecer e registar estas ocorrências. De referir também o investimento nacional feito na melhoria das condições de atendimento às vítimas nos Postos e Esquadras, garantindo mais protecção, melhor acolhimento, acrescida reserva à vítima, através da generalização as salas de atendimento em todos os edifícios policiais com funções de atendimento ao cidadão construídos depois de 1996, e da criação de muitas outras em instalações mais antigas, espalhadas de Norte a Sul. Ainda em 2007, e ao abrigo da formulação de Recomendações Técnicas para Instalações das Forças de Segurança, essas mesmas salas de atendimento foram integradas e melhoradas conceptualmente no âmbito dos novos programas espacio-funcionais (MAI, 2007).

No ano de 2006 o relatório do Ministério da Administração Interna explicava o aumento dos crimes ligados à violência doméstica, pela conjugação de diversos factores. Por um lado, a crescente sensibilização, quer da opinião pública, quer das Forças de Segurança, para a gravidade e dimensão escondida deste fenómeno social. Por outro, as campanhas e acções desenvolvidas por cada uma das Forças de Segurança. No caso da GNR, tratou-se, em grande medida, do apoio específico proporcionado às vítimas de violência doméstica, nas 249 salas dedicadas, espalhadas por todo o território nacional, bem como a criação de um órgão de sub-especialização de investigação criminal, que se designou de Núcleo Mulher e Menor (NMUME). No caso da PSP, tratou-se, em grande parte, da formação ministrada aos seus elementos, das parcerias desenvolvidas com entidades de apoio à vítima e da criação de Equipas de Proximidade de Apoio à Vítima (EPAV) existentes em cada um dos Comandos Metropolitanos e Regionais, as quais têm como

finalidade a prevenção da violência doméstica, apoio às vítimas de crime, acompanhamento pós-vitimação e detecção das cifras negras. Assim, o aumento das participações por violência doméstica no nosso país deve ser tendencialmente interpretado como uma evolução positiva, no sentido em que poderemos estar perante uma redução crescente das cifras negras e não um aumento real do fenómeno, a atestar uma maior consciência dos direitos das vítimas, um maior receio dos agressores, uma maior e melhor capacidade de resposta das autoridades policiais e uma maior pressão da opinião pública para a redução drástica da expressão do fenómeno (MAI, 2006).

De acordo com a Lei 88/2003 entende-se por violência doméstica toda a violência física, sexual ou psicológica que ocorre em ambiente familiar e que inclui, embora não se limitando a, maus tratos, abuso sexual de mulheres e crianças, violação entre cônjuges, crimes passionais, mutilação sexual feminina e outras práticas tradicionais nefastas, incesto, ameaças, privação arbitrária de liberdade e exploração sexual e económica. Embora maioritariamente exercida sobre mulheres, atinge também, directa e ou indirectamente, crianças, idosos e outras pessoas mais vulneráveis, como os deficientes.

Manita (2005) refere que a violência doméstica poderá ser entendida como:

Um comportamento violento continuado ou um padrão de controlo exercido, directa ou indirectamente, sobre qualquer pessoa que habite no mesmo agregado familiar (e.g., cônjuge, filhos, pai, mãe, avó, avô), ou que mesmo não co-habitando, seja seu companheiro(a) ou ex-companheiro(a), e que resulte em danos físicos, sexuais, emocionais, psicológicos, imposição de isolamento social ou de privação económica, ou vise dominar o outro, fazê-lo sentir-se subordinado, incompetente, sem valor, ou viver num clima de medo (p.7).

Trata-se de uma definição bastante completa, uma vez que engloba actos que resultam em violência quer física quer psicológica, respeitante não só aos cônjuges mas sim a toda a família ou pessoas inseridas legalmente num determinado lar. Assim entendida, a violência doméstica abrange uma complexidade de situações ligadas à intimidade dos cidadãos e é, por isso mesmo, extremamente difícil de combater.

Para Andrews (1994, citado por Dias, 2004) a violência na família é definida como:

Qualquer acto ou ameaça que resulte em injúria física ou psicológica e que é praticado por uma pessoa contra outro indivíduo com o qual tal pessoa tem ou teve parentesco por laços de sangue ou casamento ou outra forma legal de parentesco ou com quem tal pessoa está ou estava legalmente a residir (p. 92).

Em Portugal, a violência doméstica continua na liderança das estatísticas criminais. Segundo os dados apresentados pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV, 2008), o crime da violência doméstica representa 90% do total das categorias expostas. As relações entre autor do crime e vítima são, na maioria, relações familiares. Mais de metade dos ofensores são cônjuges ou companheiros das vítimas (55,3%) e, no que diz respeito à relação do autor do crime com a vítima, os valores apontam para a residência comum (67,2%) como o local do crime mais vezes registado, tendendo assim para a vitimação do tipo continuada (80%). Seguindo a orientação de anos anteriores, de entre os 6980 casos de violência doméstica, cerca de 90% dos mesmos foram praticados contra mulheres, situando-se estas fundamentalmente nas faixas etárias entre os 26 e os 45 anos de idade (34,6%), casadas (47,6%) pertencendo a um tipo de família nuclear com filhos (51,6%).

Apesar dos dados apresentados demonstrarem que a violência é um problema real, permanecem sérias dificuldades para se conhecer a real magnitude deste problema, principalmente porque é considerado como uma questão do mundo privado e pela tradição social marcada pelas relações hierárquicas de género. A violência exercida nas relações de intimidade ainda é um fenómeno cercado pelo silêncio, pela dor, pela proximidade entre o ofensor e a vítima, da qual advém o medo da repetição da agressão e pelo próprio desconhecimento da vítima relativamente aos seus direitos (Matos, 2002).

A Violência doméstica, violência familiar e violência conjugal são termos que, embora utilizados constantemente com sinónimos, devem ser considerados distintos, nomeadamente, no que diz respeito aos seus actores. A violência conjugal é mais restrita ao casal, e será analisada mais à frente neste trabalho.

1.3. Abordagens teóricas sobre violência familiar

Segundo o III Plano Nacional para a Igualdade - Cidadania e Género 2007 - 2010 (III PNICG) a violência de género constitui um dos expoentes máximos da desigualdade histórica entre homens e mulheres, tratando-se de um fenómeno global, como foi reconhecido pelas Nações Unidas e nos relatórios internacionais sobre direitos humanos. "Uma característica essencial desta violência é o facto de ser estrutural, integrando-se nos modelos de relações familiares e sociais, públicas e privadas, que se tem estabelecido entre homens e mulheres" (III PNICG, 2007).

Apesar de o lar ser idealizado como um espaço feliz e seguro, a violência coabita diariamente, fazendo parte integrante da vida quotidiana de muitas famílias (Dias, 2004), neste sentido, inúmeros estudos tem sido desenvolvidos com o intuito de encontrar uma explicação ou, pelo menos, tentar compreender a génese da violência familiar que vão desde as perspectivas sociológicas e psicodinâmicas às abordagens centradas na patologia individual do agressor e ainda os modelos de cariz sistémico (Costa & Duarte, 2000).

Os discursos, socialmente construídos, são fulcrais nas explicações da violência na intimidade, auxiliando a uma melhor e mais eficaz leitura do fenómeno. Estes discursos são inúmeros, contudo, têm sido sistematizados em três abordagens teóricas fundamentais: as abordagens centradas no indivíduo, as abordagens sociais e familiares e as sócio-culturais (Matos, 2006). Contudo, nenhuma destas abordagens consegue, por si só, abranger toda a complexidade dos fenómenos da violência conduzindo assim, ao aparecimento de modelos ecológicos cujo objectivo era analisar as influências intra e inter-sistémicas da violência (Alarcão, 2006).

1.3.1. As abordagens centradas no indivíduo

Foi a partir das características de personalidade que se iniciaram as investigações sobre a violência familiar (Costa & Duarte, 2000; Matos, 2006). Esta abordagem focaliza a sua atenção na compreensão das acções que conduzem os vitimadores a abusarem das suas mulheres assim como, identificar as características psicológicas das mulheres que suportam tais abusos (Matos, 2002). Explicam o comportamento do agressor pela existência de problemas psicológicos como desordens na personalidade, pelas

experiências da infância (Antunes, 2002), baixa auto-estima, dificuldades na empatia, comunicação e auto-controlo. De notar que, as primeiras teorias sobre a violência conjugal assentavam em opiniões generalizadas de que o ofensor era doente ou perturbado (Matos, 2002).

O consumo de drogas e/ou álcool por parte do agressor é outra das características citadas por este modelo de abordagem (Matos, 2002). Para alguns autores, o consumo de álcool, surge frequentemente referenciado nas histórias de violência entre casais, como factor desorganizativo, com consequências acrescidas na crise familiar, no entanto, não deve merecer particular citação em termos causais (Leonard, 1999; Wilson, 1997 citado por Sani, 2006). Alguns estudos revelam que homens com problemas de alcoolismo tendem a abusar das suas parceiras, estejam ou não sóbrios. No entanto, a violência parece ser mais reiterada em comparação com aqueles que não padecem deste problema (Brown, 1991 citado por Costa & Duarte, 2000). Não obstante o ciúme e a diferença de valores (má formação moral do autor, desigualdade entre homens e mulheres), do ponto de vista das vítimas, o álcool permanece entre as razões mais apontadas, nomeadamente no que se refere às agressões físicas (Barroso, Leandro, Patrício & Santana, 2008). O argumento do álcool também condiciona muitas vezes as vítimas, fazendo-as acreditar que o agressor é mais um homem “doente” do que abusivo e que, uma vez resolvido o alcoolismo, a violência cessará (Matos, 2006). Podemos inferir que o “alcoolismo e a violência conjugal são duas síndromas separadas que, na prática, frequentemente coexistem” (Costa, *et al.*, 2000, p.36).

A par do alcoolismo, Mears, Carlson, Holden e Harris (2001 citado por Matos, 2006), num estudo dedicado à análise do papel de diferentes factores associados à vitimação na relação íntima acrescentam que o uso de drogas (e.g. cocaína, o *crack*, a heroína) e as dependências estão associadas a um maior risco de revitimação.

As abordagens intra-individuais defendem ainda que o cônjuge maltratante ao agredir a sua esposa está a descarregar raivas e frustrações que sente em relação a outros com as quais ele não consegue lidar directamente (Matos, 2002), ou seja, ele canaliza estes sentimentos para alguém que, à partida, está numa situação mais vulnerável.

Além de verificarmos que estas perspectivas conferem a violência a condições patológicas do agressor, alguns dos seus defensores também consideram que existem

patologias das próprias vítimas, dado estas tolerarem tais abusos. A título de exemplo, a par de serem concebidas como frágeis, persiste a ideia da “predisposição da vítima para a violência” e a “teoria do masoquismo” que defende que a mulher que gosta de permanecer numa relação abusiva é porque gosta ou poderá estar doente (Alexander, 1993 citado por Matos, 2002). Contudo, esta teoria tem sido alvo de inúmeras críticas, por um lado, as reacções das mulheres não são sempre iguais, por outro, muitas vezes elas acabam por nem sentir que existem outras opções (Matos, 2002).

Apesar da reacção de cada mulher vítima ser única torna-se possível identificar um conjunto de características comuns a todas as elas. Assim, segundo a perspectiva de Walker (1994 citado por APAV, 1999) podem verificar-se distúrbios cognitivos e de memória (a mulher vítima pode apresentar disfunções cognitivas sob a forma de flashbacks, pesadelos, dificuldades de atenção e concentração, confusão mental, crenças erróneas sobre si própria e sobre as outras pessoas, memórias frequentes dos acontecimentos traumáticos) em que estas reacções levam ao desenvolvimento de dificuldades, sobretudo ao nível das tomadas de decisão; comportamentos depressivos ou de grande evitamento - a mulher vítima desenvolve um estilo cognitivo pessimista, associado à depressão, tem vergonha de revelar o seu problema a outrem, encontra-se muito confusa e emocionalmente fragilizada, culpa-se a si própria do problema que está a viver, isola-se, não tem muitos relacionamentos sociais, desvaloriza-se enquanto pessoa, apresentando uma baixa auto-estima; distúrbios de ansiedade (ela fica desorganizada, tornando-se hiper-vigilante em relação a sinais de perigo, tem fobias e ataques de ansiedade, sintomas psicofisiológicos, associados ao stress e à ansiedade).

Apesar destas características, não se poderá ver as mulheres vítimas de violência conjugal enquanto pessoas com uma patologia, por apresentarem sintomas. Estes antes devem ser vistos como mecanismos de sobrevivência (Walker, 1994 citado por APAV, 1999) psicológica que cada uma acciona de maneira diferente para suportar a vitimação.

Este conjunto de explicações intra-individuais centradas no agressor ou na vítima revelou-se insuficiente e inadequado para compreender a generalidade das situações, (Gelles & Loseke, 1993). Além disso, esta concepção favorece, essencialmente, respostas de intervenção terciária (remediativa) para o problema, nomeadamente ao nível da saúde mental dos indivíduos. Se assim fosse, a violência seria uma questão de

tratamento clínico específico dos maltratantes (e.g., ênfase nos défices) e das vítimas (e.g., ênfase nos défices e no dano) (Matos, 2006).

1.3.2. As abordagens sociais e familiares

O foco destas abordagens são os contextos (e.g., familiares) e os padrões de interacção pessoal (e.g., modelagem, problemas comunicacionais) que caracterizam as relações onde a violência tem lugar (Matos, 2006).

Algumas teorias têm sido formuladas a partir desta perspectiva (e.g., a teoria da frustração-agressão; o interaccionismo simbólico; a teoria da troca; a teoria do conflito) (Matos, 2006; Dias, 2004). Contudo, para cada uma delas existem, de acordo com Dias (2004), algumas limitações: a teoria da frustração-agressão não consegue explicar como se passa da frustração à agressão, nem tão pouco atende ao facto dessa dinâmica não ser linear para todos os indivíduos, dado que a frustração pode ser seguida de outras manifestações não-agressivas (e.g., resignação, isolamento, depressão, construção activa de soluções); o interaccionismo regista algumas dificuldades ao nível da sua operacionalização, dado que não explica como é que algumas mulheres se tornam mais activas na procura de ajuda ao longo do tempo, outras conseguem sair das relações violentas e outras conseguem que a violência termine mantendo o casamento; a teoria do conflito representa uma proposta demasiado genérica para explicar a violência contra a mulher (Sprey, 1979, citado por Dias, 2004); a teoria geral dos sistemas, apesar de avançar com muitos conceitos relevantes para a análise destes padrões interactivos violentos, é por vezes criticada pelo facto de algumas propostas sistémicas enunciadas não esclarecerem muito acerca do abuso íntimo (Dias, 2004).

Inserida nesta abordagem, é ainda referida a teoria intergeracional da violência. Esta perspectiva postula que a experiência de vitimação na infância favorece a sua perpetuação, um indivíduo que presenciou ou foi vítima de abuso na infância poderá ser um adulto maltratante (Matos, 2002). Esta teoria tem implícita a noção de aprendizagem social (Bandura, 1973 citado por Cedrés & Mendez, 2000; Kurst-Swanger & Petcosky, 2003) em que o comportamento de cada indivíduo é determinado pelo ambiente em que se insere, particularmente pelos membros da sua família, através de mecanismos de observação, reforço, modelagem ou coacção (Gelles, 1979, Margolin *et al.*, 1988, *in* Cox & Stoltenberg, 1991 citado por Matos, 2006) neste sentido, a exposição à violência

é o maior determinante dos comportamentos violentos (Costa *et al.*, 2000). Nesta óptica, os filhos poderão aprender a utilizar as condutas violentas dos pais perante os conflitos bem como desenvolverem valores morais favoráveis ao uso da violência como forma de resolver os problemas entre pares (Gelles, 1997).

De acordo com os defensores da teoria da aprendizagem social, um comportamento que é reforçado de forma positiva tem mais probabilidade de ser repetido. Ou seja, respostas agressivas a estímulos stressantes têm mais probabilidade de serem repetidos se o seu resultado acarretar a satisfação de um desejo sendo menos provável que aconteçam se resultar num castigo. Portanto, se a violência é reforçada positivamente e é vista como um modo de aceitar uma resolução do conflito ou de satisfazer uma necessidade é mais propensa a ser repetida (Kurst-Swanger & Petcosky, 2003).

Assim, como alguns teóricos têm afirmado, modelagem e imitação têm o mesmo valor funcional. A violência prevê um valor funcional para os membros individuais e, às vezes, para a família como um todo. Por exemplo, o pai ao agredir uma criança com o objectivo de a ensinar a comportar-se correctamente, por um lado, pode estar a ensinar à mãe como proceder futuramente, por outro, a criança que está a vivenciar o abuso pode vir a usar esta tática mais tarde com os seus próprios filhos (Browne & Herbert, 1997; Pagelow, 1984; Viano, 1992 citado por Kurst-Swanger & Petcosky, 2003).

Gelles e Straus (1988, citado por Kurst-Swanger & Petcosky, 2003), concluem que os maridos que vitimizam as suas mulheres têm mais probabilidade de descenderem de famílias em que o pai batia na mãe e em que eles próprios também eram vítimas.

Críticos a esta teoria intergeracional referem que ela não permite determinar que crianças abusadas crescem para serem adultos abusadores. Há uma associação moderada entre experienciar o abuso em crianças e tornar-se um abusador (Black, Heyman & Slep, 2001 citado por Loseke, 2004) e/ou um cônjuge abusivo (Stith *et al.*, 2000 citado por Loseke, 2004).

1.3.3. As abordagens sociais e culturais

Uma das fragilidades das explicações até agora discutidas reside no facto de ignorarem que os processos ocorrem numa estrutura social em que existem profundas desigualdades de poder entre sexos, conduzindo assim às abordagens sociais e culturais.

Estas abordagens explicam a violência conjugal pelas estruturas sociais e pelos valores culturais que legitimam o controlo e a dominação masculina, fruto do seu tratamento histórico e da actual sociedade patriarcal. Aliás, como nos mostram Dobash e Dobash (citado por Gelles, 1997) é importante reconhecer o legado clássico do estatuto das mulheres enquanto vítimas “apropriadas”³ de violência na família (p.21) para melhor compreender a situação de violência conjugal, pois quaisquer que tenham sido as tarefas atribuídas às mulheres numa determinada sociedade, estas foram realizadas sob relação de dominação social, estabelecidas pelos homens sobre as mulheres, sendo estas tarefas desvalorizadas e desprestigiadas.

Esta leitura é frequentemente conotada com a corrente feminista que tece fortes críticas à família tradicional que já não é estritamente patriarcal, mas que continua a ser transmissora de desigualdades sexuais que perpetuam os estereótipos de género, uma socialização diferencial entre homens e mulheres, bem como a distribuição de poder dentro da família (Matos, 2002).

O movimento feminista surgiu como uma forte corrente cultural, trazendo uma reflexão a respeito das diferenças entre os géneros, da hierarquia e das exclusões existentes na sociedade, denunciando a marginalização das mulheres na cultura patriarcal (Yllö, 2004). Foi neste período que se construiu o conceito de género, assim como as suas articulações com os conceitos de raça, etnia, classe. O sentido de género predominou, pois, no discurso feminista, contribuindo para o processo de desmistificação da opressão das mulheres.

Segundo Nicholson (2000), em meados dos anos 60, o termo género ainda era usado, principalmente, como referência às formas femininas e masculinas dentro da linguagem. É nas diferenças entre os sexos que o patriarcado se baseia para diferenciar as mulheres dos homens e justificar a ausência de poder destas.

As feministas estenderam o significado do termo às muitas diferenças entre mulheres e homens, sobretudo em relação ao comportamento. Dessa forma, algumas teóricas adoptaram homens e mulheres como sendo seres socialmente sexuados. O sexo torna-

³ Consideram-se vítimas “apropriadas” devido ao estatuto de subordinação que as mulheres têm assumido na maioria das sociedades. Porque a força física e a violência são os últimos recursos que podem ser usados para manter grupos subordinados no seu lugar, a história das mulheres em todo o mundo tem sido uma em que as mulheres têm sido vítimas de agressões físicas (Gelles, 1997).

se, então, um produto social. Neste sentido, a visão sobre o sexo não se encontra mais associada à anatomia e à fisiologia do corpo, mas aos estereótipos culturais de personalidade e comportamento que são determinados. Tratando da transformação perante o determinismo biológico, Rubin (1993), nos seus estudos de género, aborda o sistema sexo/género como sendo um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica e produtos da actividade humana, e dentro do qual estas necessidades sociais transformadas são satisfeitas.

Os estudos de género trouxeram contribuições para reflexões a partir da identidade social dos homens e das mulheres, segundo análise de género⁴, disseminando o conceito de género. Scott ressalta o género como uma categoria analítica. Na sua concepção, género enquanto categoria de análise repousa sobre a “relação fundamental entre duas proposições: género tanto é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças entre os sexos quanto uma maneira primária de significar relações de poder” (Scott, 1988 citado por Varikas, 1994, p. 67).

Assim, a primeira proposição, torna-se uma maneira de indicar “construções sociais”, criação inteiramente social de ideias sobre os papéis considerados adequados aos homens e às mulheres, a segunda, à pertinência do género como categoria de análise, de compreensão e de explicação histórica de outras relações de poder (Varikas, 1994).

Culturalmente, a mulher deveria estar restrita apenas à família, à casa e aos cuidados com o lar. Esta formação social, política e cultural é característica do modelo patriarcal. Segundo Gebara (2000), desenvolveu-se uma “cultura de obediência” por onde passam os autoritarismos e as diferentes formas de submissão. Esta obediência estrutura-se a partir de uma relação de poder, em geral expressa historicamente a partir da submissão a uma imagem masculina. A diferença biológica culturalizada gerou uma diferença social e política, bem como formas de dominação e de manutenção de uma hierarquia social e sexual masculina que considera a mulher como um ser excluído da sociedade. A exclusão das mulheres tem origem a partir de uma ideologia patriarcal, o seu comportamento como sendo estabelecido mediante os valores apresentados pela sociedade.

⁴ As análises de género aparecem no feminismo dos anos de 1980 como meio de avaliar a diferença entre os sexos e denunciar o uso de certos poderes a partir da afirmação da diferença (Gebara, 2000, p. 104).

Nesse sentido, a mulher não possui vida própria, é enclausurada sob imposições masculinas aceites pela sociedade; os comportamentos ditados por esta são internalizados por homens e mulheres, que obedecem a uma estrutura do sistema patriarcal⁵, garantindo a subordinação da mulher ao homem. A estrutura social é que determina as funções para homens e para as mulheres. Assim, os papéis específicos para homens e mulheres são definidos por normas e valores culturais que são ensinados na infância, e a família é onde eles aprendem e reconhecem as funções estabelecidas para cada sexo através da família (Marodin, 1997 citado por Wagner, 2005). Dentro do contexto familiar, a identidade de género é formada com base na figura do pai e da mãe, o exemplo mor de representação do papel de homem e mulher exercido na sociedade. Este papel é determinado pelas significações no que se refere às diferenças corporais entre os sexos.

Para Hassoun (2002), no contexto familiar a divindade masculina está representada pela figura do pai, colocada em primeiro plano. Assim, o pai, tal como o vê primeiro a criança, diante de sua autoridade para com a mãe, vai descobrindo os seus poderes sobre esta, perpetuando na família as relações assimétricas de poder.

O género tem se revelado ser uma categoria analítica capaz de lidar com as relações de desigualdade entre os sexos, construídas socialmente e de importância para a compreensão da legitimação social da relação de poder, caracterizando a violência de género. É justamente nesta perspectiva das relações assimétricas de género que se materializam os relacionamentos hierárquicos de poder entre homens e mulheres.

A mulher é sempre resignada aos trabalhos voltados para o espaço doméstico, os filhos, e as meninas crescem internalizando esse facto como fazendo parte de um futuro já predeterminado. Estes trabalhos devem ser feitos para o marido, sendo que aqui não se trata de favor, mas de obrigação. Ao marido, representado na figura de chefe da família, cabe o poder dentro da relação familiar. Dentro desta relação, a mulher acredita na sua inferioridade. Assim sendo, as tarefas exercidas pela mulher são, na verdade, historicamente, de subalternidade. Ela vive continuamente em função do cuidado doméstico, enquanto o homem é destinado ao trabalho externo, sendo mais bem

⁵ Conjunto de relações sociais que têm uma base material e no qual há relações hierárquicas entre homens e solidariedade entre eles, que os habilitam a controlar as mulheres. Patriarcado é, pois, o sistema masculino de opressão às mulheres (Hartman, 1976 cit. por Meneghel *et al*, 2003, p.956).

remunerado do que a mulher que trabalha fora, mesmo que estas ocupem o mesmo cargo.

Neste sentido, o sistema patriarcal desvaloriza a mulher, confinando-a ao espaço privado do lar, quase como uma propriedade do marido, daí resulta a sua submissão, transmitida de geração a geração. Contudo, as mulheres lidam, constantemente, com expectativas conflitantes da sociedade desde a infância, com a representatividade dos papéis femininos de cuidado da casa, preparação para o casamento e a maternidade, a espera que sejam atraentes, mas não negligenciem a família, e assim por diante. Em resumo, as tensões da infância e da adolescência, os diversos papéis e funções atribuídos às mulheres e o grande número de exigências a elas impostas pela sociedade contribuem para que tenham níveis de stress mais elevados do que os homens (Cipriano, 2004).

Esta análise da violência contra a mulher (tanto na família como fora dela) assenta, como já vimos, numa análise feminina sobre todos os aspectos das mulheres que vivem numa sociedade patriarcal, defendendo que se trata de uma forma de controlo do homem (Hanmar & Maynard, 1987; Dobash & Dobash, 1998 citado por Yllö, 2004). O modelo de controlo da violência doméstica conhecido como “Power and Control Wheel” (Yllö, 2004, p.21) (*figura 1*), desenvolvido pelo Projecto de Intervenção da Violência Doméstica de Duluth, no Minnesota, tem sido usado em vários países com grupos de vítimas. Este modelo fornece um valioso e conciso quadro de inter-relações entre violência e outras formas de controlo coercivo ou táticas de controlo.

A roda associa a violência física e sexual ao núcleo do poder e controlo e, os seus raios contemplam: a minimização, negação e atribuição de culpa (e.g. não levar as suas preocupações a sério, dizer que ela é que provocou o abuso, negar que o abuso ocorreu); a intimidação (e.g. provocar-lhe medo, usando olhares, gestos ou acções, destruir os seus pertences pessoais); o isolamento (e.g. controlar as actividades em que ela está envolvida, limitação do que ela vê e com quem conversa, isolamento da sua família e dos seus amigos); o abuso emocional (e.g. levá-la a sentir-se mal por si mesma, fazê-la sentir-se louca, humilhando-a constantemente e criticando as suas competências parentais); o abuso económico (e.g. impedir a sua obtenção ou manutenção de um emprego, ficar com o seu dinheiro de modo a que ela lho peça); o uso das crianças (e.g. levá-la a sentir-se culpada sobre as crianças, criticar as suas competências parentais,

recusando-se a pagar pensão alimentícia, ameaçar de lhe tirar as crianças para longe, ameaçar de sair do país com os filhos, abusar fisicamente das crianças, ensinar as crianças a desrespeitar a sua mãe); ameaças e coerção (e.g. ameaçar de morte, fazer e / ou realização de ameaças para magoá-la, ameaçar de cometer suicídio, ameaçar de levar as crianças) uso do privilegio masculino (e.g. tomar todas as decisões da família).

Olhando para estas táticas de controlo com mais detalhe, através de estudos baseados em entrevistas extensas com mulheres batidas e agressores, a imagem que nela se encerra é da violência doméstica através da dominação (Jones & Schechter, 1992; Ptacek, 1988 citado por Yllö, 2004).



Figura 1. “Power and Control Wheel” (Adaptado a partir do Projecto de Intervenção da Violência Doméstica, Duluth, Minnesota, citado por Yllö, 2004, p. 21).

Além de todas essas atribuições impostas pela sociedade à mulher, ela, no entanto ainda se depara com as expectativas desenvolvidas em virtude da sua biologia e da sua cultura com relação a um casamento idealizado e esperado, onde deposita suas esperanças e procura apoio. Todavia, rapidamente surge a sua frustração diante da realidade de uma relação conjugal conflituosa, e ela vê o seu sonho dourado a transformar-se em pesadelo. Tudo isto se intensifica na medida em que cabe a ela a responsabilidade de manter o equilíbrio e a união da família, quer dizer, conservar o casamento. Infelizmente, porém, esta união transforma-se num acumular de tensões que culmina com a violência conjugal. Embora as causas da violência doméstica possam não ser conhecidas, a necessidade de agir é evidente.

1.3.4. As abordagens ecológicas

Segundo referem Malley-Morrison e Hines (2004), esta perspectiva é a mais usual no campo da violência. A teoria ecológica defende que o desenvolvimento humano deveria ser analisado dentro de um conjunto de contextos ambientais demarcados pelo microsistema, mesosistema, exosistema e pelo macrosistema.

Neste sentido, e após esta breve incursão teórico-metodológica às questões relacionadas com a violência familiar propomos, como esquema de leitura, um modelo ecológico (figura 2), adaptado de Corsi (1995, p. 53 citado por Alarcão, 2006, p. 315), que mostra que a realidade que se desenvolve no microsistema das histórias pessoais de violência familiar é duplamente influenciada, por um lado, pelo macrosistema das crenças, dos valores culturais e das concepções de poder que espelham a sociedade e, por outro, pelo exosistema que contempla factores de risco que podem ampliar o comportamento violento ainda que, só por si, não tenham força suficiente para o desencadear (Alarcão, 2006).

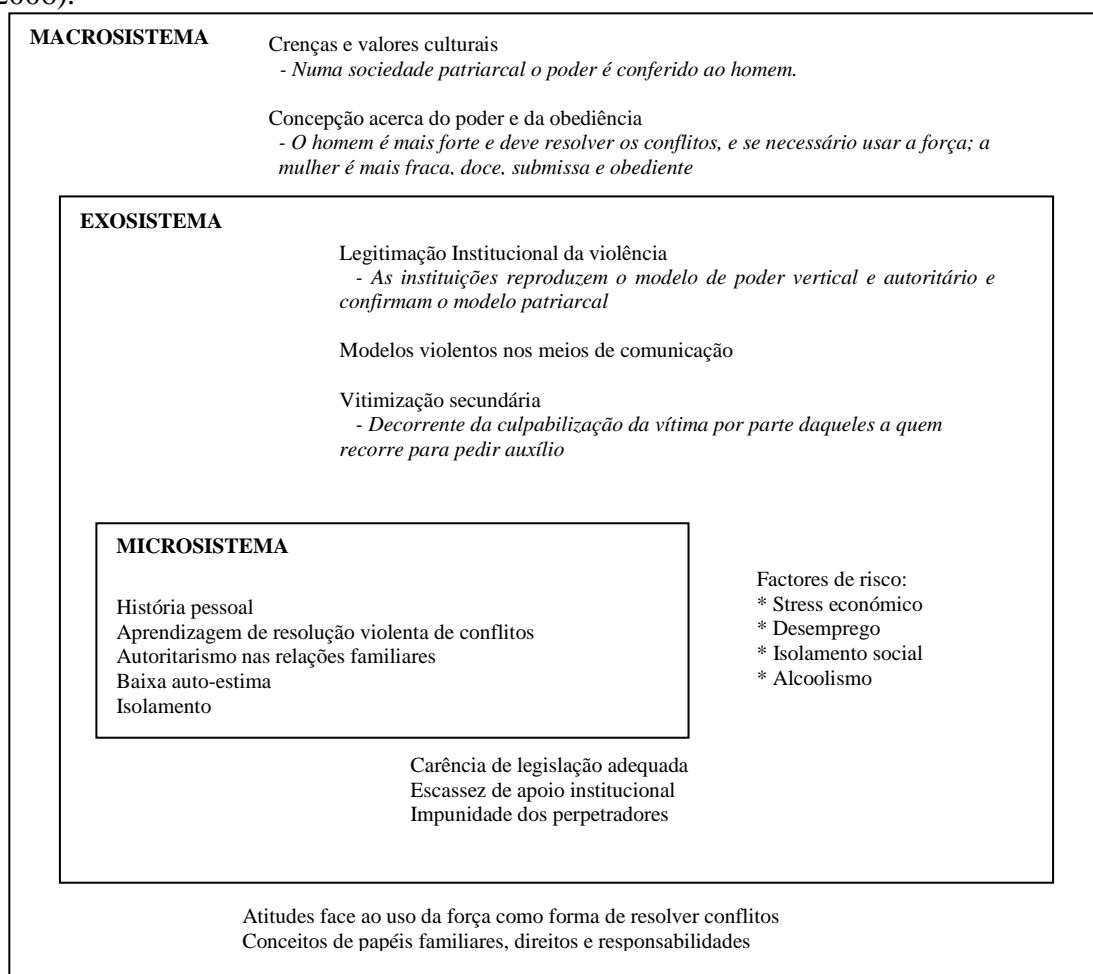


Figura 2. Modelo ecológico de leitura da violência familiar (Corsi, 1995: 53 citado por Alarcão, 2006, p. 315).

1.4. Mitos sobre a violência doméstica/ familiar

Com a qualificação de crime público, os maus tratos passam da esfera do íntimo, a ser considerados um problema social de primeira magnitude. Segundo investigadores sociais americanos, o lar, a casa, é um lugar de perigo onde se cometem uma grande percentagem dos crimes contra as pessoas, continuando a surgir todos os dias notícias sobre agressões e abusos no seio familiar (Gelles, 1997). No entanto, uma coisa é o que estipula a Lei e outra as tradições e a desinformação em torno da violência doméstica que ainda estão enraizadas na sociedade, tornando esta situação ainda mais vitimizante para a mulher (Magalhães, Canotilho & Brasil, 2007).

Assim, é bom lembrar alguns mitos associados à violência doméstica. A ideia de que os homens agressores das mulheres vêm de famílias abusivas (maltratantes, agressoras, negligentes) é um dos mitos comuns uma vez que, segundo refere Magalhães *et al.* (2007), na realidade muitos homens que abusam das suas mulheres não vêm de famílias violentas e, outros que descendem de famílias com realidades abusivas e maltratantes, não abusam das suas mulheres, optando por resolver os seus problemas de forma não violenta e construtiva.

Outro mito vulgarmente associado à violência refere que esta ocorre apenas em famílias das classes mais desfavorecidas. Segundo Gelles (1997), existirá aqui um certo fundo de verdade, no entanto e apesar de serem as mulheres de classes mais desfavorecidas que procuram casas-abrigo (por exemplo, por não terem fundos económicos que lhes permitam simplesmente começar uma nova vida num outro lugar), os dados da UMAR (União das Mulheres Alternativa e Resposta), apontam que existe uma procura nos seus centros de atendimento, quer de mulheres de classes baixas quer de mulheres de classes médias ou mais abastadas (Magalhães, *et al.*, 2007).

A expressão “entre marido e mulher, ninguém mete a colher” tem implícita a ideia de que o matrimónio é assunto privado onde ninguém pode intervir. Mas acontece que os maus tratos são um problema social, sendo, como já referido em passagens anteriores, considerado um crime público.

Subsiste ainda a ideia de que quem comete um acto violento (e como podemos verificar nas anteriores abordagens que sustentam a sua perspectiva de violência nas

características intra - individuais) possui problemas de foro psicológico ou psiquiátrico, no entanto, não existe um conjunto de características psicológicas que distingam homens violentos dos não violentos (Lundberg-Love & Marmion, 2006).

Num estudo levado a cabo por Walker (2000), um dos mais populares mitos da violência doméstica é que “o homem bate na mulher, a mulher bate no filho e o filho bate no cão” (p. 78). Das mulheres vítimas de violência doméstica, 5% referiram que usavam a violência física para com os seus filhos quando estavam irritadas com os maridos que as agrediram, e que era oito vezes mais provável abusarem das suas crianças enquanto estavam a sofrer o abuso do que quando se sentiam seguras e protegidas da violência. Só 0,6% referiram usar, ocasionalmente, força física contra os seus filhos para obter algo do abusador. Mas, 0,6% das mulheres referiram que também o faziam mesmo não vivendo em relações abusivas. A noção de que violência gera violência também depende do ambiente no qual ocorre o abuso (Gold, 1997 citado por Walker, 2000). Assim, a partir destes dados, podemos concluir que o nível de abuso infantil relatado pelas mulheres foi suficientemente baixo para refutar o mito. Por vezes, as crianças são envolvidas em incidentes de violência e são elas mesmas agredidas. Há uma relação forte entre abuso de crianças e violência contra as mulheres. Nas famílias onde as crianças são fisicamente agredidas, há uma grande probabilidade de as mulheres também serem agredidas e, em ambos os casos, o agressor é o pai da criança. A possibilidade de que os homens que batem nas suas mulheres também batem nos seus filhos é muito mais sustentada neste estudo (Walker, 2000).

Em suma, se não compreendermos a realidade social que desenvolve um conjunto de mitos e estereótipos de género e concepções de subordinação das mulheres, a luta contra a violência doméstica será mais difícil (Magalhães *et al.*, 2007). Um dos primeiros passos a dar no sentido da sua prevenção é compreender a realidade destas situações e desmantelar os mitos. Apesar de todos os esforços que têm vindo a ocorrer, tanto a nível privado como a nível legislativo, a continuação da crença nesses mitos mantém um progresso lento (Lundberg-Love & Marmion, 2006).

1.5. Violência conjugal sobre a mulher

“A violência contra as mulheres é talvez a mais vergonhosa violação dos direitos humanos. Não conhece fronteiras geográficas, culturais ou riqueza. Enquanto se mantiver, não poderemos afirmar que fizemos progressos em direcção à igualdade, ao desenvolvimento e à paz.”

(Kofi Annan, 2006 citado por Almeida, 2002)

A violência sobre as mulheres e crianças são as mais comuns e as mais perigosas formas de violência (Magen, Conroy, Hess, Panciera & Simon, 2001), sendo o abuso físico contra as mulheres a forma mais estudada entre todas as formas de violência (Malley-Morrison & Hines, 2004). As raízes da violência contra as mulheres, encontram-se nas concepções patriarcais e conservadoras de que a mulher é um ser inferior e deve obediência ao homem (Meneghel, Barbiani, Steffen, Wunder, Roza, Rotermund, Brito & Korndorfer, 2003). No início dos anos 70, antes do estudo sobre o “síndrome da mulher batida”, subsistia a ideia de que as mulheres vítimas de violência eram pobres, com baixa escolaridade, incapazes de arranjar emprego que permitisse o seu sustento e o dos seus filhos representando os grupos minoritários na sociedade. Contudo, quando os serviços (de apoio à mulher) foram criados, tornou-se claro que as mulheres vítimas de violência vêm de todas as classes e grupos sociais (Walker, 2000).

O problema da violência contra as mulheres tornou-se evidente no início dos anos 70 através do movimento feminista nos Estados Unidos e outras nações ocidentais. Um componente importante deste movimento foi a discussão das necessidades para uma maior satisfação das mulheres (e.g. das suas experiências de vida, a identificação das suas necessidades pessoais, jurídicas, sociais e de oportunidades). Como resultado destas discussões, clarificou-se a violência como predominante na vida das mulheres, provocando-lhes um impacto profundamente negativo impedindo-as de obterem uma vida feliz e produtiva. Por conseguinte, esta importante iniciativa do movimento feminista permitiu o aumento da consciência política sobre a violência contra as mulheres, no sentido de aumentar os esforços para a impedir, conduzindo à reformulação das leis (Kilpatrick, 2004). Durante os últimos 30 anos, o movimento feminista tem sido um grande impulso para realizar uma reforma substancial na definição dos códigos penais dos crimes de abuso sexual, maus tratos e abandono, e

outros crimes contra as mulheres (Chapman & Gates, 1978; Estrich, 1987; Walker, 1979 citado por Kilpatrick, 2004).

Segundo o modelo feminista, a violência conjugal é o resultado da opressão masculina das mulheres dentro de um sistema patriarcal em que os homens são os principais actores da violência e as mulheres as principais vítimas (Dobash & Dobash, 1979; Walker, 1979 citado por McPhail, Busch, Kulkarni, Rice, 2007). De acordo com este modelo, a violência masculina nas relações íntimas é o resultado das diferenças históricas e dos actuais poderes que mantêm as mulheres subordinadas, principalmente através do controle físico, sexual, económico e abuso psicológico, compreendendo tácticas de intimidação e isolamento.

Assumindo que a violência tem como principal objectivo obter pleno controlo do relacionamento (Greene & Bogo, 2002, citado por Matos, 2005), dominando a vítima, induzindo-lhe medo para que esta se sinta subordinada, desvalorizada e incompetente, os maus tratos conjugais definem-se “como um conjunto de condutas de carácter abusivo perpetrado de forma intencionalizada sobre o cônjuge, podendo envolver acções violentas e não-violentas” (Matos, 2005, p.160).

Dada a diversidade de definições em torno da violência conjugal, Matos (2006) considerou como uma das mais completas a apresentada pelo Conselho da Europa nos finais da década de 90 (Presidência do Conselho de Ministros, 2001 citado por Matos, 2006) e que define violência contra as mulheres como:

Qualquer acto, omissão ou conduta que serve para infligir danos físicos, sexuais e/ou psicológicos, directa ou indirectamente, por meio de enganos, ameaças, coacções ou qualquer outra estratégia. Tem como objectivo intimidá-la, puni-la, humilhá-la ou mantê-la nos papéis estereotipados ligados ao seu género sexual ou recusar-lhe a dignidade humana, a autonomia sexual, a integridade física, mental e moral ou abalar a sua segurança pessoal, auto-estima ou a sua personalidade ou diminuir as suas capacidades físicas e/ou intelectuais (p. 27).

Há muitas razões que se podem apontar como estando na origem desta problemática, umas de natureza psicológica, outras de ordem sociológica e a própria herança cultural

de séculos. De geração em geração, foi-se transmitindo a noção e aceitação sociais de que o homem é superior à mulher e que esta tem sempre que se lhe subordinar. Na perspectiva de Wolfe (2006), a violência nos relacionamentos já está de tal modo enraizada que continua a fazer parte das normas sociais e culturais, inclusive a desigualdade de género e opressão, que se mantiveram por desafiar durante gerações.

Lourenço e Lisboa (1992, citado por Monteiro, 2000), num estudo sobre as representações sociais, afirmam que a violência familiar é culturalmente aceite, desde que sejam atribuídas causas que justifiquem essa violência. Nesse mesmo estudo, apenas 34,5% dos participantes consideraram como muito violento o acto de um marido bater numa mulher em caso de infidelidade da mesma.

Muitas vezes o crime de maus tratos ao cônjuge (descrito no artigo 152º do Código Penal) ainda é considerado um assunto privado, contudo, trata-se de um crime público, assim considerado desde o ano 2000, com dimensões alarmantes na sociedade e que não se restringe a Portugal.

1.5.1. O Ciclo da Violência de Walker

A escalada de violência e o ciclo de violência previsível são dois padrões que normalmente ocorrem (Walker, 2000). Na perspectiva de Walker (1979 cit. por Walker, 2000), a violência conjugal ocorre num ciclo de três fases: a acumulação de tensão, a fase da ocorrência de agressão e a fase de reconciliação ou também designada de fase de “lua – de – mel”.

O ciclo da violência conjugal inicia com a fase da acumulação de tensão. Esta fase começa após um período longo de cortejamento e a sua duração pode variar desde algumas semanas até alguns anos. Ao longo desta fase ocorrem agressões menores (físicas ou verbais) ou ameaças perpetradas pelo agressor. Em resposta, a vítima tenta utilizar estratégias no sentido de acalmar o seu companheiro ou minimizar a situação e que poderão, de algum modo, reforçar a crença da vítima que pode controlar a violência do agressor, causando algum impacto na escalada da violência. Negar a gravidade da situação, culpar-se pelo sucedido ou atribuir causas externas ao comportamento do agressor são algumas dessas estratégias utilizadas pela vítima (Walker, 2000).

A fase seguinte caracteriza-se pela ocorrência da agressão. Aqui, a agressão é mais violenta, provocando, muitas vezes, lesões graves na vítima. A tensão entre os dois torna-se insuportável e a intervenção é inevitável. A mulher, por vezes, precipita a explosão inevitável no sentido de controlar onde e quando a agressão ocorre, permitindo-lhe tomar melhores precauções para minimizar as injúrias e a dor. Ao longo do tempo ela pode aprender a prever em que ponto do ciclo se encontra o período da inevitabilidade, após esse ponto ser atingido, não há forma da mulher escapar, a não ser que o homem assim o entenda. Esta fase é caracterizada pela incontrolável descarga de tensões construídas durante a primeira fase e só termina quando o agressor pára de agredir, levando, assim, a uma redução de tensão. Chegada a esta altura, a vítima tenta quebrar o ciclo da violência, agindo no sentido de a eliminar (Walker, 2000). Após este momento conturbado, o agressor procura o perdão da vítima, chegando assim à fase da “lua – de – mel”.

Na fase da “lua - de – mel”, o agressor promete que a violência acabou, age para com a vítima de forma carinhosa, por vezes, oferece-lhe presentes, pede-lhe desculpa e faz declarações de amor. O próprio agressor chega a acreditar que nunca mais irá ser violento. A mulher quer acreditar no agressor, pelo menos no início do relacionamento, renovando a possibilidade de uma mudança por parte do companheiro violento. Esta fase prevê o reforço positivo, para a mulher, para permanecerem na relação. À medida que o tempo vai passando, o ciclo da violência tende a repetir-se e a violência tende a aumentar. Dado o aumento da repetição dos actos de violência, a fase de lua – de – mel tende a ser cada vez mais breve (Walker, 2000). Apesar do carácter repetitivo deste ciclo, a vítima não tem consciência da sua previsibilidade, donde, envolvida num misto de medo, culpa e esperança, dificilmente assume uma atitude de ruptura, promovendo e mantendo o seu sentimento de incapacidade.

O Ciclo da Violência Conjugal dificulta muito as tomadas de decisão da mulher vítima, pois esta vive nele fases muito dramáticas (a acumulação de tensão, a fase da ocorrência de agressão), mas que terminam numa fase considerada gratificante (a fase de reconciliação), na qual a sua esperança de ter uma conjugalidade sem violência faz acreditar e tentar novamente o projecto de vida sonhado. Este ciclo caracteriza-se pela sua continuidade no tempo, isto é, pela sua repetição sucessiva, podendo ser cada vez menores as fases da acumulação de tensão e da “lua – de – mel” e cada vez maior e

mais intensa a fase da ocorrência de agressão (Matos, 2002; Alarcão, 2006; Antunes, 2002), que pode resultar em homicídio conjugal (Pais, 1998 citado por APAV, 1999).

1.5.2. Tipologia da violência conjugal

A violência conjugal assume diversas formas que, apesar de distintas acabam por estar interligadas. Os tipos de violência conjugal, que tem vindo a ser referenciados são essencialmente a violência física, a psíquica, a verbal, a sexual, o isolamento forçado e controlo económico.

As agressões físicas, correspondem a maus-tratos físicos (bofetadas, pontapés, espancamentos, puxar o cabelo, apertar o pescoço), a agressão sexual corresponde a comportamentos sexuais que a vítima não deseja e que lhe são impostos, violentamente ou sob ameaça, constituindo a violação. A agressão verbal/intimidação toma a forma de comentários depreciativos (acusa a vítima de inferioridade, de incapaz e de incompetente), de ameaças (como afiar uma faca) e insultos para intimidar e aterrorizar, mantendo a vítima sob o seu controlo. A violência psicológica, traduz-se em comportamentos que menosprezam e desvalorizam a mulher, abarcando a privação da satisfação das necessidades básicas (comer e dormir), acusações de ter amantes, de ser uma prostituta ou a destruição de objectos pessoais (Alarcão, 2002; Almeida, 2001).

Normalmente, estes tipos de violência surgem interligados. As agressões físicas, por exemplo, são frequentemente acompanhadas ou precedidas de abuso verbal e/ou psicológico (Matos, 2002) e a sua combinação acaba por enredar a vítima de tal forma que, no entendimento de Antunes (2002), esta acaba por perder o controlo, a autonomia e a confiança em si, passando a culpabilizar-se, a humilhar-se e a apresentar baixa auto-estima, consequências claras da vitimação a que se encontra exposta.

Alguns estudos documentam que o abuso psicológico é aquele que causa dano mais significativo e durável (DeKeseredy & Schwartz, 2001; Gelles, 1997 citado por Matos, 2006). É também relativamente consensual na literatura que o abuso verbal e psicológico acompanha e tende a preceder a agressão física (Gelles & Straus, 1988, citado por Matos, 2006).

Lourenço, Lisboa e Pais (1997 citado por Matos, 2006) debruçaram-se sobre a problemática da violência contra as mulheres em Portugal através de um estudo dirigido à população em geral, com uma amostra de 1000 mulheres, segundo os resultados apresentados constataram que o espaço de violência física e psicológica era predominantemente a casa (43%) as mulheres mais novas, de regiões mais urbanizadas, com um nível de instrução mais elevado eram as que mais se percebiam como vítimas de situações de violência (particularmente sexual e discriminatória); a violência física era mais reportada por mulheres mais velhas e com um nível de instrução mais baixo; a violência psicológica distribuía-se de modo menos diferenciado pelos diferentes grupos socio-económicos.

Mais recentemente, um outro estudo português relativo ao «contexto *social da violência contra as mulheres detectada nos Institutos de Medicina Legal*» (Lisboa, Barroso & Marteleira, 2003), cujo universo de análise deste trabalho era constituído por 2160 processos de mulheres, sendo que, a recolha dos dados foi efectuada no Instituto de Medicina Legal (IML Coimbra e Porto), permitindo caracterizar a violência relativamente grave e o respectivo perfil socio-económico das vítimas e dos agressores. Em termos de resultados, revelou que o predomínio dos diferentes tipos de violência variava consoante o estrato socio-económico das vítimas: a violência física foi mais reportada pelas mulheres mais velhas, divorciadas, separadas ou viúvas, com um nível baixo de instrução, pouco qualificadas do ponto de vista profissional e economicamente dependentes dos maridos; a violência sexual sobressaiu entre as mulheres mais novas, solteiras, estudantes ou profissionais de serviços, com salário próprio ou dependentes dos pais; a violência psicológica registou-se mais nas mulheres casadas, indiferenciadas profissionalmente, com ordenado ou dependentes economicamente.

Síntese conclusiva

Como podemos verificar a problemática da violência familiar é um fenómeno complexo que tem vindo a merecer especial destaque nos últimos anos. Várias teorias tem surgido no sentido de a perceber e por conseguinte, combater. Contudo, não se trata de uma tarefa fácil dado a sua real magnitude permanecer oculta uma vez que, apesar de se tratar de um crime público ainda hoje é considerada de carácter privado.

Assim, paralelamente a uma maior visibilidade social do fenómeno e a um esforço para uma maior consciencialização do problema, a realidade da violência entre cônjuges, no interior da família, continua a ser um dos segredos mais bem guardados da instituição-matrimónio. A violência está lá e os seus números reproduzem apenas uma parte da sua existência que está a tornar-se cada vez mais evidente.

É difícil falar sobre as causas da violência porque os determinantes do comportamento humano são incrivelmente complexos, é possível sim, falar de factores de risco: características das pessoas, experiências e ambiente que colocam os indivíduos em maior ou menor risco do uso da violência. Estes riscos ocorrem dentro dos vários níveis (Loseke, 2004) propostos pelas abordagens referidas enquanto um todo.

Capítulo II – Parentalidade

Introdução

Neste capítulo iremos debruçar-nos sobre os aspectos relacionados com o exercício da parentalidade, tentando inicialmente apresentar uma definição e posteriormente valorizar e diferenciar os estilos das práticas educativas parentais. Por fim, com base na revisão de literatura efectuada, analisaremos o impacto da violência conjugal sobre a mulher nas práticas educativas parentais.

2.1. Definição de Parentalidade

A importância da família e do estudo da parentalidade é um tema recorrente por parte da comunidade dos psicólogos, existindo um elevado interesse da compreensão e análise do ser pai ou ser mãe bem como as consequências do comportamento parental dos filhos (Cruz, 2005).

Numa tentativa de definir parentalidade, Cruz (2005) refere que este conceito diz respeito a um “conjunto de acções encetadas pelas figuras parentais (pais ou substitutos) junto dos seus filhos no sentido de promover o seu desenvolvimento da forma mais plena possível, utilizando para tal os recursos de que dispõe dentro da família e, fora dela, na comunidade” (Cruz, 2005, p. 13).

Para alguns autores, a parentalidade é considerada como sendo uma das tarefas mais desafiantes e complexas da vida adulta (Zigler, 1995 citado por Cruz, 2005), cujas funções passam pela satisfação das necessidades básicas de sobrevivência e saúde, disponibilizar à criança espaços organizados que lhe permitam criar rotinas, dar resposta às necessidades de compreensão cognitiva das realidades extra-familiares, satisfazer as necessidades de afecto, de confiança e de segurança e, por fim, embora não se extingam por aqui as funções da parentalidade, sendo a família o primeiro contexto de socialização da criança, rege-se por normas que caracterizam a comunidade em que está inserida, daí, ser sua função, contribuir para a satisfação das necessidades de interacção e integração da criança na comunidade (Ibidem, 2005).

2.2. Estilos e práticas educativas parentais

Ao longo das últimas décadas, vários são os estudos que se têm debruçado sobre o impacto da interacção parental e suas consequências no desenvolvimento de crianças, adolescentes e adultos jovens. A relação pais-filhos estabelece o suporte referencial para o desenvolvimento global do indivíduo, enfatizando-se, assim, a importância dos estudos nesta temática. O processo de socialização envolve padrões diversificados de interacção de pais e filhos, nos quais eles utilizam diversas estratégias disciplinares para orientar o comportamento das crianças. Estes aspectos estão organizados na literatura em duas dimensões distintas: as práticas parentais e os estilos parentais.

De acordo com Darling e Steinberg (1993), há que clarificar a diferença entre “estilos” parentais e “práticas” parentais. Ressaltando esta ideia, as práticas referem-se a “comportamentos específicos, ligados a domínios de socialização, tais como desempenho académico e competência social (...) são avaliados quantitativamente, em termos da frequência e conteúdo dos comportamentos “ (Reppold, 2001, p. 27). Os estilos parentais “são manifestações dos pais em direcção aos seus filhos que caracterizam a natureza da interacção entre esses englobando diversas situações que envolvam padrões de controlo e afectividade que os pais adoptam frente às questões de hierarquia, disciplina e tomada de decisão” (Reppold, 2001, p. 27).

Enquanto as práticas parentais têm efeito directo sobre o desempenho e as características de crianças e adolescentes, os estilos têm uma acção indirecta, através da capacidade parental de socialização dos seus filhos. Isto ocorre por meio de mudanças na efectividade das práticas parentais (Reppold, 2001).

As práticas educativas parentais correspondem a estratégias utilizadas pelos pais para atingir objectivos específicos em relação aos seus filhos, ou seja, são estratégias com o objectivo de suprimir comportamentos inadequados ou de incentivar a ocorrência de comportamentos adequados (Alvarenga, 2001 citado por Salvador & Weber, 2005). Genericamente, são estratégias que visam orientar, educar, instruir e controlar o comportamento dos filhos. Estas estratégias dão indicações à criança no sentido daquilo que é desejável para os pais de modo a que ela modifique um determinado comportamento (Alvarenga & Piccini, 2001).

Apesar de ambas terem o mesmo objectivo e serem responsáveis por diferentes efeitos no desenvolvimento dos filhos, há que salientar uma distinção entre práticas educativas parentais não-coercivas (ou indutivas) e coercivas. As práticas não-coercivas caracterizam-se pelo uso de reforços positivos e de regras que descrevem contingências naturais, indicando as consequências do comportamento da criança, as práticas coercivas caracterizam-se pelo uso de estímulos aversivos para controlar o comportamento, como punição verbal e física, ameaça de punição e privação ou castigo (Alvarenga & Piccini, 2001).

De acordo com Karavasilis, Doyle e Markiewicz (2003) existe uma associação positiva entre estilos parentais e estilo de apego em crianças e adolescentes. Os estilos parentais são um tema relevante nas pesquisas contemporâneas e entre as várias formas de entendimento das relações que se estabelecem entre pais e filhos. Foram os trabalhos de Baumrind (1967, 1971) que impulsionaram o estudo dos estilos parentais integrando os aspectos comportamentais e afectivos envolvidos na criação dos filhos. A autora define os pais como tipos especiais de liderança e agentes essenciais na socialização dos filhos.

O estilo refere-se a um padrão de comportamento parental expresso dentro de um clima emocional criado pelo conjunto das atitudes dos pais, o qual inclui as práticas parentais e também engloba outros aspectos da interacção pais-filhos, tais como tom de voz, linguagem corporal, descuido, mudança de humor (Baumrind, 1967; Darling & Steinberg, 1993). O clima emocional que está presente nas atitudes dos pais é que tem efeito em alterar a eficácia das práticas disciplinares, além de predispor os filhos à socialização (Costa, Teixeira & Gomes, 2000).

O modelo de estilos parentais de Baumrind (1966 citado por Costa *et al.*, 2000) defende que a variação no nível do controle, aliada a outros aspectos da interacção parental, como comunicação e afecto, produz três diferentes estilos parentais: o autoritativo⁶, o autoritário e o permissivo.

⁶ Costa *et al.* (2000) referem que o termo “autoritativo”, embora não exista em português, foi escolhido como tradução para a expressão em inglês *authoritative*, que significa “que tem autoridade”, ou ainda “que é confiável”, a fim de se manter a semelhança com o termo original e a sua filiação teórica, evitando assim confusões com outras expressões também usadas para designar estilos parentais como “democrático” (Costa *et al.*, 2000, p. 466). Em concordância com o autor, optamos por utilizar o mesmo termo.

Posteriormente, Maccoby e Martin (1983 cit. por Costa *et al.*, 2000) reformularam este modelo e propuseram duas dimensões - exigência e responsividade – cuja combinação resulta em quatro estilos parentais. A exigência refere-se aos comportamentos parentais que requerem supervisão e disciplina. A responsividade refere-se aos comportamentos de apoio e aceitação, que favorecem a individualidade e a auto-afirmação dos filhos. Os quatro estilos parentais emergentes deste modelo são: o autoritativo, o autoritário, o indulgente e o negligente. A diferença básica entre a tipologia proposta por Baumrind e a proposta por Maccoby e Martin reside na separação do estilo permissivo em dois: o indulgente e o negligente. Esta diferenciação permitiu distinguir, nas famílias que fazem poucas demandas de controlo, uma variação no seu nível de responsividade (Cecconello, De Antoni & Koller, 2003; Costa *et al.*, 2000).

O estilo autoritativo resulta da combinação entre exigência e responsividade em altos níveis. Pais autoritativos estabelecem regras para o comportamento de seus filhos que são consistentemente enfatizadas. Eles monitorizam a sua conduta, corrigindo atitudes negativas e recompensando atitudes positivas. A disciplina é imposta de forma indutiva⁷ e a comunicação entre pais e filhos é clara e aberta, baseada no respeito mútuo. São pais que têm altas expectativas em relação ao comportamento dos filhos em termos de responsabilidade e maturidade. Além disso, são afectuosos na interacção com eles, responsivos às suas necessidades e, frequentemente, solicitam sua opinião quando conveniente, encorajando a tomada de decisões e proporcionando oportunidades para o desenvolvimento de suas habilidades (Baumrind, 1966 citado por Costa *et al.*, 2000; Glasgow, Dornbusch, Troyler, Steinberg & Ritter, 1997).

O estilo autoritário resulta da combinação entre altos níveis de controlo e baixa responsividade. Pais autoritários são rígidos e autocráticos. Eles impõem altos níveis de exigência, estabelecendo regras estritas, independentemente de qualquer participação da criança. Tendem a enfatizar a obediência através do respeito à autoridade e à ordem. Frequentemente utilizam a punição como forma de controlo do comportamento. Não valorizam o diálogo e a autonomia, reagindo com rejeição e baixa responsividade aos

⁷ O termo indução, introduzido por Hoffman no seu modelo teórico dos comportamentos dos pais, tem por base uma forma não punitiva de disciplina em que os pais tentam raciocinar com a criança, levando-a a compreender a necessidade da existência de regras, as consequências da sua violação para a prevenção de erros futuros (Cruz, 2005).

questionamentos e opiniões da criança (Baumrind, 1966, citado por Cecconello *et al.*, 2003; Glasgow *et al.*, 1997).

O estilo indulgente resulta da combinação entre baixo controlo e alta responsividade. Pais indulgentes, em oposição aos autoritários, não estabelecem regras nem limites para a criança, estabelecendo poucas demandas de responsabilidade e maturidade. São excessivamente tolerantes, permitindo que a criança oriente o seu próprio comportamento. São afectivos, comunicativos e receptivos com seus filhos, visando a satisfazer qualquer demanda que a criança apresente (Baumrind, 1966, citado por Cecconello *et al.*, 2003; Glasgow *et al.*, 1997).

O estilo negligente resulta da combinação entre controlo e responsividade em baixos níveis. Pais negligentes não são nem afectivos nem exigentes. Demonstram pouco envolvimento com a tarefa de socialização da criança, não orientando o seu comportamento. Tendem a manter seus filhos à distância, respondendo somente às suas necessidades básicas. Enquanto os pais indulgentes estão envolvidos com seus filhos, os pais negligentes estão, frequentemente, centrados em seus próprios interesses (Glasgow *et al.*, 1997).

Várias pesquisas destacam a influência positiva do estilo autoritativo sobre o desenvolvimento psicológico de crianças e adolescentes. Este estilo está relacionado com competência social, assertividade e comportamento independente de crianças (Baumrind, 1966 citado por Costa *et al.*, 2000).

Como é possível observar, as relações de poder dentro da família influenciam amplamente os estilos parentais e as práticas educativas utilizadas com os filhos. A falta extrema de afecto ou a rejeição gera consequências negativas para o desenvolvimento. Se, na relação que se estabelece entre os pais e a criança, o afecto, a reciprocidade e o equilíbrio de poder não estão presentes, pode ocorrer prejuízo ao desenvolvimento da criança, comprometendo as relações posteriores que ela virá a estabelecer com outras pessoas (Bronfenbrenner, 1979/1996, citado por Cecconello *et al.*, 2003).

Donoso e Ricas (2009) desenvolveram recentemente uma pesquisa de carácter qualitativo, tendo como objectivo principal descrever a percepção dos pais acerca do castigo físico enquanto forma de educar. A amostra do estudo era constituída

maioritariamente por mães com filhos em idade pré-escolar e escolar, divididas por dois grupos. Um grupo sem história de violência e o segundo grupo sinalizado formalmente por maus-tratos. Através dos resultados obtidos concluíram que o castigo físico, apesar de se encontrar numa fase de transição, ainda se mantém enraizado na sociedade, sendo percebido como uma prática adequada para a educação dos filhos.

Neste sentido, a utilização da punição física como uma prática disciplinar não apenas reafirma o poder dos pais sobre os filhos, favorecendo o seu desequilíbrio, mas também prejudica a relação de reciprocidade e de afecto entre eles. Além de não ser uma prática eficaz, a utilização indiscriminada de punição física acarreta um comportamento abusivo, trazendo inúmeras consequências negativas para a criança. O abuso físico viola um dos direitos básicos do ser humano - ter domínio sobre seu próprio corpo. (Cecconello *et al.*, 2003).

Em Portugal, Anne Marie Fontaine (1986), num estudo efectuado no âmbito das práticas educativas de mães portuguesas (em relação a jovens pré-adolescentes dos 10 aos 13 anos), analisou as diferenças em função do nível socioeconómico (NSE) e da zona de residência (rural ou urbana) da família. As variáveis em estudo recaíram sobre o autoritarismo, a aceitação, a autonomia, as expectativas, o *Locus* de controlo, a estruturação rígida, flexível e ausente. De um modo geral, os resultados concluíram que as práticas educativas variam significativamente em ambos os parâmetros. Só a aceitação da criança e a ausência da estruturação da vida familiar não variam em função deste factor.

As mudanças significativas nas atitudes maternas ocorrem quando se passa dos níveis socioeconómicos inferiores aos superiores. As mães mostram-se menos autoritárias, aceitam mais a criança tal como ela é, concedem-lhe mais autonomia em várias áreas da sua existência (não há diferença entre NSE baixo e médio), manifestam expectativas de sucesso crescentes em relação à criança, acreditam mais que os filhos são responsáveis tanto pelos seus sucessos como pelos seus fracassos (sobretudo ao nível escolar) e consideram-se mais capazes de agir eficazmente para aumentar a frequência dos primeiros e diminuir a dos segundos; nota-se uma tendência a estruturar a vida da criança de modo mais flexível, diminuindo progressivamente a importância das normas rígidas; no entanto, a frequência de apresentação de situações não estruturadas não varia com a classe social. Parece, portanto, que o menor autoritarismo, a maior aceitação da

criança, o nível de expectativas alto, a maior autonomia, o *locus* de controlo mais interno e a estruturação da vida quotidiana mais flexível e menos rígida são as características educativas das mães das zonas urbanas dos estratos socioeconómicos mais altos.

As mães das classes baixas e das zonas rurais situam-se no pólo oposto. Apesar de se tratar de um estudo meramente exploratório, não permitindo generalização dos resultados ao conjunto da população portuguesa (Fontaine, 1986), perdura a ideia base da variação das práticas educativas protagonizadas pelas mães portuguesas.

2.3. Impacto da violência conjugal sobre a mulher nas práticas educativas parentais

O exercício da parentalidade de mulheres vítimas de violência conjugal, sobretudo as que têm filhos pequenos, é um tema que ainda está pouco explorado (Devoe & Smith, 2002). Apesar da carência de pesquisas sobre os efeitos da violência na parentalidade, tem sido documentado que as práticas parentais podem ser negativamente afectadas pela violência bem como mediar a relação entre a violência doméstica e o funcionamento das crianças em idade escolar (Levendosky, Huth-Bocks, Shapiro & Semel, 2003).

A exposição das mulheres à violência conjugal afecta directamente a sua capacidade física e psicológica, prejudicando, indirectamente, a sua capacidade de gerir a relação com os filhos em termos de eficácia parental e ajustamento das crianças (Levendosky, *et al.*, 2003).

De acordo com Matos (2005), o impacto da violência conjugal acarreta, para além dos danos físicos (fracturas, danos ao nível da audição, distúrbios ginecológicos, doenças sexualmente transmissíveis, etc.), manifestações psicológicas típicas tais como, os distúrbios cognitivos e de memória, os indicadores depressivos e de ansiedade assim como os distúrbios alimentares e de sono, psicossomáticos, os comportamentos aditivos (e.g., álcool) que se tornam evidentes a curto e a longo prazo.

De realçar que de entre os problemas psicopatológicos descritos mais documentados estão a Perturbação Pós- *Stress* Traumático (PPST) e a Depressão (Matos, 2005;

Levendosky, Lynch & Graham-Bermann, 2000). De acordo com o Manual de Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais, DSM-IV-TR, a Perturbação Pós- *Stress* Traumático (PPST), é uma perturbação da ansiedade que consiste no “desenvolvimento de sintomas característicos a seguir à exposição a um *stressor* traumático extremo” (APA, 2002, p.463). As mulheres, por motivos de violência, podem desenvolver este distúrbio. O aspecto fulcral desta definição foi a postulação de princípios segundo os quais o agente etiológico, ou evento traumático, devia estar fora do indivíduo e não inerente a uma fraqueza individual do sujeito.

Para além do dano psicológico é importante, para o objectivo principal deste estudo, referir o impacto a nível maternal (Matos, 2005), ou seja a forma como a violência compromete o desempenho materno. Baker e Cunningham (2004, citado por Baker & Cunningham, 2005) afirmam que, antes ou depois de uma separação, o poder e as táticas de controlo usadas pelo ofensor podem comprometer seriamente as práticas parentais da mulher.

Perante um episódio de violência, a atenção e a energia da mulher passam a estar canalizadas para a avaliação do estado afectivo do agressor, preocupando-se, assim, com a sua segurança e a dos seus filhos, descurando por vezes, a satisfação das necessidades básicas dos mesmos (Holden *et al.*, 1998; Osofsky, 1999; Zuckerman, 1999 citado por Sani, no prelo).

A mulher pode vir a acreditar que é uma mãe desajustada ou que poderá perder o respeito por parte de algum dos seus filhos. A sua capacidade para ser uma mãe activa e segura pode ser oprimida por contingências do abuso, como o cansaço. A vítima pode recorrer a estratégias de sobrevivência, por vezes com efeitos negativos (por exemplo, abuso de drogas), ela pode ainda ser enredada numa situação de competição com o seu companheiro pela luta de lealdade e afectos dos seus filhos e, em última instância, o vínculo com os seus filhos pode estar comprometido.

De acordo com Baker *et al.* (2005), verificam-se certos comportamentos que, apesar de serem típicos em mulheres vítimas de violência conjugal, podem, também, ser vistos em algumas mulheres que não são abusadas pelo seu parceiro íntimo. Alguns desses comportamentos são:

- A mãe sente-se inadequada e com falta de confiança na sua capacidade como tal;
- Descreve-se como excessivamente permissiva ou indulgente para compensar o estilo parental autoritário do seu companheiro, ou, pelo contrário, ter que ser muito rigorosa com os filhos para os proteger do seu parceiro;
- Sente-se ultrapassada pelo seu papel de mãe, revelando-se cansada, deprimida ou agitada;
- Ela defende, minimiza ou dá desculpas para os actos e palavras inadequadas do seu parceiro;
- Pode usar drogas e/ou álcool em excesso;
- É provável que seja uma mãe que utiliza uma disciplina rígida ou até mesmo maus tratos.

As mulheres nesta situação podem procurar apoio para responder a comportamentos preocupantes dos seus filhos (Baker & Cunningham, 2004, citado por Baker & Cunningham, 2005). Assumindo que, para as mulheres vítimas de maus tratos, uma das principais preocupações é o bem-estar dos seus filhos, as suas decisões de segurança são dirigidas de acordo com as necessidades da criança (Rudo & Powell, 1996; Spears, 2000, citado por Sani, 2002).

A partir de um estudo levado a cabo por Levendosky e colaboradores (2003), em que analisaram o papel mediador da relação mãe-criança no funcionamento de 103 crianças em idades pré-escolares com experiência de violência doméstica, concluíram que as mulheres que estavam deprimidas devido à violência apresentavam uma menor eficácia parental e uma vinculação mais insegura com as suas crianças. Quanto ao comportamento observado das crianças, os autores revelam, que estas interagem menos positivamente com as mães, ou seja, apresentavam menor foco de atenção, afecto menos positivo, menores interações verbais e menor proximidade (Levendosky et al., 2003), nas situações em que as mães eram vítimas de maus-tratos.

Segundo refere Walker (2000), a mulher vítima de violência conjugal pode ainda acreditar nos mitos relacionados com as relações conjugais violentas, ter uma visão tradicionalista da relação conjugal e acreditar fortemente na unidade familiar e nos

estereótipos relativos aos papéis dos diferentes sexos, ter assimilado desde cedo a submissão à vontade do homem como algo natural.

Como nos refere Levendosky (1995) e McCloskey *et al.* (1995) (citado por Levendosky, Lynch & Graham-Bermann, 2000) em alguns estudos, as mães maltratadas tendem a relatar que são menos calorosas e menos eficazes quando comparadas com mães que não são vítimas de maus tratos. Em contrapartida, um outro estudo indicou que a severidade da violência doméstica não estava relacionada com os maus tratos das mulheres maltratadas e o stress parental, com estratégias de disciplina, nem a com a sua integridade física e disponibilidade emocional para os seus filhos (Sullivan *et al.*, 1997 citado por Levendosky, *et al.*, 2000). Verificamos assim a ausência de conformidade entre os resultados destes estudos, revelando que a maneira como as mães exercem as suas competências parentais para com os seus filhos não é linear nem depende exclusivamente do facto de serem ou não vítimas de violência conjugal.

McCloskey, Figueredo e Koss (1995 citado por Calheiros & Monteiro, 2007), a fim de estudarem os efeitos da violência doméstica nos comportamentos parentais, mediram o apoio dado às crianças pelas mães, através da avaliação destas, assim como directamente com as crianças. Os resultados indicam que as famílias violentas dão menos apoio às crianças do que as famílias não violentas, e que quando o suporte ocorre compensa nas crianças o efeito negativo da violência.

Num estudo comparativo entre mulheres agredidas e não agredidas Graham-Bermann e Levendosky (1998, Calheiros *et al.*, 2007) encontraram maior punição dos filhos nas primeiras. Estes autores referem que, tanto o abuso físico como o psicológico afecta de forma negativa o funcionamento psicológico das mulheres que, por sua vez, está negativamente relacionado com o comportamento parental e com o funcionamento da criança.

Contrariamente aos resultados anteriormente apresentados, outros estudos (Holden e Ritchie, 1991; Sullivan & Bradbury, 1997 citado por Calheiros *et al.*, 2007) não encontraram efeitos da violência doméstica nos comportamentos parentais. No primeiro, através de uma amostra de 37 mulheres, foram medidas as variáveis parentais cognitivas, de afeição física, de punição e um índice de comportamento negativo de educação, e não encontraram diferenças entre as mulheres batidas e não batidas. No

segundo estudo, Sullivan e Bradbury, afirmam que a gravidade da violência doméstica não está relacionada com o *stress* parental nas mulheres batidas, ao avaliaram as estratégias de disciplina ou disponibilidade emocional e psicológica destas com as crianças. Verificaram, contudo, que o aumento de disponibilidade emocional e física da mãe estava relacionado com o bem-estar da criança. A ideia de que a violência doméstica afecta os comportamentos educativos das mães e que a experiência de abuso crónico dificulta a capacidade de dar suporte emocional aos outros, incluindo os próprios filhos parece um dado consensual na literatura (Levendosky *et al.*, 2000).

Entre as poucas excepções, destaca-se o estudo de Belsky, Youngblade e Pensky (1990, citado por Oliveira, Marin, Pires, Frizzo, Ravello, & Rossato, 2002), em que a qualidade da relação conjugal se apresentou como um importante factor de protecção para mães cuja infância houvera sido marcada pela rejeição e falta de apoio parentais. Nesse estudo, lembranças de rejeição e falta de apoio vivenciados na infância reflectiram negativamente na emocionalidade materna para com a criança, quando a qualidade conjugal era também percebida como pouco positiva. Quando a qualidade conjugal era percebida como muito positiva, as lembranças de rejeição ou falta de apoio não se reflectiram na emocionalidade materna actual. Tais observações sobre efeitos moderadores deixam em aberto o possível papel mediador que as atitudes de uma mãe sobre a sua relação conjugal podem também exercer no ciclo intergeracional. É preciso que se saiba não apenas quando, mas, principalmente, como um determinado estilo parental prenuncia recorrente risco ou protecção na segunda geração, que por sua vez se reflecte no desenvolvimento social da criança, na terceira geração. É possível que a experiência de criação autoritária aumente a probabilidade de uma mãe repetir esse estilo parental na medida que as suas próprias atitudes conjugais se tornam mais hostis e conflituosas (Oliveira, 2002).

Partindo do princípio de que as rupturas e mudanças na família, a discórdia marital e familiar e a violência doméstica têm sido implicadas nos estudos como factores potenciais que interferem negativamente nos processos de parentalidade, e que conduzem a mudanças efectivas na qualidade das relações pais-filhos, na falta de disponibilidade emocional, e na adopção de estilos parentais menos capazes (Belsky, 1984; Easterbrooks & Emde, 1988 citado por Calheiros & Monteiro, 2007), em Portugal surgiu recentemente um estudo sobre “ relações familiares e práticas maternas de mau

trato e de negligência”, efectuado junto de 102 mães (79 mães maltratantes e negligentes e 23 mães sem mau trato e negligência), cujo objectivo foi analisar os efeitos da estrutura e das relações familiares nas práticas maternas, seguindo a corrente teórica de que os dois subsistemas familiares (e.g., pais-filhos e marido-esposa/família) estão relacionados (Calheiros & Monteiro, 2007).

O estudo partiu de uma hipótese geral, a do extravasamento (*spillover*). Esta hipótese, baseada nas teorias dos sistemas (e.g. Feldman, Wentzel, Weinberger & Munson, 1990 citado por Calheiros & Monteiro, 2007), sugere que um determinado comportamento adoptado num subsistema é transferido para outro subsistema, ou seja, comportamentos praticados no subsistema marital podem vir a transferir-se para o subsistema pais-filhos. Mediante o modelo utilizado para testar esta hipótese, “modelo das relações familiares (violência, coesão e conflito) na relação entre a estrutura familiar e variáveis do exossistema (acontecimentos de vida e nível socioeconómico) e as práticas maternas abusivas” (p.205). Com o teste do modelo, pretendeu-se perceber o papel desempenhado pelos contextos relacionais das famílias na parentalidade abusiva e fez-se através de dois pressupostos gerais: que através de um processo de generalização de *stress* as relações familiares modelam o meio educativo, sendo este padrão de relações familiares mantido ou aumentado nas práticas maternas; e que quer as variáveis do exossistema, quer as variáveis relacionais do contexto microssistémico familiar são fundamentais nos processos de mediação que mantêm a relação entre os dois subsistemas.

Os resultados obtidos comprovam que a violência doméstica desempenha um papel importantíssimo na predição da parentalidade abusiva, através de efeitos directos na negligência e no mau trato, esta relação verifica-se através do próprio relato das mães agredidas que referem a interferência da violência doméstica na sua capacidade para dar afecto e tempo aos filhos. Relativamente aos processos que geram as práticas maternas abusivas, qualquer uma das variáveis do contexto socio-ecológico é geradora da parentalidade abusiva das mães, contudo, são dois os processos que explicam a relação entre este subsistema mais geral, o subsistema familiar e a parentalidade abusiva.

Relativamente aos efeitos directos, enquanto a estrutura familiar explica a ocorrência do mau trato, o estatuto socioeconómico é o preditor mais significativo dos comportamentos negligentes. Os resultados obtidos relativamente aos efeitos indirectos

dos acontecimentos de vida negativos, através da violência doméstica, na parentalidade abusiva (mau trato e negligência) estão de acordo com as teorias que defendem que das rupturas e mudanças na família, a discórdia marital e familiar e a violência doméstica têm sido implicadas nos estudos como factores potenciais que interferem negativamente nos processos de parentalidade, e que conduzem a mudanças efectivas na qualidade das relações pais-filhos, na falta de disponibilidade emocional, e na adopção de estilos parentais menos capazes (Belsky, 1984; Easterbrooks & Emde, 1988 citado por Calheiros *et al.*, 2007).

Estudos efectuados com mulheres agredidas pelos maridos, evidenciam que a violência contra a mulher pressupõe a tendência para o uso de agressões físicas e de abuso psicológico contra os filhos. Este abuso pode traduzir-se em ameaças, coacção ou negligência por parte da mãe, podendo levar ao afastamento dos filhos para casa de familiares (Monteiro, 2000; Dias, 2004).

O contexto violento afecta negativamente o funcionamento psicológico da vítima e conseqüentemente as suas capacidades de uma parentalidade normativa, mas importa também salientar que outros problemas adicionais (e.g., o divórcio, os problemas económicos, o desemprego, o risco de despejo de casa) podem interferir com a capacidade da mãe para dar resposta às preocupações e medos da criança (Sani, no prelo).

O elevado nível de *stress* causado pela experiência de vitimação, para além de poder causar na vítima uma parentalidade debilitada, por vezes poderá originar novas aprendizagens e fortalecer competências. Alguns estudos (e.g., Levendosky, Lynch e Graham-Bermann, 2000) analisam os efeitos da violência sobre o companheiro, partindo das percepções de mulheres vítimas, concluindo que ao nível da parentalidade estas reconhecem não só a existência de efeitos negativos, mas também positivos. Entre os vários exemplos apontados está a mobilização de recursos para responder à violência em defesa das suas crianças, o providenciar estrutura, a melhoria no afecto pelos filhos, a disponibilidade emocional para as crianças ou a orientação para as reforçar positivamente. Estes dados contrariam as concepções teóricas que vêem a mulher vítima de violência doméstica como passiva, indefesa ou focada somente nas necessidades do ofensor. Tal quer significar que mesmo em situações de elevado *stress* o ser humano consegue mobilizar recursos pessoais para responder da melhor forma (Sani, no prelo).

Síntese conclusiva

A parentalidade não se resume à satisfação das necessidades básicas dos filhos, é uma tarefa muito mais complexa e desafiante. É a partir da família que se dá início a todo o processo de socialização da criança e, para tal, os pais adoptam determinadas estratégias disciplinares para a orientação dos filhos. Estas estratégias estão divididas em estilos e práticas parentais. As práticas educativas (e.g. o uso de explicações, de punições ou de recompensas) referem-se às estratégias utilizadas pelos pais para atingir objectivos específicos em diferentes domínios (e.g. académico, social, afectivo) sob determinadas circunstâncias e contextos. Os estilos parentais referem-se ao padrão global de características da interacção dos pais com os filhos em diversas situações, que geram um clima emocional.

A literatura tem vindo a defender que os conflitos conjugais acarretam efeitos negativos (e.g. Belsky, Rovine & Fish, 1989; Cowan, Cowan, Heming & Miller, 1991; Cox, Owen, Lewis & Henderson, 1989; Kerig, Cowan & Cowan, 1993; Pratt, Kerig, Cowan & Cowan, 1992, citado por Kerig, 1996; Levendosky, Lynch, Graham-Bermann, 2000) mas também podem trazer influências positivas no exercício das práticas parentais dado que, as mulheres frequentemente mobilizam os seus recursos para responder à violência em nome de seus filhos (Levendosky *et al.*, 2000).

Parte Empírica

Capítulo III – Estudo empírico

Introdução

O presente estudo, pretende analisar o impacto da violência conjugal exercido contra as mulheres nas práticas educativas parentais sobre os seus filhos.

Alia duas perspectivas utilizadas na investigação psicológica, a quantitativa e a qualitativa, dado ser possível esta convergência a nível prático (Sani, 1997). De acordo com Rossman, Hughes e Rosenberg (2000, citado por Sani, 2003), a combinação destes dois métodos permitem-nos obter mais certezas quanto à informação que recebemos mantendo-nos abertos a novas áreas de estudo.

Na presente investigação a perspectiva quantitativa e a qualitativa ocorrem em fases distintas. Relativamente ao estudo quantitativo pretendemos fazer a leitura das práticas educativas parentais, a frequência praticada pelas mães vítimas e por não vítimas de violência conjugal e a averiguação se existem diferenças no exercício dessas práticas em função dessa vivência ou não de experiência de violência. Na fase qualitativa pretendemos analisar, de forma mais detalhada e realista, o modo como estas práticas são influenciadas pela vitimização através de entrevistas efectuadas a vítimas de violência conjugal, tentando compreender o mundo interior do sujeito (Sani, 2003).

A discussão dos resultados será efectuada aliando ambas as perspectivas com a devida fundamentação teórica.

3.1. Estudo quantitativo

Nesta parte, será abordada a metodologia utilizada ao longo do processo de investigação, sendo referidos o objectivo geral e os objectivos específicos do estudo, as perguntas de partida e as características da amostra. Continuamente serão apresentados os instrumentos utilizados, o procedimento adoptado para a aplicação dos mesmos, bem como o seu tratamento estatístico. Finalmente serão expostos os resultados do estudo e a respectiva discussão.

3.1.1. Objectivos do estudo

O objectivo geral deste estudo é verificar se existem diferenças ao nível das práticas educativas entre mães vítimas de violência conjugal e as mães que não estão expostas a este tipo de stressor. Assim, especificamente, pretende-se:

- Verificar se as mulheres vítimas de maus tratos conjugais utilizam com regularidade práticas educativas inadequadas na interacção com os seus filhos (Bowker, Arbitell & McFerron, 1990 citado por Sani, 2006).
- Verificar se as mães de famílias violentas diferem no uso de práticas educativas adequadas na educação dos seus filhos (McCloskey, Figueredo, & Koss, 1995 citado por Calheiros & Monteiro, 2007).
- Verificar a possibilidade do risco para os filhos de mães maltratadas de serem também maltratados por estas (Magen, Conroy, Hess, Panciera & Simon, 2001).

3.1.2. Hipóteses de estudo

Uma hipótese é um enunciado conjectural das relações entre duas ou mais variáveis elaborado através de sentenças declarativas (Kerlinger, 1980). “É uma proposição provisória, uma suposição que deve ser verificada” (Quivy & Campenhoudt, 1998, p.150). Neste sentido e para o presente estudo levantam-se as seguintes hipóteses:

Hipótese 1 – As mães vítimas de violência conjugal diferenciam-se ao nível das práticas educativas das mulheres e mães que não apresentam história de vitimação (Levendosky & Graham-Bermann, 2000).

Hipótese 2 - As mães vítimas de violência apresentem significativamente mais práticas inadequadas na interacção com os filhos do que as mães que não experienciam violência nas suas relações conjugais.

Hipótese 3 - As mães de famílias violentas apresentem diferenças quanto ao uso de práticas educativas adequadas na educação dos seus filhos relativamente às mães de famílias não violentas (McCloskey, Figueredo, & Koss, 1995 citado por Calheiros & Monteiro, 2007).

Hipótese 4 - As mães vítimas de violência conjugal têm mais probabilidade de abusar fisicamente das suas crianças do que as mães que não sofrem essa vitimação (McKay, 1994 citado por Kopels & Sheridan, 2002; Bowker, Arbitell e McFerron, 1990 citado por Sani, 2006; Danoso & Ricas, 2009).

Hipótese 5 - As mulheres agredidas pelo cônjuge apresentem significativamente mais práticas de maus-tratos psicológicos na interação com os filhos do que as mães que não experienciam violência nas suas relações conjugais (Monteiro, 2000; Dias, 2004).

Hipótese 6 – As mães vítimas de violência utilizam mais punição física com os filhos (Graham-Bermann & Levendosky, 1998 citado por Calheiros *et al.*, 2007; Monteiro, 2000; Dias, 2004) do que as mães que não estão expostas a este tipo de stressor.

3.1.3. Método

3.1.3.1. Participantes

A amostra do presente estudo é constituída por 60 mulheres com filhos (ou com crianças a cargo) pertencentes a famílias beneficiárias da medida do Rendimento Social de Inserção (R.S.I)⁸ de uma região do Norte. Estas famílias constituem agregados familiares socialmente desfavorecidos, com um elevado nível de precariedade económica devido à escassez de ofertas de trabalho na região, à prática da agricultura de subsistência como forma de ocupação, que acaba por ser um entrave na procura de emprego e a baixa escolaridade.

As 60 participantes foram divididas em dois grupos, o primeiro grupo (N=30) foram identificadas como sendo vítimas de violência conjugal e o segundo (N=30) como não experienciando este tipo de factor de risco. Estes dois grupos foram constituídos a partir da análise da informação social disponibilizada pelos serviços da Segurança Social e com base no próprio relato das inquiridas.

⁸ A presente lei institui o rendimento social de inserção que consiste numa prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção, de modo a conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e que favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária (Lei n.º 13/2003 de 21 de Maio).

As idades variam entre os 21 e os 60 anos de idade (cf. Figura 3), sendo a média de idade das vítimas de 39 anos, com um desvio padrão de 7,029. As não vítimas possuem uma média de idade de 38 anos, com um desvio padrão de 7,255 (cf. Quadro 1).

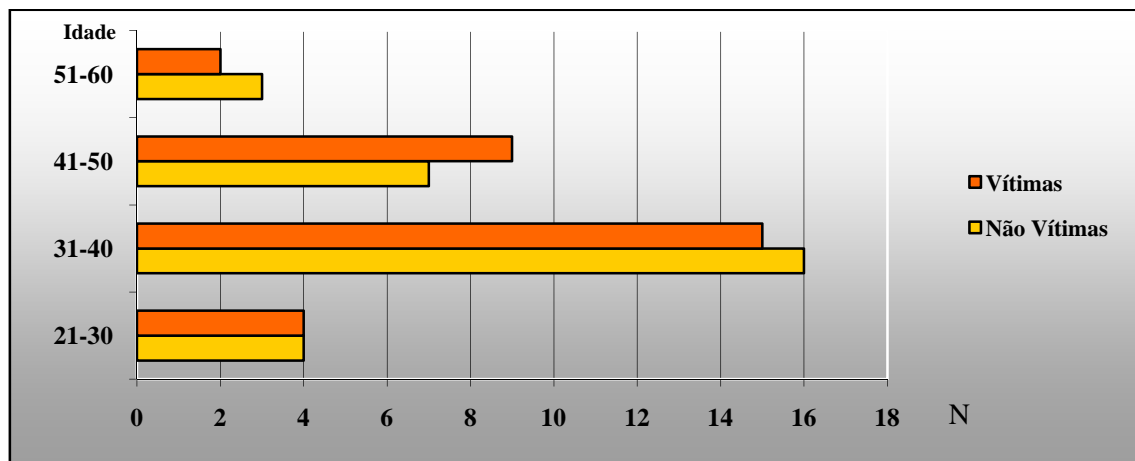


Figura 3. Distribuição da amostra em função da idade.

Quadro 1. Características da idade da amostra

	N	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Vítimas	30	39,10	7,029	26	53
Não Vítimas	30	37,70	7,255	24	54

Relativamente ao estado civil das vítimas, 17 (56,7%) são casadas ou vivem em união de facto sendo as restantes (43,3%) divorciadas ou separadas. Das não vítimas 86,7% revelam ser casadas, 10% (3) solteiras e uma das inquiridas refere ser viúva.

Sendo nossa intenção analisar as práticas educativas parentais, este estudo conta exclusivamente com participantes com filhos e/ou que tenham ou tivessem tido crianças a cargo (do total da amostra apenas uma participante, pertencente ao grupo das vítimas, revelou ter actualmente outras crianças a cargo e duas dizem que já tiveram, no grupo das não vítimas uma referiu que teve). Os resultados relativos ao n.º de filhos descritos pela amostra revelam que, tanto as vítimas como as não vítimas têm maioritariamente 2 filhos, o que significa 46,7% do total da amostra.

Quadro 2. Distribuição da amostra em relação ao N.º de filhos

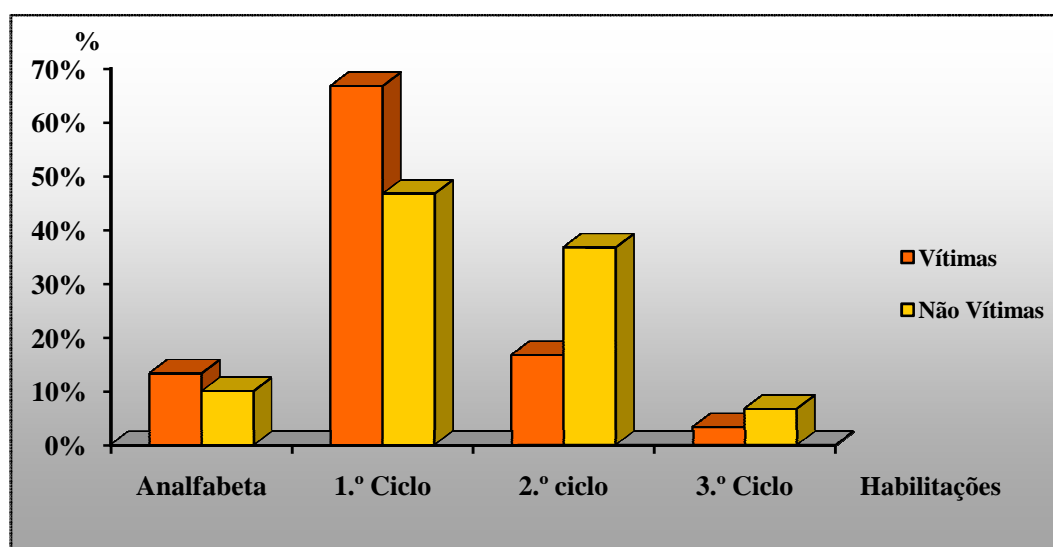
	N.º Filhos				
	1 Filho	2 Filhos	3 Filhos	4 Filhos	Mais de 4 Filhos
Vítimas	4 (13,3%)	14 (46,7%)	4 (13,3%)	4 (13,3%)	4 (13,3%)
Não Vítimas	4 (13,3%)	14 (46,7%)	8 (26,7%)	4 (13,3%)	—

No caso das mães com mais do que um filho com menos de 18 anos de idade, foi-lhes pedido que respondessem em relação à criança que foi a última a fazer anos em casa (Machado, Gonçalves & Matos, 2007).

Quadro 3. Distribuição da amostra em relação à idade dos filhos

	Idade dos Filhos			
	0-4	5-9	10-14	15-19
Vítimas	0	6	16	8
Não Vítimas	2	7	11	10

As habilitações literárias das vítimas apontam que a maioria possui o 1.º ciclo (20), seguido do 2.º ciclo (5) e as analfabetas (4), apenas uma das inquiridas possui o 3.º ciclo. No que toca ao grupo das não vítimas, a distribuição de valores recai sobretudo entre o 1.º e o 2.º ciclos, sendo 14 e 11, respectivamente, as mulheres que possuem as referidas habilitações, quanto à ausência de habilitações, 3 responderam ser analfabetas e 2 apontam ter o 3.º ciclo. Em termos percentuais apresentamos os resultados na figura 4.

**Figura 4.** Distribuição da amostra em função das habilitações literárias.

Dado tratar-se de uma amostra retirada de um nível socioeconómico precário (visto serem beneficiárias do R.S.I), não é difícil de conceber o tipo de profissões que cabem na nossa amostra. Relativamente às vítimas, os valores mais elevados aparecem em duas actividades, 56,7% são domésticas e 33,3% dedicam-se à agricultura. Quanto às não vítimas, 73,3% situam-se no exercício da agricultura estando as restantes distribuídas uniformemente pela actividade doméstica e como auxiliares (de fisioterapia e de acção escolar).

3.1.3.2. Inventário de Práticas Educativas (I.P.E.)

O Inventário de Práticas Educativas (I.P.E.) (cf. anexo 1) tem como objectivo tipificar as práticas educativas usadas pelos pais ou cuidadores das crianças. Enuncia 29 itens de práticas educativas teoricamente agrupadas em cinco dimensões:

- a) “Práticas educativas adequadas” (itens 1,7,11,17,29);
- b) “Práticas inadequadas embora não abusivas” (itens 2,22,24,26);
- c) “Práticas punitivas que envolvem punição física” (itens 3,5,10,14,15);
- d) “Maus-tratos emocionais” (itens 8,9,21,23,25);
- e) “Maus-tratos físicos” (itens 6,13,18,19,20,27,28).

O agrupamento destas práticas educativas teve por base um critério teórico, utilizando o juízo de peritos em Psicologia forense e clínica, contudo, dada a sua discordância em três comportamentos, que para uns seriam maltrato físico e para outros punição física, surge uma categoria adicional designada por “Comportamentos potencialmente maltratantes” (itens 4,12,16). Em relação a cada um dos 29 comportamentos solicita-se aos pais que respondam com que frequência as utilizou no último ano, sendo dadas 4 opções: “nunca usei”, “usei uma única vez”, “usei menos do que uma vez por mês”, “usei mais do que uma vez por mês” e se as consideram “adequadas” ou “inadequadas”. A escala pode ser administrada individualmente ou em grupo não estando estipulado um limite de tempo. Não se baseia numa cotação dado tratar-se de uma escala comportamental sendo que, deverá proceder-se a uma leitura item a item (Machado, Gonçalves & Matos, 2007).

3.1.3.3. Procedimento

Após autorização prévia do Centro Distrital da Segurança Social, especificamente do Núcleo de Qualificação Familiar e Territórios (cf. anexo 2), seguiu-se a administração do questionário (I.P.E.) individualmente às beneficiárias do R.S.I. mediante consentimento informado (cf. anexo 3). A aplicação do instrumento decorreu numa sala ao lado do gabinete de atendimento do R.S.I., com a privacidade necessária de modo a assegurar o carácter anónimo, voluntário e confidencial da participação dos sujeitos.

3.1.4. Tratamento de dados

Para encontrar as respostas para as questões levantadas e testarmos as hipóteses formuladas no contexto deste trabalho, submetemos as variáveis em estudo a um processo de operacionalização de modo a assegurar uma colheita de dados válidos e cuja natureza de medição permitisse o seu tratamento estatístico e interpretação adequada. O processamento dos dados englobou todos os procedimentos desde a introdução de dados até à análise estatística dos mesmos. Inicialmente criamos uma base de dados no programa SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) versão 15.0. O tratamento estatístico dos dados contemplou primeiramente uma análise descritiva e posteriormente análises diferenciais, designadamente a utilização do teste paramétrico, especificamente o Teste *T* Student para amostras independentes.

3.1.5. Apresentação dos resultados quantitativos

3.1.5.1. Análise descritiva

Do conjunto de dados obtidos, passaremos a apresentar a análise efectuada ao I.P.E., centrando-nos nas atitudes e práticas educativas parentais que caracterizam as mães (vítimas e não vítimas) de famílias beneficiárias da medida do R.S.I. da região Norte onde se desenvolveu o estudo.

- **Maus tratos físicos**

Quadro 4. *Maus tratos físicos*

Comportamento	Prevalência	
	Não Vítimas	Vítimas
Bater deixando marcas	0%	13,3%
Dar murros ou pontapés	3,3%	20%
Bater com cinto	0%	6,7%
Bater com outros objectos	0%	10%
Atirar objectos	3,3%	13,3%
Abanar ou sacudir crianças com menos de 2 anos de idade	0%	6,7%
Bater causando ferimentos	0%	3,3%

De entre os comportamentos abusivos identificados, de onde se exclui, de acordo com os autores, comportamentos que envolvem punição física mas que fazem parte das práticas educativas comuns e/ou legitimadas na nossa cultura a maioria das mães [vítimas (89,5%) e não vítimas (99%)] não os utiliza como práticas educativas regulares, no entanto, o seu uso prevalece maioritariamente junto das vítimas de violência conjugal. De referir que, das mulheres vítimas, 4 (13,3%) referiram ter recorrido “uma vez por mês”, especificamente “bater deixando marcas”. Relativamente a “dar murros ou pontapés”, 13,3% apontaram o seu recurso “uma vez por mês”, uma refere que praticou este acto “menos do que uma vez por mês” e outra “mais do que uma vez por mês”. Nos itens “bater com cinto” e “abanar ou sacudir com força crianças com menos de dois anos de idade”, 2 (6,7%) assumem a sua utilização “menos que uma vez por mês”. O comportamento “atirar objectos”, foi apontado por 13,3% (4) como tendo sido utilizado “menos do que uma vez por mês” pelas mães vítimas (cf. anexo 4⁹).

Relativamente ao facto de os considerarem como “adequados” ou “inadequados”, uma das vítimas aponta como prática adequada o “dar murros ou pontapés” e duas “bater com cinto” sendo todos outros, apesar de os utilizarem, relatados como inadequados. Quanto às não vítimas, referem que todos estes comportamentos são inadequados, excepto uma que considera adequado, especificamente, o “atirar objectos”.

- **Comportamentos potencialmente maltratantes**

Derivado à discordância entre os peritos em considerá-los maltrato físico ou punição física, os três comportamentos que compõe esta categoria foram designados como “potencialmente maltratantes”.

⁹ Ver quadros de análise de frequências e cruzamento de variáveis

Quadro 5. *Comportamentos potencialmente maltratantes*

Comportamento	Prevalência	
	Não Vítimas	Vítimas
Dar uma bofetada na cara, cabeça ou orelhas	26,7%	46,7%
Dar sovas com a mão	16,7%	36,7%
Dar várias bofetadas	10%	43,3%

Na nossa amostra a prevalência dos comportamentos potencialmente maltratantes recaí maioritariamente sobre as vítimas de violência conjugal, em que 20% (6) admitiram recorrer a estas práticas, principalmente “dar uma bofetada na cara” mais do que uma vez por mês.

No total da amostra, a média (7,8%) das progenitoras consideram o recurso a estes comportamentos como adequados, sendo igual o valor obtido em ambos os grupos.

- **Maus tratos emocionais**

Machado, Gonçalves e Matos (2004) consideram práticas emocionalmente abusivas o “conjunto de comportamentos claramente lesivos da auto-estima, sentimento de aceitação, pertença ou segurança da criança” (p.39). Os resultados obtidos, através da nossa amostra, quanto à prevalência desses comportamentos foram os seguintes:

Quadro 6. *Maus tratos emocionais*

Comportamento	Prevalência	
	Não Vítimas	Vítimas
Insultar a criança	36,7%	56,7%
Dizer que não se gosta da criança	0%	10%
Dizer à criança que nunca devia ter nascido	0%	16,7%
Fechar a criança num quarto à chave	0%	3,3%
Fechar a criança num quarto escuro	0%	3,3%

Verificamos que no total das mulheres não vítimas 11 (36,7%) assumiram utilizar como prática emocionalmente abusiva o “insultar a criança”, e destas, apenas 3 (10%) a consideram uma prática adequada. As vítimas apresentaram registo em todos os comportamentos descritos, embora, tal como as não vítimas obtiveram valores mais elevados no que se refere ao insulto como mau trato emocional contra as crianças e, no total 6 (20%), mencionam este conjunto de comportamentos como adequados.

- **Punição física**

A designação deste item, foi justificada pelos seus autores ao incluírem um conjunto de comportamentos punitivos que, embora possa não haver consenso quanto à sua adequação ou inadequação, não são, em princípio, abusivos. Consideram também que factores tais como a sua frequência, intensidade e idade da criança os poderão converter em práticas abusivas. Os resultados obtidos foram os seguintes:

Quadro 7. Punição física

Comportamento	Prevalência	
	Não Vítimas	Vítimas
Bater no rabo com a mão	63,3%	80%
Puxar as orelhas	33,3%	53,3%
Dar palmadas na mão, braço ou perna	20%	36,7%
Abanar ou sacudir crianças com mais de 2 anos de idade	0%	6,6%
Bater no rabo com um objecto duro	0%	13,3%

Estes resultados permitem-nos evidenciar o uso disseminado da punição física como prática educativa entre as progenitoras da nossa amostra, sendo de salientar que as mulheres vítimas manifestam maior recurso a estas práticas. Esta parece constituir uma estratégia punitiva que as mães usam com alguma regularidade. É contudo de notar que das inquiridas que afirmam recorrer a estes comportamentos, a maioria o faz menos do que uma vez por mês (vítimas: 86,6%; não vítimas: 63,3%), aparentemente procurando evitar uma frequência excessiva da punição física das crianças. Tanto as vítimas como as não vítimas percebem a punição física como prática educativa adequada, prevalecendo, sobretudo, o “bater no rabo com a mão”, “puxar as orelhas” e “dar palmadas na mão, braço ou perna”.

- **Práticas inadequadas mas não abusivas**

Estes itens referem-se a um conjunto de práticas educativas que, embora não sejam, em princípio, abusivas, correspondem a formas ineficazes ou indesejáveis (pelos seus efeitos secundários) de gestão do comportamento infantil (Machado *et al.*, 2004). Tal como explicita o quadro seguinte, estas são estratégias amplamente utilizadas pelas progenitoras da nossa amostra.

Quadro 8. *Práticas inadequadas mas não abusivas*

Comportamento	Prevalência	
	Não Vítimas	Vítimas
A mãe ameaçar a criança que o pai lhe vai bater	20%	46,7%
Ameaçar a criança de que se lhe vai bater, não o fazendo	76,7%	83,3%
Dizer “se te portares mal não gosto de ti”	26,6%	63,3%
“Dar sermões”	93,3%	96,7%

Estes comportamentos são utilizados com elevada regularidade por parte das vítimas, por exemplo, em relação a “dar sermões”, 26 (86,7%) das inquiridas, referiram usar mais do que uma vez por mês e, 63,3% (19) afirmaram recorrer à ameaça de bater (embora não o fazendo) com a mesma regularidade.

Apesar da prevalência se revelar mais baixa, as não vítimas assumiram utilizar estes comportamentos usualmente e de forma regular. Relativamente à prática de “dar sermões”, 21 (70%) utilizaram esta estratégia mais do que uma vez por mês. Em grau mais ou menos semelhante, estas estratégias são tidas por ambos os grupos como sendo adequadas enquanto práticas educativas parentais.

- **Práticas adequadas**

Por fim, os resultados relativos à utilização de práticas educativas usualmente consideradas adequadas e eficazes na gestão do comportamento infantil (Ibidem, 2004) evidenciam uma frequente utilização de estratégias indutivas e reforçadoras do bom comportamento da criança, a par de um uso relativamente comum de estratégias punitivas de cariz não físico.

Quadro 9. *Práticas adequadas*

Comportamento	Prevalência	
	Não Vítimas	Vítimas
Dar conselhos	100%	96,7%
Mandar a criança para o quarto sem fechar a porta	30%	40%
Elogiar a criança quando se porta bem	100%	90%
Explicar à criança o que fez mal	96,7%	93,3%
Castigar a criança quando se porta mal retirando-lhe coisas que gosta	53,3%	56,7%

De um modo geral, o recurso a estas estratégias é comum e frequente por parte da totalidade das progenitoras em estudo. De entre os comportamentos descritos, e apesar de terem sido usados com regularidade (mais do que uma vez por mês) tanto entre as vítimas como entre as não vítimas, prevalece em menor percentagem o “mandar a

criança para o quarto sem fechar a porta” (vítimas: 13,3%; não vítimas: 6,7%) e “castigar a criança quando se porta mal retirando-lhe coisas que gosta” (vítimas: 30%; não vítimas: 16,7%). No total, a amostra revela adoptar estes comportamentos como práticas adequadas.

3.1.5.2. Análise diferencial

Mediante a aplicação de estatísticas paramétricas (Teste *t Student* para amostras independentes), iremos agora verificar se os grupos que participam nesta situação experimental são, de facto distintos, no que respeita às práticas educativas utilizadas, em ambiente de violência conjugal ou não, com os seus filhos. Para tal, iremos analisar os resultados obtidos com o Inventário de Práticas Educativas (I.P.E.).

Partimos do pressuposto de que as práticas educativas utilizadas pelas mães vítimas de violência conjugal e as mães não expostas a esse tipo de violência seriam distintas. Através do Teste *T de Student* a nossa percepção inicial, acabou por se confirmar, como podemos ver no quadro que se segue.

Quadro 10. Teste *t de Student* para os grupos de vítimas e não vítimas nos factores do I.P.E.

		N	Média	Desvio Padrão	t	g.l.	Sig.																																												
Práticas inadequadas não abusivas	Vítimas	30	11,47	3,037	3,075	55,7	,003**																																												
	Não Vítimas	30	9,27	2,477				Punição física	Vítimas	30	8,93	2,840	2,620	48,5	,011*	Não Vítimas	30	7,33	1,768	Maus-tratos emocionais	Vítimas	30	7,03	2,173	2,846	43,0	,006**	Não Vítimas	30	5,77	1,104	Maus-tratos físicos	Vítimas	30	7,83	1,341	2,868	34,2	,006**	Não Vítimas	30	7,10	,403	Comportamentos potencialmente maltratantes	Vítimas	30	5,53	3,060	2,180	45,9	,033*
Punição física	Vítimas	30	8,93	2,840	2,620	48,5	,011*																																												
	Não Vítimas	30	7,33	1,768				Maus-tratos emocionais	Vítimas	30	7,03	2,173	2,846	43,0	,006**	Não Vítimas	30	5,77	1,104	Maus-tratos físicos	Vítimas	30	7,83	1,341	2,868	34,2	,006**	Não Vítimas	30	7,10	,403	Comportamentos potencialmente maltratantes	Vítimas	30	5,53	3,060	2,180	45,9	,033*	Não Vítimas	30	4,13	1,737								
Maus-tratos emocionais	Vítimas	30	7,03	2,173	2,846	43,0	,006**																																												
	Não Vítimas	30	5,77	1,104				Maus-tratos físicos	Vítimas	30	7,83	1,341	2,868	34,2	,006**	Não Vítimas	30	7,10	,403	Comportamentos potencialmente maltratantes	Vítimas	30	5,53	3,060	2,180	45,9	,033*	Não Vítimas	30	4,13	1,737																				
Maus-tratos físicos	Vítimas	30	7,83	1,341	2,868	34,2	,006**																																												
	Não Vítimas	30	7,10	,403				Comportamentos potencialmente maltratantes	Vítimas	30	5,53	3,060	2,180	45,9	,033*	Não Vítimas	30	4,13	1,737																																
Comportamentos potencialmente maltratantes	Vítimas	30	5,53	3,060	2,180	45,9	,033*																																												
	Não Vítimas	30	4,13	1,737																																															

		N	Média	Desvio Padrão	t	g.l.	Sig.
Práticas educativas Adequadas	Vítimas	30	15,10	3,458	-,493	58	,624
	Não Vítimas	30	15,47	2,161			

* $p < .05$ ** $p < .01$

Mediante a análise do quadro 10 podemos verificar que, com exceção do factor que avalia as práticas educativas adequadas, todos revelam diferenças estatisticamente significativas. Estes valores podem levar-nos a aceitar a nossa primeira hipótese na qual afirmamos que “as vítimas de violência conjugal diferenciam-se a nível das práticas educativas das mulheres que não apresentam história de vitimação”.

Os resultados obtidos sugerem uma análise mais detalhada sobre todos os factores avaliados pelo inventário. Assim, relativamente às práticas educativas consideradas inadequadas mas não abusivas existem diferenças significativas entre os grupos em estudo. O grupo das vítimas apresenta uma média de 11,47 com um desvio padrão de 3,037 e a média para o grupo das não vítimas é de 9,27 sendo o desvio padrão de 2,477. O nível de significância obtido nesta escala revelou-se ser estatisticamente significativo ($p < .01$) o que nos permite confirmar a nossa segunda hipótese em que prevíamos que as mães vítimas de violência apresentam significativamente mais práticas inadequadas na interacção com os filhos do que as mães que não experienciam violência nas suas relações conjugais.

Acreditando que iríamos encontrar diferenças ao nível da utilização de práticas educativas adequadas entre os grupos, formulamos a terceira hipótese, no entanto, mediante os resultados obtidos, verificamos que não podemos aceitar esta hipótese uma vez que não se verificam diferenças significativas entre o grupo das vítimas e o grupo das não vítimas. Ou seja, a previsão inicial não se confirma uma vez que as práticas educativas adequadas utilizadas pelas mães vítimas de violência conjugal não se revelam estatisticamente diferentes das que são usadas pelas mães não sujeitas a este factor de stress.

Reportando-nos à hipótese 4 mencionamos que “as mães vítimas de violência conjugal têm mais probabilidade de abusar fisicamente das suas crianças do que as mães que não sofrem essa vitimação”. De acordo com os resultados da nossa amostra confirma-se a

hipótese uma vez que foram encontradas diferenças estatisticamente significativas ($p=006$) entre os grupos quanto à prática de maus-tratos físicos, apresentando as vítimas de violência conjugal maior tendência para o seu uso nos seus filhos do que as não vítimas.

Ao enunciarmos a hipótese 5, assumimos que as mulheres agredidas pelo cônjuge apresentam significativamente mais práticas de maus-tratos psicológicos na interação com os filhos do que as mães que não experienciam violência nas suas relações conjugais assim, examinando novamente o quadro 10, esta hipótese pode considerar-se aceite para a nossa amostra. Os valores obtidos revelam que existem diferenças estatisticamente significativas ($p=006$) entre ambos os grupos ao nível dos maus-tratos psicológicos, avaliados pelo factor do I.P.E. designado por “maus-tratos emocionais”, sendo a média mais elevada no grupo das vítimas.

Quanto ao uso de punição física, as diferenças entre os grupos também se revelam estatisticamente significativas ($p < .05$). Tendo em consideração a análise anteriormente efectuada relativa à prevalência de punição física de ambos os grupos, estes dados estatísticos podem dever-se ao facto das vítimas referirem ter recorrido à prática de “abandar ou sacudir crianças com mais de 2 anos de idade” assim como “bater no rabo com um objecto duro” uma vez que tais práticas não foram referenciadas por parte do grupo das não vítimas. Todos os outros itens avaliados neste factor foram evidenciados por ambos os grupos, no entanto, o recurso à sua utilização é mais vincado no grupo das mulheres que experienciam ou experienciaram a vitimação. Mediante a revisão de literatura efectuada e tendo em conta os resultados recolhidos da nossa amostra, verificamos que a hipótese 6 se confirma. Neste sentido, as mães vítimas de violência conjugal revelam utilizar mais punição física com os filhos do que as mães que não estão expostas a este tipo de stressor.

3.2. Estudo Qualitativo

Com o objectivo de aprofundarmos os resultados decidimos avançar com um estudo qualitativo de carácter exploratório junto das vítimas em virtude dessa metodologia se preocupar com a realidade subjectiva dos indivíduos. Segundo Minayo (1993), a

pesquisa qualitativa permite o aprofundamento no mundo dos significados, preocupando-se com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenómenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

3.2.1. Objectivos e perguntas de partida

A par de uma tentativa em obtermos um conhecimento mais profundo acerca da percepção das mães quanto ao impacto da violência conjugal nas práticas educativas maternas, recorreremos a esta vertente qualitativa com os seguintes objectivos:

- a) Reflectir sobre a percepção das mulheres vítimas de violência conjugal sobre as dificuldades com que se deparam no exercício da parentalidade.
- b) Conhecer o processo de construção da mudança de atitudes maternas perante a ausência de um relacionamento abusivo.

Estes objectivos traduziram-se num conjunto de questões de partida mais específicas:

- 1) Como é que a violência experienciada afectou as práticas educativas exercidas sobre os seus filhos;
- 2) Caso existam, quais as alturas em que sente dificuldade em exercer essas práticas;
- 3) Que tipo de mãe seria se não vivesse uma relação conjugal violenta.

3.2.2. Método

3.2.2.1. Participantes

A selecção das participantes teve por base uma amostra por conveniência (Hill, Magalhães & Hill, 2002) dado considerarmos ser a que melhor se enquadrava no que pretendíamos estudar.

No presente estudo contamos com a participação de seis mães (representadas por E1, E2, E3, E4, E5, E6) escolhidas de entre as vítimas que haviam já participado aquando da aplicação do I.P.E.. Das seis, três delas apesar de terem experienciado a violência conjugal não vivem actualmente com os agressores, das restantes, duas referiram manter

o relacionamento com o cônjuge que outrora exercera abuso sobre ela mas, actualmente e após intervenção judicial tais abusos já não se verificam. Por fim, uma das entrevistadas revelou coabitar com o cônjuge que ainda se revela maltratante. Todas as mulheres inquiridas são mães de filhos em idade escolar.

3.2.2.2. Instrumento

Elegemos como instrumento de recolha de informação a entrevista dado tratar-se de uma técnica adequada para o presente estudo pois, como descreve Quivy e Campenhoudt (1998) tem como objectivos:

Análise do sentido que os actores dão às suas práticas e aos acontecimentos com os quais se vêem confrontados: os seus sistemas de valores, as suas referências normativas, as suas interpretações de situações conflituosas ou não, as leituras que fazem das próprias experiências, etc., a reconstituição de um processo de acção, de experiências ou de acontecimentos do passado (p.193).

A variante da entrevista considerada como mais adequada foi a semidirectiva pelo facto de não ser totalmente aberta e por não ser orientada por um elevado número de perguntas precisas. Deste modo, foram construídas algumas questões abertas que orientaram a entrevista com vista à compreensão da experiência de parentalidade de mães vítimas de violência conjugal.

O guião semidirectivo (cf. anexo 5) foi adaptado a partir do proposto por Levendosky *et al.* (2000). Com a realização da entrevista pretendemos recolher informações sobre a percepção da mãe relativamente a três situações:

- 1) Como é que a violência experienciada afectou as práticas educativas exercidas sobre os seus filhos;
- 2) Caso existam, quais as alturas em que sente dificuldade em exercer essas práticas;
- 3) Que tipo de mãe seria se não vivesse uma relação conjugal violenta.

Logo no inicio das entrevistas deparamo-nos com a elevada dificuldade das mães em perceberem alguns dos termos (e.g. práticas educativas, parentalidade), assim, optamos

por incluir no guião a questão “o que é para si ser mãe?” explicando-lhes que nos referíamos às funções (dado que o termo “competências” também não era muito bem compreendido) que, no seu entender, seriam essências para o exercício das suas práticas maternas.

3.2.2.3. Procedimento

Após convocatória por escrito, tendo em consideração o horário mais favorável das entrevistadas, as entrevistas decorreram na sala utilizada para a aplicação do questionário, mediante o consentimento das participantes (cf. anexo 6). Tivemos o cuidado de que, no momento da entrevista, não houvesse interferência de ruídos, para que as mães não pudessem, de alguma maneira, sentirem-se desconfortáveis ou constrangidas pela presença de outras pessoas e também para que fosse possível assegurar o sigilo das informações. As entrevistas foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas na sua totalidade para análise do texto.

3.2.3. Tratamento dos dados

Para a análise das entrevistas recorreremos à designada análise de conteúdo utilizando para o efeito matrizes relativas às unidades de análise do guião da entrevista. A análise de conteúdo “é hoje uma das técnicas mais comuns na investigação empírica realizada pelas diferentes ciências humanas e sociais” (Vala, 2003, p.101). O recurso às matrizes constitui uma forma fundamental de análise dos dados qualitativos uma vez que permite uma redução substancial dos dados, facilitando a sua análise (Lessard-Hébert, Goyette & Boutin, 1990).

As matrizes de análise de conteúdo (cf. anexo 7) são compostas por unidades de registo e unidades de contexto sendo que, as unidades de registo podem dividir-se em formais (podendo colocar-se uma frase, uma palavra, uma expressão do entrevistado) e semânticas (que correspondem ao que o analista depreende do discurso do sujeito). As unidades de contexto funcionam como suporte às escolhas do analista para as unidades de registo escolhidas (Vala, 2003).

3.2.4. Apresentação dos resultados

Mediante a análise das entrevistas apresentaremos de seguida os resultados obtidos focando-nos nas respostas às perguntas de base do guião, assim como aquelas que julgamos necessário acrescentar com vista à obtenção de mais informação relevante.

- **Experiência de violência**

Num primeiro momento pretendemos conhecer quais os tipos de maus-tratos comumente exercidos por um cônjuge sobre o outro e quais são no agregado familiar o(s) alvo(s) primários dessa violência.

As respostas obtidas descrevem fundamentalmente a violência física, verbal e emocional experienciada por estas mulheres. A violência física é exercida através de “muitas pancadas”, “pontapés, murros, puxões de cabelo”, “batia-me com as mãos”. Este tipo de violência foi descrito por uma das vítimas como principal razão para o receio quanto á segurança dos seus filhos (e.g., “Ele batia-me e eu tinha medo que ele os matasse [aos filhos]”). No que concerne à violência verbal esta foi descrita como forma de intimidação e considerada pelas mães da nossa amostra como recorrente, traduzida em expressões como “Berrava-me”, “judiava-me”. O abuso verbal e psicológico acompanha e tende a preceder a agressão física (Gelles & Straus, 1988, citado por Matos, 2006), contudo, se encontramos respostas que vão nesse sentido, “Berrava-me e batia-me com as mãos” (E4) ou ainda, “verbalmente, dizia algumas coisas, e fisicamente também, sei lá, bater” (E5), houve também mães que retrataram a experiência de violência verbal/psicológica isolada recorrente.

(E1) - “Bater não me bate, mas trata-me muito mal (...) é muita coisa, berrar daqui, berrar dali (...) ele chega a casa, tu és esta, tu és aquela (...) pega por tudo.”

(E6) – “Dizia palavrões, bater não bateu (...) partia tudo (...) Chegava a casa e era logo a insultar (...)”.

De acordo com a perspectiva destas mulheres, a sua competência enquanto mães era uma das estratégias usadas pelo ofensor para as atingir

(E6) - “Chegou a dizer que eu não era (uma mãe) competente e que o filho não era meu (...)”.

Quando questionadas sobre os alvos da violência, apenas uma das inquiridas referiu ser ela a principal vítima, “era só comigo, ela era pequenina, não tinha nada a ver” (E4). As restantes respostas foram unânimes reconhecendo que, tanto elas como os seus filhos, directa ou indirectamente, eram afectados pelas atitudes abusivas do cônjuge.

(E1) – “(...) trata muito mal a todos mas a mim é que ele mais ataca”.

(E2) - “(...) judiava-me a mim, judiava os meus filhos até que eu era obrigada a sair de casa às 3 ou 4 horas da manhã [com eles], a dormir debaixo daquelas bordas (...)”.

(E3) - “batia-me (...) os meninos choravam, não podia pegar neles ao colo porque ele batia-me (...)”.

(E5) - “(...) os filhos apercebem-se de certas situações”.

(E6) - “(...) o meu marido tratava-me mal, o meu filho chorava (...) ia à escola agredir o miúdo (...) dizia, vou ter com a tua mãe , vou matar a tua mãe, vou matar o teu padrinho, vou matar a tua avó (...) dizia ao meu filho que ia arranjar outra mulher e que me ia deixar a mim”.

- **Conceito de mãe**

De um modo geral, as mulheres entrevistadas percebem as competências emocionais, a satisfação das necessidades básicas, o estabelecimento de regras e a elevada responsabilidade como sendo os requisitos essenciais para serem “boas mães”.

Relativamente às competências emocionais apontam constantemente o carinho, o apoio e um bom aconselhamento como factores essenciais para um bom desenvolvimento dos filhos, “tenho que dar apoio, carinho”(E1); “Ter muito carinho pelos filhos, sabê-los educar, tratar deles, ser amiga deles e não os tratar mal” (E6); “Dar tudo do melhor, bons exemplos, para ele ter juízo, dar bons conselhos, tudo para o bem”(E4).

Quanto à satisfação das necessidades básicas relatam ser essencial “ter roupa lavada, comerzinho a horas, inducá-los [educá-los]” (E2) assim como “trazê-los limpos, ir com eles a consultas, incentivá-los a estudar” (E3).

Não se resumindo apenas à satisfação das necessidades básicas, E2 e E5 consideram que ser mãe é uma tarefa bastante mais complexa do que se julga ao relatarem que “ser mãe ainda tem muito que se lhe diga”, “uma mãe tem muitas funções, tem muita responsabilidade”, sobretudo tem que saber “mentalizá-los que não lhe posso dar tudo”.

- **As práticas educativas exercidas sobre os filhos**

Na generalidade estas mulheres revelam que as suas práticas educativas foram influenciadas pela exposição à vitimação. Estas mães confirmam a existência de efeitos negativos da sua experiência violenta nas suas práticas educativas e conseqüentemente a interferência destas ao nível da relação mãe-criança, sobretudo quanto à capacidade em ser responsável em relação aos filhos.

(E1) - “Afecta porque uma pessoa enerva-se, chateia-se e são os próprios miúdos que acabam por sofrer”. A gente fica irritada e já não é aquilo que devia ser (...) podia falar mais, mas tenho alturas em que não consigo”.

(E6) - “(...) eu não sabia se havia de fugir ou de acarinhar o meu filho [porque] ele chorava (...) eu não sabia o que fazer, meti-o em psicólogos, eu não sabia o que fazer (...)”.

Uma das mulheres (E4) demonstra um certo arrependimento por ter sido mãe devido à experiência violenta vivenciada. Reconhece que a experiência de vitimação foi tão negativa, sobretudo para os filhos, que o melhor seria ter prescindido da maternidade. A vivência de situações de conflito pela filha e as conseqüentes questões judiciais daí decorrentes acarretam sofrimento para os filhos, não sentindo a mãe capacidade de a ter protegido.

(E4) - “Estou muito escaldada, para a vida que tive escusava de ter vindo uma filha. Parece que não mas andar com ela em tribunal para ele lhe dar os 12 contos ...e isso dá para um dia mas a filha é o mais importante ... Mas se era

para separar nunca tinha tido, se eu adivinhasse não vinham os filhos, parece que não mas não havendo filhos, os filhos também não sofrem”.

Apesar de apontarem consequências negativas, convém mencionar que os resultados apontam também aspectos positivos resultantes da exposição a este agente stressor na forma como estas mães exercem as suas práticas educativas. E2 que revela ter aprendido “a dar amor aos filhos” pois considerava que, como “nunca soube o que era amor” o carinho que até ai dava aos filhos “não era suficiente”. Um outro aspecto relatado como positivo está ligado ao sentimento de uma mãe que testemunha ter-se tornado numa mãe ainda melhor do que era antes.

(E6) - Era boa mãe, mas agora acho que sou mais porque estou agarrada ao meu filho (...) mais dedicada”.

- **Exercício da parentalidade**

Questionadas sobre a existência de dificuldades no exercício das práticas parentais, duas mães unanimemente referem não sentir qualquer tipo de dificuldades, referindo “Não, acho que não. Não” (E3) e “Não. Não sinto dificuldade” (E2) contudo, esta última refere a implicação de questões de saúde no seu dia-a-dia “Só sinto agora é o eu não ter saúde para poder enfrentar a minha vida ”.

O aspecto económico foi apontado como factor primordial na base das dificuldades sentidas por estas mães.

(E4) - “Há alturas em que podia dar mais e não tenho (...) não tenho emprego. Não tenho possibilidade de pagar renda, tenho que viver com a minha mãe (...) se estivesse independente com a minha filha era diferente”.

(E5) - “(...) querer dar o que eles querem e não poder (...) pedirem isto, pedirem aquilo e não ter possibilidade de lhes dar”.

Outra das dificuldades prende-se com a inexistência ou ausência de percepção quanto a uma rede de suporte (formal ou informal). Uma das mães (única das participantes com emprego e que admitiu permanecer numa relação abusiva) afirmou ser “ mãe de cinco filhos e tenho muitas dificuldades na vida. Eu não tenho quem me apoie (...) ou hei-de olhar para uns ou hei-de olhar para outros ”(E1).

Por fim, um dos relatos refere que a dificuldade que sente em relação às suas práticas é o não conseguir libertar a sua filha, limitando a sua própria autonomia. A mãe assume que tem “uma filha de 15 anos mas trato-a como um bebé” (E5). Esta mãe, vive actualmente com o cônjuge maltratante, o qual actualmente não exerce, segundo afirma, sobre ela qualquer acto de violência sobre ela. Neste sentido, essa sobreprotecção poderá reflectir algum tipo de medo (e.g., que a filha venha a ser também ela uma vítima) como consequência da experiência vivenciada directamente pela mãe e indirectamente pelos filhos.

- **Parentalidade materna noutras circunstâncias**

Pretendemos verificar se as mães implicadas no estudo percepcionavam diferenças ao nível do exercício da parentalidade se não tivessem experienciado vivências de violência. De acordo com os dados, estas mães consideram que as práticas potencialmente poderiam ser diferentes em termos relacionais ou emocionas. No concreto consideram que como mães seriam mais serenas e mais dedicadas, proporcionando maior estabilidade emocional aos filhos.

(E1) - “seria outra (...) um bom viver se não tivesse o marido tão mau que tenho, Se não vivesse com ele seria muito diferente, já vivi nove meses sem ele e foi tudo muito diferente. Mais sossego para mim e para os meus filhos”.

(E2) - “Melhor (...) mais dada aos meus filhos. Diferente (...) muito diferente. Basta-me por um prato de sardinhas (...) e eles comerem à vontade, eles [antes] não podiam fazer isso (...)”.

(E6) - “Eu acho que seria uma boa mãe, uma boa esposa, eu acho que vivíamos melhor, tínhamos mais alegria em viver (...). Era boa mãe, mas agora acho que sou mais porque estou agarrada ao meu filho, porque não tenho mais ninguém, só tenho o meu filho (...) mais dedicada”.

Contudo, para além da percepção das diferenças que a ausência da violência poderia acarretar nestas mulheres, E5 e E6 são unânimes nas respostas. Ambas revelam que o facto de serem ou não vítimas não alterou o tipo de mães que são, “não sei, acho que devia ser a mesma, devia ser a mesma, acho que sim, seria igual”(E3) talvez porque centram a resposta nas suas capacidades enquanto mães - “Seria a mesma (...)

ultrapassei sempre as minhas dificuldades” (E5) e não tanto nos efeitos decorrentes da experiência. A par de considerarem que não havia diferenças nas suas funções de mãe, sendo vítimas ou não, E4 refere mesmo tratar-se de “uma coisa que nunca me passou pela cabeça”, ou seja, assume ser a mãe que é e que sempre foi sem nunca se ter debruçado sobre a possibilidade de ser diferente após deixar a relação abusiva (de notar que E4 saiu da relação quando a sua única filha tinha apenas quinze meses tendo actualmente 15 anos de idade, podendo ser este o motivo explicativo para tal afirmação).

3.3. Discussão dos resultados

Considerando a necessidade de complementarmos os dados obtidos na parte quantitativa com as entrevista (parte qualitativa), reconhecemos que seria fundamental discutirmos os resultados no seu todo e não cada uma das partes isoladamente.

Mediante os resultados obtidos, iremos efectuar uma reflexão crítica suportada pela revisão teórica previamente efectuada, no sentido de debater as hipóteses formuladas e alcançar os objectivos a que nos propusemos.

Após a abordagem teórica efectuada sobre o impacto da violência conjugal exercida sobre a mulher nas práticas educativas maternas, verificamos que, se por um lado há quem conclua que de uma experiência tão negativa como a vivência de violência conjugal podem resultar certas aprendizagens e consequências positivas (e.g. Levendosky *et al.*, 2000), uma grande parte dos estudos refere que esta violência tem-se revelado como um factor que interfere negativamente no exercício da parentalidade (e.g. Belsky, 1984; Easterbrooks & Emde, 1988 citado por Calheiros *et al.*, 2007; Monteiro, 2000; Dias, 2004).

Com o objectivo de verificarmos se existe ou não implicações da experiência de violência nas práticas maternas, comparamos os resultados obtidos através do I.P.E. num grupo de vítimas de violência conjugal com um grupo de não vítimas, distribuídos de forma homogénea.

Os estudos que, nos últimos anos, se têm debruçado sobre o impacto da violência conjugal nas práticas parentais têm encontrado uma diversidade de resultados. Levendosky (1995 citado por Levendosky *et al.*, 2000) refere que as mulheres vítimas de violência conjugal percebem ser menos afectivas e menos calorosas quando comparadas com mães que não experienciaram este tipo de vitimação. No nosso estudo qualitativo foi admitido que se as circunstâncias fossem outras poderiam, como mães, investir na afectividade. Aliás, as mães demonstraram nutrir extrema afectividade pelos seus filhos (e.g. dar carinho, dar apoio, ser amiga deles).

Sullivan *et al.* (1997 citado por Levendosky *et al.*, 2000), proferem que a vitimação sofrida pelas mulheres não interfere com as práticas educativas das mesmas nem tão pouco com a sua capacidade física ou psicológica de exercer a sua parentalidade. Baseando-nos nos resultados da nossa amostra ao I.P.E., verificamos que as práticas educativas do grupo das vítimas revelam-se estatisticamente diferentes do grupo das não vítimas, o que nos leva a concluir que tal diferença poderá dever-se ao facto do primeiro grupo estar exposto a um tipo de factor considerado stressante, afastando-nos assim das afirmações de Sullivan. Em contrapartida, os dados obtidos vão ao encontro do que referem Levendosky e Graham-Bermann (2000) que apontam que as mães vítimas de violência conjugal diferenciam-se ao nível das práticas educativas das mulheres e mães que não apresentam história de vitimação, aceitando assim a nossa primeira hipótese.

À excepção do factor da escala que avalia as práticas adequadas, podemos considerar todos os outros factores como práticas educativas inadequadas uma vez que se referem a estratégias que envolvem ameaças, punição e /ou abuso. Neste sentido, os resultados permitem-nos confirmar a nossa segunda hipótese na qual afirmamos que as mães vítimas de violência apresentam significativamente mais práticas inadequadas na interacção com os filhos do que as mães que não experienciam violência nas suas relações conjugais. Reportando-nos especificamente às práticas inadequadas mas não abusivas, consideradas como indesejáveis e ineficazes, verificamos que são utilizadas com regularidade e percebidas como adequadas enquanto práticas educativas por ambos os grupos, contudo a maior prevalência registou-se entre o grupo das vítimas. É possível que esta tendência de reprodução de comportamentos decorra de uma representação mais favorável quanto ao uso de tais práticas, motivada em muito pela experiência normalizada de violência. A experiência vivida por estas mães pode ter

aumentado a probabilidade de repetir determinada prática parental na educação dos filhos sob a forma de ameaças.

Partindo da análise pormenorizada dos factores da escala, verificamos que, o factor que avalia as “práticas educativas adequadas” não apresenta diferenças estatísticas significativas. Assim, não aceitamos a hipótese 3 que previa que as mães de famílias violentas apresentem diferenças quanto ao uso de práticas educativas adequadas na educação dos seus filhos relativamente às mães de famílias não violentas (McCloskey, Figueredo, & Koss, 1995 citado por Calheiros & Monteiro, 2007), ou seja, não existem diferenças significativas entre grupos quanto à utilização das práticas educativas adequadas. Verificamos que, apesar das vítimas da amostra deste estudo recorrem com mais frequência às práticas educativas inadequadas não invalida o recurso simultâneo às práticas educativas adequadas. No entanto, as práticas adequadas mais utilizadas pelas mães expostas à violência tem subjacentes, sobretudo, reforços negativos (e.g. mandar a criança para o quarto sem fechar a porta; castigar a criança quando se porta mal retirando-lhe coisas que gosta), enquanto as mães de famílias não violentas exprimem frequentemente condutas mais ajustadas e positivamente reforçadoras (e.g. dar conselhos; elogiar; explicar à criança o que fez mal) na educação dos seus filhos. A perspetivação positiva da vida pode estar mais comprometida no primeiro grupo, dado que a vivência em violência comumente afecta negativamente a auto-estima da vítima e a percepção presente e futura de si, dos outros e do mundo, deixando menos voltada para sentimentos, pensamentos e comportamentos positivos.

Mediante as respostas obtidas na entrevista relativas à questão de *como é que a violência experienciada afectou as práticas educativas exercidas sobre os seus filhos*, concordamos com a perspectiva teórica que defende que existem de facto alturas em que as próprias mães descutam do seu papel de progenitoras ao demonstrarem estar mais atentas ao estado do agressor comprometendo a satisfação das necessidades básicas dos seus filhos (Holden *et al.*, 1998; Osofsky, 1999; Zuckerman, 1999 citado por Sani, no prelo) quando afirmam que na realidade podiam atender mais às solicitações dos filhos e acabam por delegar tais funções para segundo plano (e.g. podia falar mais, mas tenho alturas em que não consigo; a gente fica irritada e já não é aquilo que devia ser).

As pesquisas efectuadas na área da violência sobre as mulheres apontam uma tendência para o uso de agressões físicas e psicológicas contra os filhos (Monteiro, 2000; Dias, 2004; Danoso & Ricas, 2009), mediante estas pesquisas formulamos duas hipóteses (4 e 5) prevendo existir, a este nível, diferenças significativas entre as vítimas e as não vítimas. Os resultados estatísticos obtidos permitiram-nos aceitar ambas as hipóteses. Concluindo assim que a exposição a este agente stressor em estudo implica o recurso mais vincado a práticas educativas abusivas. Contudo, assumindo a posição de Sani (no prelo) as capacidades parentais podem ser afectadas negativamente pela vivência em ambientes violentos mas também pela existência de outros problemas adicionais tais como o desemprego ou as dificuldades económicas. Assim, tendo em conta que todas as participantes do nosso estudo enfrentam estas problemáticas, às mães referenciadas como mais abusivas acresce o facto de terem experienciado violência conjugal o que poderá ser factor preditivo dos resultados. A utilização indiscriminada das práticas coercivas e a crença nos valores autoritários podem ser potenciais factores para o desencadear de abuso físico. Danoso e Ricas (2009) apresentaram recentemente um estudo cujos resultados revelam que a prevalência do castigo físico se mantém enraizada e ainda é uma prática considerada adequada para a educação dos filhos. Os dados do nosso estudo permitem-nos concordar com estes resultados, ou seja, apesar da sua prevalência se ter verificado sobretudo entre as vítimas, ambos os grupos recorrem a este tipo de estratégia educativa considerando-a como adequada, o que realmente nos permite concluir que este tipo de estratégias educativas, dado ser ainda tão comum merece elevada a atenção por parte dos técnicos que trabalham diariamente com estas famílias.

Atendendo a que uma das principais preocupações das mulheres vítimas de maus tratos é o bem-estar dos seus filhos, as suas decisões de segurança são dirigidas de acordo com as necessidades da criança (Rudo & Powell, 1996; Spears, 2000, citado por Sani, 2002). Assim, reportando-nos as entrevistas, podemos concordar com os autores, principalmente no que toca à posição das mães na forma como tentam proteger os seus filhos da exposição à violência, sendo ela dirigida sobre eles ou sobre as próprias mulheres (e.g. vou naquele tempo ter com os miúdos (...) se é de noite vou pô-los na cama, prontos, fazer de conta que nem está barulho em casa, para eles também não fiquem agitados; protegia o máximo que podia (...) fugia com eles; evitava sempre que ele estivesse (...) para ele não assistir às coisas). Estas atitudes protectoras podem

revelar diversas preocupações das mães, designadamente a necessidade de minimização das consequências negativas da exposição dos seus filhos à violência, a prevenção da reprodução de comportamentos ou mesmo da revitimação indirecta, pautados muito pelo entendimento de que são elas as únicas capazes de defenderem os seus filhos decorrente da percepção que detém de ausência de apoio e/ou suporte familiar.

4. Conclusão e limitações do estudo

A prevalência da violência conjugal é um problema complexo que não será facilmente resolvido. Com este trabalho conciliamos as questões teóricas e a investigação acerca do modo como este tipo de violência influencia o recurso a determinadas práticas educativas por parte das mães expostas a esta problemática.

O objectivo deste estudo foi verificar se existiam diferenças ao nível das práticas educativas entre mães vítimas de violência conjugal e as mães que não estão expostas a este tipo de stressor, ou seja, pretendemos analisar a percepção do impacto da violência sobre parentalidade. Os resultados obtidos apontam para a existência de diferenças ao nível do exercício da parentalidade entre mulheres vítimas de violência conjugal e mulheres não vítimas. Curiosamente, as mulheres não só identificaram influências negativas, mas também efeitos positivos sobre a sua parentalidade. As suas respostas não sugerem que a violência é, em si mesma, uma influência positiva, mas o que se verifica é que as mulheres mobilizam os seus recursos para responder à violência em nome de seus filhos.

Através de uma abordagem quantitativa verificamos que o grupo das mulheres sinalizadas como vítimas recorre com mais frequência às práticas consideradas inadequadas (e.g. punição física ou os maus-tratos físico e emocionais) com os seus filhos do que as que não estão expostas a este stressor. Assim, tal como refere Danoso *et al.* (2009) a utilização, sobretudo do castigo físico, apesar da fase transitória em que se encontra, ainda se mantém enraizado na sociedade, sendo percebido como uma prática adequada para a educação dos filhos.

As consequências para as mães que são alvo de violência conjugal podem ser, de facto nefastas. Contudo, concluímos no nosso estudo que tais consequências se podem traduzir em actos de extrema protecção e cuidados para com os seus filhos. Através das entrevistas podemos verificar que as participantes assinalaram dificuldades de carácter económico e emocional, revelando assim as suas preocupações em conseguir responder, sobretudo às necessidades básicas dos seus filhos.

Não podemos afirmar que a violência é o único ou o principal impedimento para uma parentalidade mais eficaz. Embora algumas das mães refiram que seriam diferentes,

mais afectuosas e carinhosas, outras dizem que não seriam diferentes se não tivessem tido um parceiro violento.

As narrativas destas mulheres reflectem, na maioria, a consciência de que o seu exercício de parentalidade é afectado pela violência, referindo mesmo que “as crianças é que acabam por sofrer”.

As limitações deste estudo incidem sobretudo na escolha da amostra, dado tratar-se de uma amostragem por conveniência não permite a generalização dos resultados. Um outro constrangimento do estudo reflecte-se na componente qualitativa uma vez que as entrevistadas, apesar de se revelarem muito participativas limitaram muito os seus discursos o que, de certa forma se tornou compreensível dada a novidade da situação com que se depararam e sobretudo devido às questões que apelavam a situações de elevada intimidade. Este estudo reflecte apenas uma parte da problemática vivida no seio destas famílias, pois, não podemos esquecer que se tratam de famílias inseridas numa medida pecuniária caracterizada pelos insuficientes recursos económicos aliados também ao acentuado desemprego.

Muitas questões continuam a necessitar de ser exploradas empiricamente. Seria interessante que estudos futuros se debruçassem sobre uma amostra mais significativa uma vez que é necessário compreender de forma mais clara as implicações que a violência conjugal acarreta para o exercício das práticas educativas.

Noutro meio geográfico os resultados podiam ser distintos pelo que, um estudo numa população com características demográficas diferentes pode alargar a perspectiva do fenómeno.

Também podia ser interessante o cruzamento de perspectivas (mãe - filhos) pois, apesar de estarem a perceber uma mesma realidade de vitimação podem ter representações distintas sobre o exercício da parentalidade materna.

Referências bibliográficas

- Alarcão, M. (2006). *(Des)Equilíbrios familiares*. 3.^a Edição. Coimbra: Quarteto Editora.
- Almeida, S. (2001). Violência na Família. In: Silva, L. (org.). *Acção Social na Área da Família*. (pp.253-282). Lisboa: Universidade Aberta.
- Almeida, C. (2002). *Ferida de Amor*. 8.^a Edição. Lisboa: Bertrand Editora.
- American Psychology Association (2002). *DSM-IV-TR: Manual de diagnóstico e estatística das perturbações mentais*. Quarta Edição. Lisboa: Climepsi.
- APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (1999). *Manual Alcipe. Para o atendimento de mulheres vítimas de violência*. Consultado em 23 de Dezembro de 2008 fonte: http://www.apav.pt/pdf/alcipe_compreender.pdf
- APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2008), Estatísticas – totais nacionais 2008. Consultado em 23 de Fevereiro de 2009 fonte: http://www.apav.pt/portal/pdf/APAV_Totais_Nacionais_2008.pdf
- Alvarenga, P., & Piccinini, C. A. (2001). Práticas educativas maternas e problemas de comportamento em pré-escolares. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14 (3), 449-459.
- Antunes, M. (2002). Violência e vítimas em contexto doméstico. In: Gonçalves, R. & Machado, C. (Coords.). *Violência e Vítimas de Crimes*. (Volume I) (pp.46-77). Coimbra: Quarteto Editora.
- Baker, L. & Cunningham, A. (2005). *Teaching about woman abuse and its effects on children*. London: Centre for Children & Families in the Justice System.
- Baumrind, D. (1967) Child care practices anteceding three paterns of preschool behavior. *Genetic Psychology Monographs*, 75, 43-88.
- Baumrind, D. (1971). Current patterns of parental authority. *Developmental Psychology Monographs*, 4, 1-103.

Barroso, Z., Leandro, A., Patrício, J., Santana, R. (2008). *Memorando Síntese - Resultados do Inquérito Violência de Género*. M. Lisboa (Coord.). Lisboa: SociNova/CesNova.

Calheiros, M. M. & Monteiro, M.B. (2007). Relações familiares e práticas maternas de mau trato e de negligência. *Análise Psicológica*, 2, XXV, 195-210.

Cecconello, A.; De Antoni, C.; Koller, Silvia (2003), «Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar», *Psicologia em Estudo*, 8, 45-54.

Cedrés, J.M. & Méndez, R. G. (2000). Correlatos cognitivos asociados a la experiencia de violência interparental. *Psicothema*, 12, 1, 41-48.

Cipriano, D. G. (2004). *Stress feminino: efeitos diferenciais do relacionamento afetivo*. Campinas: Papirus.

Costa, F. T., Teixeira, M. A. P & Gomes, W. B. (2000). Responsividade e Exigência: Duas Escalas para Avaliar Estilos Parentais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13, 3, 465-473.

Costa, M. E. & Duarte, C. (2000). *Violência familiar*. Porto: Ambar.

Cruz, O. (2005). *Parentalidade*. Coimbra: Quarteto

Darling, N. & Steinberg, L. (1993). Parenting style as context: an integrative model. *Psychological Bulletin*, 113, 487-496.

DeVoe, E. & Smith, E. (2002). The impact of domestic violence on urban preschool children: Battered mothers' perspectives. *Journal of Interpersonal Violence*, 17, 10, 1175-1101.

Dias, I.(1996). Estratégias de pesquisa qualitativa no estudo da violência na família. In. *Metodologias Qualitativas para as Ciências Sociais*. Porto: Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras do Porto, 29-39.

Dias, I. (2000). A violência doméstica em Portugal: Contributos para a sua visibilidade. *Actas do IV Congresso Português de Sociologia - Sociedade Portuguesa: Passados*

Recentes, Futuros Próximos. Universidade de Coimbra. Consultado em 10 de Fevereiro de 2009 fonte: http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462e00b9864fc_1.PDF

Dias, I. (2004). *Violência na família: Uma abordagem sociológica*. Porto: Edições Afrontamento.

Donoso, M. T. & Ricas, J. (2009). Perspectiva dos pais sobre educação e castigo físico. *Revista de Saúde Pública*, 43,1, 78-84.

Fontaine, A. M. (1986). Práticas educativas de mães portuguesas: Diferenças em função do nível socioeconómico e da zona de residência da família. *Análise Social*, XXII, 795-811.

Gasglow, K., Dornbusch, S., Troyer, L., Steinberg L., & Ritter P. (1997). Parenting styles, adolescents' attributions, and educational outcomes in nine heterogeneous high schools. *Child Development*, 68, 507-529.

Gebara, I. (2000). *Rompendo o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal*. Rio de Janeiro: Vozes.

Gelles, R. J. (1997). *Intimate violence in families*. 3ª Ed. Thousand Oaks: Sage.

Gelles, R. J & Loseke, D. R. (1993). *Current controversies on family violence*. London: Sage.

Hassoun, J. (2002). O sacrifício do sacrifício. In: C, Danziger, *Violência das famílias: mal de amor* (pp.154-160). Lisboa: Climepsi.

Hill, Magalhães, M. & Hill, A. (2002). *Investigação por questionário*. Lisboa: Editora Sílabo.

III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2007-2010), Diário da República, 1.ª série — N.º 119 — 22 de Junho de 2007.

Karavasilis, L., Doyle, A. B. & Markiewicz, D. (2003). Associations between parenting style and attachment to mother in middlechildhood and adolescence. *International Journal of Behavioral Development*. 27, 153-164.

- Kerig, P. K. (1996). Assessing the links between interparental conflict and child adjustment: The conflicts and problem-solving scales. *Journal of Family Psychology*, 10, 4, 454-473.
- Kerlinger, F. (1980). *Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual*. S. Paulo: EPU.
- Kilpatrick, D. G. (2004). What Is Violence Against Women? Defining and Measuring the Problem. *Journal of interpersonal violence*, 19, 11, 1209-1234.
- Kopels, S. & Sheridan, M.C. (2002). Adding legal insult to injury: battered women, their children and the failure to protect. *Affilia*, 17, 1, 9-29.
- Kurst-Swanger, K. & Petcosky, J. L. (2003). *Violence in the Home: Multidisciplinary Perspectives*. New York: Oxford University Press.
- Lei 13/2003 - *Diário da República*, 1.^a Serie-A - N.º 117- 21 de Maio de 2003.
- Lei 88/2003 - *Diário da República*, 1.^a Série-B - N.º 154 - 7 de Julho de 2003.
- Lei 48/2007 - *Diário da República*, 1.^a Série - N.º 166 - 29 de Agosto de 2007.
Consultado em 22 de Fevereiro de 2009 fonte:
<http://dre.pt/pdfs/2007/08/16600/0584405954.pdf>
- Lei 59/2007 - *Diário da República*, 1.^a Série — N.º 170 — 4 de Setembro de 2007.
Consultado em 22 de Fevereiro de 2009 fonte: http://www.dgpj.mj.pt/sections/leis-da-justica/pdf-ult/lei-n-59-2007-de-4-de/downloadFile/file/lei_59.2007.pdf
- Lessard-Hébert, M., Goyette, M. & Boutin, G. (1990). *Investigação qualitativa: Fundamentos e práticas*. 2^a edição. Lisboa: Instituto Piaget.
- Levendosky, A. A., & Graham-Bermann, S. A. (2000). Behavioral observations of parenting in battered women. *Journal of Family Psychology*, 14, 80-94.
- Levendosky, A. A., Lynch, S. M. & Graham-Bermann, S. A. (2000). Mothers' perceptions of the impact of woman abuse on their parenting. *Violence against Women*, 6, 3, 247-271.

Levendosky, A. A., Huth-Bocks, A. C., Shapiro, D. L., Semel, M.A. (2003). The impact of domestic violence on the maternal-child relationship and preschool-age children's functioning. *Journal of Family Violence*, 17, 3, 275-287.

Lisboa, M., Barroso, Z. & Marteleira, J. (2003). *O Contexto Social da Violência Contra as Mulheres Detectada nos Institutos de Medicina Legal*. Lisboa: CIDM. Consultado em 22 de Março de 2009 fonte: <http://www.socinova.fcsh.unl.pt/textos/IML.pdf>.

Loseke, D. R. (2004). Through a sociological lens: the complexities of family violence. In D. R., Loseke, R. J., Gelles & M. M. Cavanaugh (Coords.), *Current controversies on family violence*. 2ª Ed. (pp. 35-47). London: Sage.

Lundberg-Love, P. K. & Marmion, S. L. (2006). *Intimate violence against women: when spouses, partners, or lovers attack*. Greenwood: Publishing Group.

Machado, C., Matos, M. & Gonçalves, M. (2004). Práticas educativas parentais e violência: Um estudo na região Norte. *Actas do V Congresso Português de Sociologia - Sociedades Contemporâneas - Reflexividade e Acção* (pp.37-43). Universidade do Minho: Braga.

Machado, C., Matos, M. & Gonçalves, M. (2007). *Manual da escala de crenças sobre punição física (E.C.P.F.) e do inventário de práticas educativas parentais (I.P.E.)*. Braga: Psiquilíbrios Edições.

Magalhães, M., Canotilho, A.P & Brasil, E. (2007). *Gostar de mim, gostar de ti. Aprender a prevenir a violência de género*. Lisboa: UMAR

Magen, R. H., Conroy, K., Hess, P.M., Panciera, A. & Simon, B.L. (2001). Identifying Domestic Violence in Child Abuse and Neglect Investigations. *Journal of Interpersonal Violence*, 16, 6, 580-601.

MAI - Ministério da Administração Interna (2006). Relatório Anual de Segurança Interna de 2006. Consultado em 10 de Fevereiro de 2008 fonte: http://www.mai.gov.pt/data/documentos/rasi_2006.pdf

MAI - Ministério da Administração Interna (2006). Relatório Anual de Segurança Interna de 2006. Consultado em 10 de Fevereiro de 2008 fonte:

http://www.mai.gov.pt/data/documentos/%7B76D3C32A-9691-4456-AF6B-3F6B4EEA4392%7D_RASI2007_Versao-Parlamento.pdf

Malley-Morrison, K. & Hines, D. (2004). *Family violence in a cultural perspective*. Thousand Oaks: Sage.

Manita, C. (2005). *A intervenção em agressores no contexto da violência doméstica em Portugal: estudo preliminar de caracterização*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

Matos, M. (2002). Violência Conjugal. In. R.A. Gonçalves & C. Machado (Coords.), *Violência e vítimas de crimes*, Vol. I – Adultos (pp.81-130). Coimbra: Quarteto Editora.

Matos, M. (2005). Avaliação psicológica de vítimas de maus tratos conjugais. In. R.A. Gonçalves & C. Machado (Coords.), *Psicologia Forense* (pp.159-186). Coimbra: Quarteto Editora.

Matos, M. (2006). *Violência nas relações de intimidade: Estudo sobre a mudança psicoterapêutica na mulher*. Tese de Doutoramento em Psicologia. Braga: Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.

McPhail, Beverly A.; Busch, Noël Bridget; Kulkarni, Shanti; Rice, Gail (2007). An integrative feminist model: The evolving feminist perspective on intimate partner violence. *Violence against women*. 13, 8, 817-841.

Meneghel, S.N., Barbiani, R., Steffen, H., Wunder, A.P., Roza, M. D., Rotermond, J., Sarita Brito, S. & Korndorfer, C. (2003). Impacto de grupos de mulheres em situação de vulnerabilidade de género. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 19, 4, 955-963.

Minayo, M. C. (1993). *O desafio do conhecimento. Pesquisa Qualitativa em Saúde*. 2ª Ed. São Paulo - Rio de Janeiro: Hucitec – Abrasco.

Monteiro, F. J. (2000). *Mulheres agredidas pelos maridos: De vítimas a sobreviventes*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres.

Nazroo, J. (1995). Uncovering gender differences in the use of marital violence: The effect of methodology. *Sociology*, 29, 475-494.

Nicholson, L. (2000). Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, 8, nº 2, 9-41.

Oliveira, E.A., Marin, A.H., Pires, F.B, Frizzo, G.B., Ravanello, T. & Rossato, C. (2002). Estilos Parentais Autoritário e Democrático-Recíproco Intergeracionais, Conflito Conjugal e Comportamentos de Externalização e Internalização. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15,1, 1-11.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Reppold, C. (2001). *Estilo Parental percebido e adaptação psicológica de adolescentes adotados*. Dissertação de Mestrado não publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Rubin, G. (1993). O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo. Recife: *SOS Corpo e Cidadania*. [Traduzido por: Christine Rufino Dalvat, Edileusa Oliveira da Rocha, Sônia Correa].

Salvador, A. P. & Weber, L. (2005). Práticas educativas parentais: um estudo comparativo da interação familiar de dois adolescentes distintos. *Interação em Psicologia*, 9, (2), 341-353.

Sani, A. I. (1997). O ‘continuum’ metodológico quantitativo - qualitativo num estudo sobre a relação: família e delinquência. In Miguel Gonçalves e col. (Eds), *Actas do Congresso “Avaliação Psicológica: formas e contextos”*. Vol. V (pp. 665-678) Braga: APPORT.

Sani, A. I. (1999). Entrevista de avaliação - intervenção com crianças vitimizadas. In A. P. Soares, S. Araújo & S. Caires (Orgs.), *Actas do Congresso “Avaliação Psicológica: formas e contextos”*. Vol. VI (pp. 363-374) Braga: APPORT.

Sani, A. I. (2002). Crianças expostas à violência interparental. In. C. Machado & R. A. Gonçalves (Coords.), *Violência e vítimas de crimes*. (pp. 95-131) Coimbra: Quarteto Editora.

Sani, A. I. (2003). *As crenças, o discurso e a acção: as construções de crianças expostas à violência interparental*. Dissertação de doutoramento não publicada. Braga: Universidade do Minho.

- Sani, A. I. (2006). Vitimação indirecta de crianças em contexto familiar. *Análise Social*, Vol. XLI (180), 849-864.
- Sani, A. I. (no prelo). Mulher e mãe no contexto de violência doméstica: a experiência de parentalidade. *Exaequo – Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as mulheres*, 18.
- Vala, J. (2003). Análise de conteúdo. In: Silva, A.S. & Pinto, J.M. (Coords.), *Metodologia em Ciências Sociais*, 12ª edição. Santa Maria da feira. Edições: Afrontamento.
- Varikas, E. (1994). Gênero, Experiência e Subjetividade: a propósito do desacordo de Tilly-Scott. *Cadernos Pagu*, 3, 63-84.
- Wagner, A. (2005). Como se perpetuar a família? A transmissão dos modelos familiares. Edição Edicuprs. Disponível em: <http://books.google.com/books?id=GaRTo1bzZ98C&hl=pt-PT>
- Walker, L. (2000). *The battered woman syndrome*. (2ª edição). New York: Springer. Disponível em: <http://books.google.pt/books?id=IEJVM32avsQC>
- Wolfe, D. A. (2006). Preventing violence in relationships: Psychological science addressing complex social issues. *Canadian Psychology/Psychologie canadienne*, 47, 44-50.
- Yllö, K. (2004). Through a feminist lens: gender, diversity and violence – Extending the feminist framework. In D. R., Loseke, R. J., Gelles & M. M.Cavanaugh (Coords.), *Current controversies on family violence*. 2ª Ed. (pp. 19-34) London: Sage.
- Zucchi, M.A. (2000). *Estranhas Entranhas. Psicanálise e Depressão na Gravidez*. São Paulo: Edicto comercial, Lda.

ANEXOS

Anexo 1

Inventário de Práticas Educativas

I. P. E.

C. MACHADO, M. GONÇALVES & M. MATOS, 2000; UNIVERSIDADE DO MINHO)

INSTRUÇÕES:

Vai encontrar de seguida perguntas sobre diferentes formas de os pais educarem os seus filhos. Pede-se que as leia **atentamente** e responda em relação a cada uma delas de acordo com a sua situação. Não existem respostas certas ou erradas. Por favor, tente responder de acordo com a sua experiência e **não como acha que deveria ser**.

Assegure-se de que respondeu a todas as questões, devendo optar **apenas por uma das hipóteses** apresentadas.

As respostas a este inquérito são **absolutamente anónimas**.

Obrigado pela sua colaboração!

DADOS PESSOAIS

Por favor responda às questões abaixo efectuadas, sem indicar o seu nome.

Idade: Sexo: M F Habilitações:

Estado Civil: Solteiro(a) Casado(a) / União de facto Divorciado(a) / Separado(a) Viúvo(a)

Profissão (se for estudante, indicar profissão dos pais):

Tem filhos? Sim Não Idades dos filhos:

Para além dos filhos, tem actualmente outras crianças a seu cargo? Sim Não

Para além dos filhos, já teve outras crianças a seu cargo? Sim Não

A. VAI ENCONTRAR DE SEGUIDA UMA LISTA DE DIFERENTES FORMAS DE EDUCAR AS CRIANÇAS. SE FOR PAI OU MÃE DE CRIANÇAS/JOVENS COM MENOS DE 18 ANOS (OU TIVER OUTRAS CRIANÇAS A SEU CARGO), PREENCHA-A, TENDO EM CONSIDERAÇÃO O **ÚLTIMO ANO**. SE TIVER MAIS DO QUE UM FILHO COM MENOS DE 18 ANOS, RESPONDA EM RELAÇÃO À CRIANÇA QUE FOI A ÚLTIMA A FAZER ANOS EM CASA. CASO NÃO TENHA FILHOS OU OUTRAS CRIANÇAS MENORES A SEU CARGO, PASSE, POR FAVOR, PARA A PÁGINA 4.

Ao responder não se esqueça de ter em consideração somente o último ano

1. **Dar conselhos**

Nunca usei	<input type="checkbox"/>	Usei uma única vez	<input type="checkbox"/>
Usei menos do que uma vez por mês	<input type="checkbox"/>	Usei mais do que uma vez por mês	<input type="checkbox"/>
2. **A mãe (ou substituta) ameaçar a criança que o pai lhe vai bater**

Nunca usei	<input type="checkbox"/>	Usei uma única vez	<input type="checkbox"/>
Usei menos do que uma vez por mês	<input type="checkbox"/>	Usei mais do que uma vez por mês	<input type="checkbox"/>
3. **Bater no rabo com a mão**

Nunca usei	<input type="checkbox"/>	Usei uma única vez	<input type="checkbox"/>
Usei menos do que uma vez por mês	<input type="checkbox"/>	Usei mais do que uma vez por mês	<input type="checkbox"/>
4. **Dar uma bofetada na cara, cabeça ou orelhas**

Nunca usei	<input type="checkbox"/>	Usei uma única vez	<input type="checkbox"/>
Usei menos do que uma vez por mês	<input type="checkbox"/>	Usei mais do que uma vez por mês	<input type="checkbox"/>

É PROIBIDA A REPRODUÇÃO POR QUALQUER MEIO, DE QUALQUER PARTE DESTA MANUAL SEM A AUTORIZAÇÃO ESCRITA DOS AUTORES, SOB PENA LEGAL. NÃO FOTOCOPIE. RESPEITE OS DIREITOS DE AUTOR E APOIE A INVESTIGAÇÃO.

Ao responder não se esqueça de ter em consideração somente o último ano

5. **Puxar as orelhas**
 Nunca usei Usei uma única vez
 Usei menos do que uma vez por mês Usei mais do que uma vez por mês
6. **Dar um murro ou pontapé**
 Nunca usei Usei uma única vez
 Usei menos do que uma vez por mês Usei mais do que uma vez por mês
7. **Mandar a criança para o quarto, sem fechar a porta**
 Nunca usei Usei uma única vez
 Usei menos do que uma vez por mês Usei mais do que uma vez por mês
8. **Fechar num quarto à chave**
 Nunca usei Usei uma única vez
 Usei menos do que uma vez por mês Usei mais do que uma vez por mês
9. **Fechar num quarto escuro**
 Nunca usei Usei uma única vez
 Usei menos do que uma vez por mês Usei mais do que uma vez por mês
10. **Dar palmadas na mão, braço ou perna**
 Nunca usei Usei uma única vez
 Usei menos do que uma vez por mês Usei mais do que uma vez por mês
11. **Elogiar a criança quando se porta bem**
 Nunca usei Usei uma única vez
 Usei menos do que uma vez por mês Usei mais do que uma vez por mês
12. **Dar várias bofetadas**
 Nunca usei Usei uma única vez
 Usei menos do que uma vez por mês Usei mais do que uma vez por mês
13. **Abanar ou sacudir com força (crianças com menos de 2 anos de idade)**
 Nunca usei Usei uma única vez
 Usei menos do que uma vez por mês Usei mais do que uma vez por mês
14. **Abanar ou sacudir com força (crianças com mais de 2 anos de idade)**
 Nunca usei Usei uma única vez
 Usei menos do que uma vez por mês Usei mais do que uma vez por mês
15. **Bater no rabo com um objecto duro (p.ex., colher de pau, escova do cabelo)**
 Nunca usei Usei uma única vez
 Usei menos do que uma vez por mês Usei mais do que uma vez por mês
16. **Dar uma sova com a mão**
 Nunca usei Usei uma única vez
 Usei menos do que uma vez por mês Usei mais do que uma vez por mês
17. **Explicar à criança o que fez mal**
 Nunca usei Usei uma única vez
 Usei menos do que uma vez por mês Usei mais do que uma vez por mês

Ao responder não se esqueça de ter em consideração somente o último ano

18. Bater com cinto
- | | | | |
|-----------------------------------|--------------------------|----------------------------------|--------------------------|
| Nunca usei | <input type="checkbox"/> | Usei uma única vez | <input type="checkbox"/> |
| Usei menos do que uma vez por mês | <input type="checkbox"/> | Usei mais do que uma vez por mês | <input type="checkbox"/> |
19. Bater com outros objectos (não mencionados atrás). Especificar _____
- | | | | |
|-----------------------------------|--------------------------|----------------------------------|--------------------------|
| Nunca usei | <input type="checkbox"/> | Usei uma única vez | <input type="checkbox"/> |
| Usei menos do que uma vez por mês | <input type="checkbox"/> | Usei mais do que uma vez por mês | <input type="checkbox"/> |
20. Atirar objectos
- | | | | |
|-----------------------------------|--------------------------|----------------------------------|--------------------------|
| Nunca usei | <input type="checkbox"/> | Usei uma única vez | <input type="checkbox"/> |
| Usei menos do que uma vez por mês | <input type="checkbox"/> | Usei mais do que uma vez por mês | <input type="checkbox"/> |
21. Insultar
- | | | | |
|-----------------------------------|--------------------------|----------------------------------|--------------------------|
| Nunca usei | <input type="checkbox"/> | Usei uma única vez | <input type="checkbox"/> |
| Usei menos do que uma vez por mês | <input type="checkbox"/> | Usei mais do que uma vez por mês | <input type="checkbox"/> |
22. Ameaçar a criança de que se lhe vai bater
- | | | | |
|-----------------------------------|--------------------------|----------------------------------|--------------------------|
| Nunca usei | <input type="checkbox"/> | Usei uma única vez | <input type="checkbox"/> |
| Usei menos do que uma vez por mês | <input type="checkbox"/> | Usei mais do que uma vez por mês | <input type="checkbox"/> |
23. Dizer à criança que nunca devia ter nascido
- | | | | |
|-----------------------------------|--------------------------|----------------------------------|--------------------------|
| Nunca usei | <input type="checkbox"/> | Usei uma única vez | <input type="checkbox"/> |
| Usei menos do que uma vez por mês | <input type="checkbox"/> | Usei mais do que uma vez por mês | <input type="checkbox"/> |
24. Dizer "se te portares mal não gosto de ti"
- | | | | |
|-----------------------------------|--------------------------|----------------------------------|--------------------------|
| Nunca usei | <input type="checkbox"/> | Usei uma única vez | <input type="checkbox"/> |
| Usei menos do que uma vez por mês | <input type="checkbox"/> | Usei mais do que uma vez por mês | <input type="checkbox"/> |
25. Dizer que não se gosta da criança
- | | | | |
|-----------------------------------|--------------------------|----------------------------------|--------------------------|
| Nunca usei | <input type="checkbox"/> | Usei uma única vez | <input type="checkbox"/> |
| Usei menos do que uma vez por mês | <input type="checkbox"/> | Usei mais do que uma vez por mês | <input type="checkbox"/> |
26. Dar "sermões"
- | | | | |
|-----------------------------------|--------------------------|----------------------------------|--------------------------|
| Nunca usei | <input type="checkbox"/> | Usei uma única vez | <input type="checkbox"/> |
| Usei menos do que uma vez por mês | <input type="checkbox"/> | Usei mais do que uma vez por mês | <input type="checkbox"/> |
27. Bater na criança deixando marcas (especifique as marcas _____)
- | | | | |
|-----------------------------------|--------------------------|----------------------------------|--------------------------|
| Nunca usei | <input type="checkbox"/> | Usei uma única vez | <input type="checkbox"/> |
| Usei menos do que uma vez por mês | <input type="checkbox"/> | Usei mais do que uma vez por mês | <input type="checkbox"/> |
28. Bater na criança deixando ferimentos (especifique _____)
- | | | | |
|-----------------------------------|--------------------------|----------------------------------|--------------------------|
| Nunca usei | <input type="checkbox"/> | Usei uma única vez | <input type="checkbox"/> |
| Usei menos do que uma vez por mês | <input type="checkbox"/> | Usei mais do que uma vez por mês | <input type="checkbox"/> |
29. Castigar a criança retirando-lhe coisas de que gosta (p. ex., não a deixar ver televisão)
- | | | | |
|-----------------------------------|--------------------------|----------------------------------|--------------------------|
| Nunca usei | <input type="checkbox"/> | Usei uma única vez | <input type="checkbox"/> |
| Usei menos do que uma vez por mês | <input type="checkbox"/> | Usei mais do que uma vez por mês | <input type="checkbox"/> |
30. Outros: (especificar _____)
- | | | | |
|-----------------------------------|--------------------------|----------------------------------|--------------------------|
| Nunca usei | <input type="checkbox"/> | Usei uma única vez | <input type="checkbox"/> |
| Usei menos do que uma vez por mês | <input type="checkbox"/> | Usei mais do que uma vez por mês | <input type="checkbox"/> |

3. EM RELAÇÃO A CADA UMA DAS FORMAS DE EDUCAR AS CRIANÇAS ABAIXO INDICADAS ASSINALE SE AS CONSIDERA ADEQUADAS OU INADEQUADAS.

- | | |
|--|---|
| 1. Dar conselhos
Adequado <input type="checkbox"/> Inadequado <input type="checkbox"/> | 16. Dar uma sova com a mão
Adequado <input type="checkbox"/> Inadequado <input type="checkbox"/> |
| 2. A mãe ameaçar a criança que o pai lhe vai bater
Adequado <input type="checkbox"/> Inadequado <input type="checkbox"/> | 17. Explicar à criança o que fez mal
Adequado <input type="checkbox"/> Inadequado <input type="checkbox"/> |
| 3. Bater no rabo com a mão
Adequado <input type="checkbox"/> Inadequado <input type="checkbox"/> | 18. Bater com cinto
Adequado <input type="checkbox"/> Inadequado <input type="checkbox"/> |
| 4. Dar uma bofetada na cara, cabeça ou orelhas
Adequado <input type="checkbox"/> Inadequado <input type="checkbox"/> | 19. Bater com outros objectos (não mencionados atrás).
Especificar _____
Adequado <input type="checkbox"/> Inadequado <input type="checkbox"/> |
| 5. Puxar as orelhas
Adequado <input type="checkbox"/> Inadequado <input type="checkbox"/> | 20. Atirar objectos
Adequado <input type="checkbox"/> Inadequado <input type="checkbox"/> |
| 6. Dar um murro ou pontapé
Adequado <input type="checkbox"/> Inadequado <input type="checkbox"/> | 21. Insultar
Adequado <input type="checkbox"/> Inadequado <input type="checkbox"/> |
| 7. Mandar a criança para o quarto, sem fechar a porta
Adequado <input type="checkbox"/> Inadequado <input type="checkbox"/> | 22. Ameaçar a criança de que se lhe vai bater
Adequado <input type="checkbox"/> Inadequado <input type="checkbox"/> |
| 8. Fechar num quarto à chave
Adequado <input type="checkbox"/> Inadequado <input type="checkbox"/> | 23. Dizer à criança que nunca devia ter nascido
Adequado <input type="checkbox"/> Inadequado <input type="checkbox"/> |
| 9. Fechar num quarto escuro
Adequado <input type="checkbox"/> Inadequado <input type="checkbox"/> | 24. Dizer "se te portares mal não gosto de ti"
Adequado <input type="checkbox"/> Inadequado <input type="checkbox"/> |
| 10. Dar palmadas na mão, braço ou perna
Adequado <input type="checkbox"/> Inadequado <input type="checkbox"/> | 25. Dizer que não se gosta da criança
Adequado <input type="checkbox"/> Inadequado <input type="checkbox"/> |
| 11. Elogiar a criança quando se porta bem
Adequado <input type="checkbox"/> Inadequado <input type="checkbox"/> | 26. Dar "sermões"
Adequado <input type="checkbox"/> Inadequado <input type="checkbox"/> |
| 12. Dar várias bofetadas
Adequado <input type="checkbox"/> Inadequado <input type="checkbox"/> | 27. Bater na criança deixando marcas
(especifique as marcas _____)
Adequado <input type="checkbox"/> Inadequado <input type="checkbox"/> |
| 13. Abanar ou sacudir com força
(crianças com menos de 2 anos de idade)
Adequado <input type="checkbox"/> Inadequado <input type="checkbox"/> | 28. Bater na criança deixando ferimentos
(especifique _____)
Adequado <input type="checkbox"/> Inadequado <input type="checkbox"/> |
| 14. Abanar ou sacudir com força
(crianças com mais de 2 anos de idade)
Adequado <input type="checkbox"/> Inadequado <input type="checkbox"/> | 29. Castigar a criança retirando-lhe coisas de que gosta
(p. ex., não a deixar ver televisão)
Adequado <input type="checkbox"/> Inadequado <input type="checkbox"/> |
| 15. Bater no rabo com um objecto duro
(p.ex., colher de pau, escova do cabelo)
Adequado <input type="checkbox"/> Inadequado <input type="checkbox"/> | |

Anexo 2

Declaração do consentimento do Núcleo de Qualificação Familiar e
Territórios para a realização do estudo

Baras

Dália Maria Moreira da Cunha
Rua Cmdt Agatão Lança, N.º 12, C2
Campelo
4640- 142 Baião

A Sr. Dália
a fim de tomar
conhecimento
de acordo
com Decreto
Núcleo Local de Inserção
Social de Baião
Coordenador
Manuel Santos

De Namela Queiroz:
Proceder a p/ que seja asse-
gurado o anonimato e
assumir, enquanto coordenadora
do NLI, o acompanhamento e
supervisão deste processo.

I.S.S. Porto
Rua António Patrício, 262 4º Piso
4199 - 001 Porto
A/C Exma. Sra. Directora do
Núcleo de Qualificação Familiar
Dra. Fátima Pinto

Assunto: Autorização para a aplicação de inquéritos e entrevistas às famílias
multiassistidas beneficiárias de R.S.I. do concelho de Baião, no âmbito do Mestrado em
Psicologia da Saúde e Intervenção Comunitária.

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA DO PORTO
Mestrado em Psicologia da Saúde e Intervenção Comunitária
Coordenadora do Núcleo de
Qualificação de Famílias e Território
Exma. Sra. Dra.

Encontro-me a frequentar o Mestrado em Psicologia da Saúde e Intervenção Comunitária
na Universidade Fernando Pessoa do Porto.

O objectivo geral da minha investigação é estudar o "Impacto da Violência Conjugal nas
Práticas Educativas Parentais.

A investigação envolverá famílias beneficiárias de Rendimento Social de Inserção
(R.S.I.) do concelho de Baião, onde exerço a minha actividade profissional. Desempenho a
função de psicóloga no protocolo da equipa do R.S.I da Santa Casa da Misericórdia de Baião.

Assim, venho por este meio solicitar a V. Exa. autorização para a aplicação de inquéritos
e entrevistas às famílias multiassistidas beneficiárias de R.S.I. do concelho de Baião,
assegurando toda a confidencialidade e anonimato dos participantes bem como a articulação
necessária com o (Núcleo Local de Inserção) N.L.I de Baião.

Com os melhores cumprimentos,

Unidade de Desenvolvimento Social
UDS
Reg. Nº 508857
Data 03/02/2008
schome


(Dália Cunha)

Anexo 3

Declaração do consentimento para aplicação dos questionários

Declaração de consentimento

(Questionário)

Eu, _____ aceito participar de livre vontade no estudo para obtenção do grau de mestre intitulado **“Impacto da violência conjugal nas práticas educativas parentais: o olhar da Mãe”**, realizado por Dália Maria Moreira da Cunha, aluna de Psicologia da Saúde e Intervenção Comunitária da Universidade Fernando Pessoa.

Declaro que fui informada de todos os objectivos e procedimentos do mesmo estudo, do seu carácter anónimo e sigiloso.

Baião, ____ de _____ de _____

Anexo 4

Análise de frequência aos itens e cruzamento de variáveis

Análise de Frequências aos Itens - NÃO VÍTIMAS

N =30 sujeitos

Dar Conselhos

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Usei menos que uma vez mês	3	10,0	10,0	10,0
Usei mais que uma vez mês	27	90,0	90,0	100,0
Total	30	100,0	100,0	

mandar a criança para o quarto sem fechar a porta

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Nunca usei	21	70,0	70,0	70,0
Usei uma vez	1	3,3	3,3	73,3
Usei menos que uma vez mês	6	20,0	20,0	93,3
Usei mais que uma vez mês	2	6,7	6,7	100,0
Total	30	100,0	100,0	

Mãe ameaçar a criança que pai lhe vai bater

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Nunca usei	24	80,0	80,0	80,0
Usei uma vez	1	3,3	3,3	83,3
Usei menos que uma vez mês	2	6,7	6,7	90,0
Usei mais que uma vez mês	3	10,0	10,0	100,0
Total	30	100,0	100,0	

fechar num quarto à chave

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Nunca usei	30	100,0	100,0	100,0

fechar num quarto escuro

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Nunca usei	30	100,0	100,0	100,0

Bater no rabo com a mão

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Nunca usei	11	36,7	36,7	36,7
Usei uma vez	3	10,0	10,0	46,7
Usei menos que uma vez mês	10	33,3	33,3	80,0
Usei mais que uma vez mês	6	20,0	20,0	100,0
Total	30	100,0	100,0	

dar palmadas na mão, braço ou perna

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Nunca usei	24	80,0	80,0	80,0
Usei uma vez	2	6,7	6,7	86,7
Usei menos que uma vez mês	3	10,0	10,0	96,7
Usei mais que uma vez mês	1	3,3	3,3	100,0
Total	30	100,0	100,0	

Dar uma bofetada na cara, cabeça ou orelhas

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Nunca usei	22	73,3	73,3	73,3
Usei menos que uma vez mês	7	23,3	23,3	96,7
Usei mais que uma vez mês	1	3,3	3,3	100,0
Total	30	100,0	100,0	

elogiar a criança quando se porta bem

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Usei menos que uma vez mês	2	6,7	6,7	6,7
Usei mais que uma vez mês	28	93,3	93,3	100,0
Total	30	100,0	100,0	

puxar as orelhas

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Nunca usei	20	66,7	66,7	66,7
Usei uma vez	3	10,0	10,0	76,7
Usei menos que uma vez mês	6	20,0	20,0	96,7
Usei mais que uma vez mês	1	3,3	3,3	100,0
Total	30	100,0	100,0	

dar várias bofetadas

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Nunca usei	27	90,0	90,0	90,0
Usei menos que uma vez mês	2	6,7	6,7	96,7
Usei mais que uma vez mês	1	3,3	3,3	100,0
Total	30	100,0	100,0	

dar um murro ou pontapé

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Nunca usei	29	96,7	96,7	96,7
Usei menos que uma vez mês	1	3,3	3,3	100,0
Total	30	100,0	100,0	

abandar ou sacudir com força(crianças com menos de dois anos de idade)

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Nunca usei	30	100,0	100,0	100,0

abandar ou sacudir com força(crianças com mais de dois anos de idade)

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Nunca usei	30	100,0	100,0	100,0

bater no rabo com objecto duro

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca usei	30	100,0	100,0	100,0

dar uma sova com a mão

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca usei	25	83,3	83,3	83,3
	Usei menos que uma vez mês	5	16,7	16,7	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

explicar à criança o que fez mal

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca usei	1	3,3	3,3	3,3
	Usei mais que uma vez mês	29	96,7	96,7	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

bater com o cinto

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca usei	30	100,0	100,0	100,0

bater com outros objectos (não mencionados atrás)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca usei	30	100,0	100,0	100,0

atirar objectos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca usei	29	96,7	96,7	96,7
	Usei uma vez	1	3,3	3,3	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

insultar

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca usei	19	63,3	63,3	63,3
	Usei uma vez	2	6,7	6,7	70,0
	Usei menos que uma vez mês	6	20,0	20,0	90,0
	Usei mais que uma vez mês	3	10,0	10,0	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

ameaçar a criança de que se lhe vai bater

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca usei	7	23,3	23,3	23,3
	Usei uma vez	2	6,7	6,7	30,0
	Usei menos que uma vez mês	12	40,0	40,0	70,0
	Usei mais que uma vez mês	9	30,0	30,0	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

dizer à criança que nunca devia ter nascido

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca usei	30	100,0	100,0	100,0

dizer se te portares mal não gosto de ti

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca usei	22	73,3	73,3	73,3
	Usei uma vez	3	10,0	10,0	83,3
	Usei menos que uma vez mês	4	13,3	13,3	96,7
	Usei mais que uma vez mês	1	3,3	3,3	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

dizer que não se gosta da criança

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca usei	30	100,0	100,0	100,0

dar sermões

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca usei	2	6,7	6,7	6,7
	Usei menos que uma vez mês	7	23,3	23,3	30,0
	Usei mais que uma vez mês	21	70,0	70,0	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

bater na criança deixando marcas

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca usei	30	100,0	100,0	100,0

bater na criança deixando ferimentos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca usei	30	100,0	100,0	100,0

castigar a criança retirando coisas de que gosta

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca usei	14	46,7	46,7	46,7
	Usei uma vez	4	13,3	13,3	60,0
	Usei menos que uma vez mês	7	23,3	23,3	83,3
	Usei mais que uma vez mês	5	16,7	16,7	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

outros, especificar

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca usei	18	60,0	60,0	60,0
	Usei uma vez	2	6,7	6,7	66,7
	Usei menos que uma vez mês	3	10,0	10,0	76,7
	Usei mais que uma vez mês	7	23,3	23,3	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Análise de Frequências aos Itens - VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA CONJUGAL

N =30 sujeitos

Dar Conselhos

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Nunca usei	1	3,3	3,3	3,3
Usei uma vez	1	3,3	3,3	6,7
Usei menos que uma vez mês	4	13,3	13,3	20,0
Usei mais que uma vez mês	24	80,0	80,0	100,0
Total	30	100,0	100,0	

Mãe ameaçar a criança que pai lhe vai bater

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Nunca usei	16	53,3	53,3	53,3
Usei uma vez	2	6,7	6,7	60,0
Usei menos que uma vez mês	4	13,3	13,3	73,3
Usei mais que uma vez mês	8	26,7	26,7	100,0
Total	30	100,0	100,0	

Bater no rabo com a mão

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Nunca usei	6	20,0	20,0	20,0
Usei uma vez	4	13,3	13,3	33,3
Usei menos que uma vez mês	12	40,0	40,0	73,3
Usei mais que uma vez mês	8	26,7	26,7	100,0
Total	30	100,0	100,0	

Dar uma bofetada na cara, cabeça ou orelhas

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Nunca usei	16	53,3	53,3	53,3
Usei uma vez	4	13,3	13,3	66,7
Usei menos que uma vez mês	4	13,3	13,3	80,0
Usei mais que uma vez mês	6	20,0	20,0	100,0
Total	30	100,0	100,0	

puxar as orelhas

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Nunca usei	14	46,7	46,7	46,7
Usei uma vez	3	10,0	10,0	56,7
Usei menos que uma vez mês	7	23,3	23,3	80,0
Usei mais que uma vez mês	6	20,0	20,0	100,0
Total	30	100,0	100,0	

dar um murro ou pontapé

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Nunca usei	24	80,0	80,0	80,0
Usei uma vez	4	13,3	13,3	93,3
Usei menos que uma vez mês	1	3,3	3,3	96,7
Usei mais que uma vez mês	1	3,3	3,3	100,0
Total	30	100,0	100,0	

mandar a criança para o quarto sem fechar a porta

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Nunca usei	18	60,0	60,0	60,0
Usei uma vez	5	16,7	16,7	76,7
Usei menos que uma vez mês	3	10,0	10,0	86,7
Usei mais que uma vez mês	4	13,3	13,3	100,0
Total	30	100,0	100,0	

fechar num quarto à chave

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Nunca usei	29	96,7	96,7	96,7
Usei uma vez	1	3,3	3,3	100,0
Total	30	100,0	100,0	

fechar num quarto escuro

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Nunca usei	29	96,7	96,7	96,7
Usei uma vez	1	3,3	3,3	100,0
Total	30	100,0	100,0	

dar palmadas na mão, braço ou perna

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Nunca usei	19	63,3	63,3	63,3
Usei uma vez	3	10,0	10,0	73,3
Usei menos que uma vez mês	6	20,0	20,0	93,3
Usei mais que uma vez mês	2	6,7	6,7	100,0
Total	30	100,0	100,0	

elogiar a criança quando se porta bem

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Nunca usei	3	10,0	10,0	10,0
Usei uma vez	2	6,7	6,7	16,7
Usei menos que uma vez mês	1	3,3	3,3	20,0
Usei mais que uma vez mês	24	80,0	80,0	100,0
Total	30	100,0	100,0	

dar várias bofetadas

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Nunca usei	17	56,7	56,7	56,7
Usei uma vez	10	33,3	33,3	90,0
Usei menos que uma vez mês	1	3,3	3,3	93,3
Usei mais que uma vez mês	2	6,7	6,7	100,0
Total	30	100,0	100,0	

abandar ou sacudir com força(crianças com menos de dois anos de idade)

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Nunca usei	28	93,3	93,3	93,3
Usei uma vez	2	6,7	6,7	100,0
Total	30	100,0	100,0	

abandar ou sacudir com força(crianças com mais de dois anos de idade)

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Nunca usei	28	93,3	93,3	93,3
Usei uma vez	1	3,3	3,3	96,7
Usei mais que uma vez mês	1	3,3	3,3	100,0
Total	30	100,0	100,0	

bater no rabo com objecto duro

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca usei	26	86,7	86,7	86,7
	Usei uma vez	3	10,0	10,0	96,7
	Usei mais que uma vez mês	1	3,3	3,3	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

dar uma sova com a mão

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca usei	19	63,3	63,3	63,3
	Usei uma vez	7	23,3	23,3	86,7
	Usei menos que uma vez mês	1	3,3	3,3	90,0
	Usei mais que uma vez mês	3	10,0	10,0	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

explicar à criança o que fez mal

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca usei	2	6,7	6,7	6,7
	Usei uma vez	1	3,3	3,3	10,0
	Usei menos que uma vez mês	1	3,3	3,3	13,3
	Usei mais que uma vez mês	26	86,7	86,7	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

bater com o cinto

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca usei	28	93,3	93,3	93,3
	Usei uma vez	2	6,7	6,7	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

bater com outros objectos (não mencionados atrás)

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca usei	27	90,0	90,0	90,0
	Usei uma vez	3	10,0	10,0	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

atirar objectos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca usei	26	86,7	86,7	86,7
	Usei uma vez	4	13,3	13,3	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

insultar

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca usei	13	43,3	43,3	43,3
	Usei uma vez	2	6,7	6,7	50,0
	Usei menos que uma vez mês	5	16,7	16,7	66,7
	Usei mais que uma vez mês	10	33,3	33,3	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

ameaçar a criança de que se lhe vai bater

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca usei	5	16,7	16,7	16,7
	Usei uma vez	3	10,0	10,0	26,7
	Usei menos que uma vez mês	3	10,0	10,0	36,7
	Usei mais que uma vez mês	19	63,3	63,3	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

dizer à criança que nunca devia ter nascido

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca usei	25	83,3	83,3	83,3
	Usei uma vez	1	3,3	3,3	86,7
	Usei menos que uma vez mês	1	3,3	3,3	90,0
	Usei mais que uma vez mês	3	10,0	10,0	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

dizer se te portares mal não gosto de ti

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca usei	11	36,7	36,7	36,7
	Usei uma vez	5	16,7	16,7	53,3
	Usei menos que uma vez mês	6	20,0	20,0	73,3
	Usei mais que uma vez mês	8	26,7	26,7	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

dizer que não se gosta da criança

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca usei	27	90,0	90,0	90,0
	Usei uma vez	2	6,7	6,7	96,7
	Usei mais que uma vez mês	1	3,3	3,3	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

dar sermões

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca usei	1	3,3	3,3	3,3
	Usei uma vez	1	3,3	3,3	6,7
	Usei menos que uma vez mês	2	6,7	6,7	13,3
	Usei mais que uma vez mês	26	86,7	86,7	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

bater na criança deixando marcas

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca usei	26	86,7	86,7	86,7
	Usei uma vez	4	13,3	13,3	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

bater na criança deixando ferimentos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca usei	29	96,7	96,7	96,7
	Usei uma vez	1	3,3	3,3	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

castigar a criança retirando coisas de que gosta

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca usei	13	43,3	43,3	43,3
	Usei uma vez	1	3,3	3,3	46,7
	Usei menos que uma vez mês	7	23,3	23,3	70,0
	Usei mais que uma vez mês	9	30,0	30,0	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

outros, especificar

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nunca usei	14	46,7	46,7	46,7
	Usei uma vez	2	6,7	6,7	53,3
	Usei menos que uma vez mês	4	13,3	13,3	66,7
	Usei mais que uma vez mês	10	33,3	33,3	100,0
	Total	30	100,0	100,0	

Tabelas de cruzamento com duas variáveis:

- Grupos: vítimas vs. não vítimas
- Práticas: adequadas vs. inadequadas

Vítimas ou não Vítimas * dar conselhos Crosstabulation

			dar conselhos		Total
			Adequado	Inadequado	
Vítimas ou não Vítimas	Vítima	Count	28	2	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	93,3%	6,7%	100,0%
		% of Total	46,7%	3,3%	50,0%
	Não Vítima	Count	29	1	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	96,7%	3,3%	100,0%
		% of Total	48,3%	1,7%	50,0%
Total		Count	57	3	60
		% within Vítimas ou não Vítimas	95,0%	5,0%	100,0%
		% of Total	95,0%	5,0%	100,0%

Vítimas ou não Vítimas * puxar as orelhas Crosstabulation

			puxar as orelhas		Total
			Adequado	Inadequado	
Vítimas ou não Vítimas	Vítima	Count	11	19	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	36,7%	63,3%	100,0%
		% of Total	18,3%	31,7%	50,0%
	Não Vítima	Count	7	23	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	23,3%	76,7%	100,0%
		% of Total	11,7%	38,3%	50,0%
Total		Count	18	42	60
		% within Vítimas ou não Vítimas	30,0%	70,0%	100,0%
		% of Total	30,0%	70,0%	100,0%

Vítimas ou não Vítimas * Mãe ameaçar a criança que pai lhe vai bater Crosstabulation

			Mãe ameaçar a criança que pai lhe vai bater		Total
			Adequado	Inadequado	
Vítimas ou não Vítimas	Vítima	Count	8	22	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	26,7%	73,3%	100,0%
		% of Total	13,3%	36,7%	50,0%
	Não Vítima	Count	4	26	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	13,3%	86,7%	100,0%
		% of Total	6,7%	43,3%	50,0%
Total		Count	12	48	60
		% within Vítimas ou não Vítimas	20,0%	80,0%	100,0%
		% of Total	20,0%	80,0%	100,0%

Vítimas ou não Vítimas * dar um murro ou pontapé Crosstabulation

			dar um murro ou pontapé		Total
			Adequado	Inadequado	
Vítimas ou não Vítimas	Vítima	Count	1	29	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	3,3%	96,7%	100,0%
		% of Total	1,7%	48,3%	50,0%
	Não Vítima	Count	0	30	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	,0%	50,0%	50,0%
Total		Count	1	59	60
		% within Vítimas ou não Vítimas	1,7%	98,3%	100,0%
		% of Total	1,7%	98,3%	100,0%

Vítimas ou não Vítimas * Bater no rabo com a mão Crosstabulation

			Bater no rabo com a mão		Total
			Adequado	Inadequado	
Vítimas ou não Vítimas	Vítima	Count	21	9	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	70,0%	30,0%	100,0%
		% of Total	35,0%	15,0%	50,0%
	Não Vítima	Count	23	7	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	76,7%	23,3%	100,0%
		% of Total	38,3%	11,7%	50,0%
Total		Count	44	16	60
		% within Vítimas ou não Vítimas	73,3%	26,7%	100,0%
		% of Total	73,3%	26,7%	100,0%

Vítimas ou não Vítimas * mandar a criança para o quarto sem fechar a porta Crosstabulation

			mandar a criança para o quarto sem fechar a porta		Total
			Adequado	Inadequado	
Vítimas ou não Vítimas	Vítima	Count	16	14	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	53,3%	46,7%	100,0%
		% of Total	26,7%	23,3%	50,0%
	Não Vítima	Count	7	23	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	23,3%	76,7%	100,0%
		% of Total	11,7%	38,3%	50,0%
Total		Count	23	37	60
		% within Vítimas ou não Vítimas	38,3%	61,7%	100,0%
		% of Total	38,3%	61,7%	100,0%

Vítimas ou não Vítimas * Dar uma bofetada na cara, cabeça ou orelhas Crosstabulation

			Dar uma bofetada na cara, cabeça ou orelhas		Total
			Adequado	Inadequado	
Vítimas ou não Vítimas	Vítima	Count	2	28	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	6,7%	93,3%	100,0%
		% of Total	3,3%	46,7%	50,0%
	Não Vítima	Count	2	28	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	6,7%	93,3%	100,0%
		% of Total	3,3%	46,7%	50,0%
Total		Count	4	56	60
		% within Vítimas ou não Vítimas	6,7%	93,3%	100,0%
		% of Total	6,7%	93,3%	100,0%

Vítimas ou não Vítimas * fechar num quarto à chave Crosstabulation

			fechar num quarto à chave		Total
			Adequado	Inadequado	
Vítimas ou não Vítimas	Vítima	Count	1	29	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	3,3%	96,7%	100,0%
		% of Total	1,7%	48,3%	50,0%
	Não Vítima	Count	0	30	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	,0%	50,0%	50,0%
Total		Count	1	59	60
		% within Vítimas ou não Vítimas	1,7%	98,3%	100,0%
		% of Total	1,7%	98,3%	100,0%

Vítimas ou não Vítimas * fechar num quarto escuro Crosstabulation

			fechar num quarto escuro		Total
			Adequado	Inadequado	
Vítimas ou não Vítimas	Vítima	Count	1	29	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	3,3%	96,7%	100,0%
		% of Total	1,7%	48,3%	50,0%
	Não Vítima	Count	0	30	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	,0%	50,0%	50,0%
Total		Count	1	59	60
		% within Vítimas ou não Vítimas	1,7%	98,3%	100,0%
		% of Total	1,7%	98,3%	100,0%

Vítimas ou não Vítimas * dar palmadas na mão, braço ou perna Crosstabulation

			dar palmadas na mão, braço ou perna		Total
			Adequado	Inadequado	
Vítimas ou não Vítimas	Vítima	Count	3	27	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	10,0%	90,0%	100,0%
		% of Total	5,0%	45,0%	50,0%
	Não Vítima	Count	2	28	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	6,7%	93,3%	100,0%
		% of Total	3,3%	46,7%	50,0%
Total		Count	5	55	60
		% within Vítimas ou não Vítimas	8,3%	91,7%	100,0%
		% of Total	8,3%	91,7%	100,0%

Vítimas ou não Vítimas * elogiar a criança quando se porta bem Crosstabulation

			elogiar a criança quando se porta bem		Total
			Adequado	Inadequado	
Vítimas ou não Vítimas	Vítima	Count	29	1	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	96,7%	3,3%	100,0%
		% of Total	48,3%	1,7%	50,0%
	Não Vítima	Count	29	1	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	96,7%	3,3%	100,0%
		% of Total	48,3%	1,7%	50,0%
Total		Count	58	2	60
		% within Vítimas ou não Vítimas	96,7%	3,3%	100,0%
		% of Total	96,7%	3,3%	100,0%

Vítimas ou não Vítimas * dar várias bofetadas Crosstabulation

			dar várias bofetadas		Total
			Adequado	Inadequado	
Vítimas ou não Vítimas	Vítima	Count	2	28	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	6,7%	93,3%	100,0%
		% of Total	3,3%	46,7%	50,0%
	Não Vítima	Count	2	28	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	6,7%	93,3%	100,0%
		% of Total	3,3%	46,7%	50,0%
Total		Count	4	56	60
		% within Vítimas ou não Vítimas	6,7%	93,3%	100,0%
		% of Total	6,7%	93,3%	100,0%

Vítimas ou não Vítimas * abanar ou sacudir com força(crianças com menos de dois anos de idade) Crosstabulation

			abanar ou sacudir com força(crianças com menos de dois anos de idade)		Total
			Inadequado		
Vítimas ou não Vítimas	Vítima	Count		30	30
		% within Vítimas ou não Vítimas		100,0%	100,0%
		% of Total		50,0%	50,0%
	Não Vítima	Count		30	30
		% within Vítimas ou não Vítimas		100,0%	100,0%
		% of Total		50,0%	50,0%
Total		Count		60	60
		% within Vítimas ou não Vítimas		100,0%	100,0%
		% of Total		100,0%	100,0%

Vítimas ou não Vítimas * abanar ou sacudir com força(crianças com mais de dois anos de idade) Crosstabulation

			abanar ou sacudir com força(crianças com mais de dois anos de idade)		Total
			Inadequado		
Vítimas ou não Vítimas	Vítima	Count		30	30
		% within Vítimas ou não Vítimas		100,0%	100,0%
		% of Total		50,0%	50,0%
	Não Vítima	Count		30	30
		% within Vítimas ou não Vítimas		100,0%	100,0%
		% of Total		50,0%	50,0%
Total		Count		60	60
		% within Vítimas ou não Vítimas		100,0%	100,0%
		% of Total		100,0%	100,0%

Vítimas ou não Vítimas * bater no rabo com objecto duro Crosstabulation

			bater no rabo com objecto duro		Total
			Adequado	Inadequado	
Vítimas ou não Vítimas	Vítima	Count	2	28	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	6,7%	93,3%	100,0%
		% of Total	3,3%	46,7%	50,0%
	Não Vítima	Count	0	30	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	,0%	50,0%	50,0%
Total		Count	2	58	60
		% within Vítimas ou não Vítimas	3,3%	96,7%	100,0%
		% of Total	3,3%	96,7%	100,0%

Vítimas ou não Vítimas * dar uma sova com a mão Crosstabulation

			dar uma sova com a mão		Total
			Adequado	Inadequado	
Vítimas ou não Vítimas	Vítima	Count	3	27	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	10,0%	90,0%	100,0%
		% of Total	5,0%	45,0%	50,0%
	Não Vítima	Count	3	27	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	10,0%	90,0%	100,0%
		% of Total	5,0%	45,0%	50,0%
Total		Count	6	54	60
		% within Vítimas ou não Vítimas	10,0%	90,0%	100,0%
		% of Total	10,0%	90,0%	100,0%

Vítimas ou não Vítimas * explicar à criança o que fez mal Crosstabulation

			explicar à criança o que fez mal		Total
			Adequado	Inadequado	
Vítimas ou não Vítimas	Vítima	Count	28	2	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	93,3%	6,7%	100,0%
		% of Total	46,7%	3,3%	50,0%
	Não Vítima	Count	30	0	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	100,0%	,0%	100,0%
		% of Total	50,0%	,0%	50,0%
Total		Count	58	2	60
		% within Vítimas ou não Vítimas	96,7%	3,3%	100,0%
		% of Total	96,7%	3,3%	100,0%

Vítimas ou não Vítimas * dizer à criança que nunca devia ter nascido Crosstabulation

			dizer à criança que nunca devia ter nascido		Total
			Adequado	Inadequado	
Vítimas ou não Vítimas	Vítima	Count	1	29	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	3,3%	96,7%	100,0%
		% of Total	1,7%	48,3%	50,0%
	Não Vítima	Count	0	30	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	,0%	50,0%	50,0%
Total		Count	1	59	60
		% within Vítimas ou não Vítimas	1,7%	98,3%	100,0%
		% of Total	1,7%	98,3%	100,0%

Vítimas ou não Vítimas * bater com o cinto Crosstabulation

			bater com o cinto		Total
			Adequado	Inadequado	
Vítimas ou não Vítimas	Vítima	Count	2	28	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	6,7%	93,3%	100,0%
		% of Total	3,3%	46,7%	50,0%
	Não Vítima	Count	0	30	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	,0%	50,0%	50,0%
Total		Count	2	58	60
		% within Vítimas ou não Vítimas	3,3%	96,7%	100,0%
		% of Total	3,3%	96,7%	100,0%

Vítimas ou não Vítimas * insultar Crosstabulation

			insultar		Total
			Adequado	Inadequado	
Vítimas ou não Vítimas	Vítima	Count	2	28	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	6,7%	93,3%	100,0%
		% of Total	3,3%	46,7%	50,0%
	Não Vítima	Count	3	27	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	10,0%	90,0%	100,0%
		% of Total	5,0%	45,0%	50,0%
Total		Count	5	55	60
		% within Vítimas ou não Vítimas	8,3%	91,7%	100,0%
		% of Total	8,3%	91,7%	100,0%

Vítimas ou não Vítimas * bater com outros objectos (não mencionados atrás) Crosstabulation

			bater com outros objectos (não mencionados atrás)		Total
			Adequado	Inadequado	
Vítimas ou não Vítimas	Vítima	Count	30	0	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	100,0%	0,0%	100,0%
		% of Total	50,0%	0,0%	50,0%
	Não Vítima	Count	30	0	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	100,0%	0,0%	100,0%
		% of Total	50,0%	0,0%	50,0%
Total		Count	60	0	60
		% within Vítimas ou não Vítimas	100,0%	0,0%	100,0%
		% of Total	100,0%	0,0%	100,0%

Vítimas ou não Vítimas * dizer se te portares mal não gosto de ti Crosstabulation

			dizer se te portares mal não gosto de ti		Total
			Adequado	Inadequado	
Vítimas ou não Vítimas	Vítima	Count	7	23	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	23,3%	76,7%	100,0%
		% of Total	11,7%	38,3%	50,0%
	Não Vítima	Count	3	27	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	10,0%	90,0%	100,0%
		% of Total	5,0%	45,0%	50,0%
Total		Count	10	50	60
		% within Vítimas ou não Vítimas	16,7%	83,3%	100,0%
		% of Total	16,7%	83,3%	100,0%

Vítimas ou não Vítimas * atirar objectos Crosstabulation

			atirar objectos		Total
			Adequado	Inadequado	
Vítimas ou não Vítimas	Vítima	Count	0	30	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	,0%	50,0%	50,0%
	Não Vítima	Count	1	29	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	3,3%	96,7%	100,0%
		% of Total	1,7%	48,3%	50,0%
Total		Count	1	59	60
		% within Vítimas ou não Vítimas	1,7%	98,3%	100,0%
		% of Total	1,7%	98,3%	100,0%

Vítimas ou não Vítimas * dizer que não se gosta da criança Crosstabulation

			dizer que não se gosta da criança		Total
			Adequado	Inadequado	
Vítimas ou não Vítimas	Vítima	Count	1	29	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	3,3%	96,7%	100,0%
		% of Total	1,7%	48,3%	50,0%
	Não Vítima	Count	0	30	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	,0%	100,0%	100,0%
		% of Total	,0%	50,0%	50,0%
Total		Count	1	59	60
		% within Vítimas ou não Vítimas	1,7%	98,3%	100,0%
		% of Total	1,7%	98,3%	100,0%

Vítimas ou não Vítimas * ameaçar a criança de que se lhe vai bater Crosstabulation

			ameaçar a criança de que se lhe vai bater		Total
			Adequado	Inadequado	
Vítimas ou não Vítimas	Vítima	Count	19	11	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	63,3%	36,7%	100,0%
		% of Total	31,7%	18,3%	50,0%
	Não Vítima	Count	5	25	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	16,7%	83,3%	100,0%
		% of Total	8,3%	41,7%	50,0%
Total		Count	24	36	60
		% within Vítimas ou não Vítimas	40,0%	60,0%	100,0%
		% of Total	40,0%	60,0%	100,0%

Vítimas ou não Vítimas * dar sermões Crosstabulation

			dar sermões		Total
			Adequado	Inadequado	
Vítimas ou não Vítimas	Vítima	Count	25	5	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	83,3%	16,7%	100,0%
		% of Total	41,7%	8,3%	50,0%
	Não Vítima	Count	24	6	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	80,0%	20,0%	100,0%
		% of Total	40,0%	10,0%	50,0%
Total		Count	49	11	60
		% within Vítimas ou não Vítimas	81,7%	18,3%	100,0%
		% of Total	81,7%	18,3%	100,0%

Vítimas ou não Vítimas * bater na criança deixando marcas Crosstabulation

			bater na criança deixando marcas	
			Inadequado	Total
Vítimas ou não Vítimas	Vítima	Count	30	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	100,0%	100,0%
		% of Total	50,0%	50,0%
	Não Vítima	Count	30	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	100,0%	100,0%
		% of Total	50,0%	50,0%
Total	Count		60	60
	% within Vítimas ou não Vítimas		100,0%	100,0%
	% of Total		100,0%	100,0%

Vítimas ou não Vítimas * bater na criança deixando ferimentos Crosstabulation

			bater na criança deixando ferimentos	
			Inadequado	Total
Vítimas ou não Vítimas	Vítima	Count	30	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	100,0%	100,0%
		% of Total	50,0%	50,0%
	Não Vítima	Count	30	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	100,0%	100,0%
		% of Total	50,0%	50,0%
Total	Count		60	60
	% within Vítimas ou não Vítimas		100,0%	100,0%
	% of Total		100,0%	100,0%

Vítimas ou não Vítimas * castigar a criança retirando coisas de que gosta Crosstabulation

			castigar a criança retirando coisas de que gosta		
			Adequado	Inadequado	Total
Vítimas ou não Vítimas	Vítima	Count	18	12	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	60,0%	40,0%	100,0%
		% of Total	30,0%	20,0%	50,0%
	Não Vítima	Count	18	12	30
		% within Vítimas ou não Vítimas	60,0%	40,0%	100,0%
		% of Total	30,0%	20,0%	50,0%
Total	Count		36	24	60
	% within Vítimas ou não Vítimas		60,0%	40,0%	100,0%
	% of Total		60,0%	40,0%	100,0%

Anexo 5

Guião da entrevista

Entrevista às mães Vítimas de Violência Conjugal
(Adaptado de Levendosky, Lynch & Graham-Bermann, 2000)

1- Experiência de violência

- a) Vive actualmente com o seu cônjuge ou companheiro?
- b) Descreva que tipo de maus tratos o seu cônjuge ou companheiro exerce sobre si?
- c) A quem é dirigida a violência por parte do seu cônjuge?

2- Percepção do conceito de mãe

- a) O que é para si ser mãe?

3- Percepção da influência da violência nas práticas educativas maternas

- a) De que forma é que a experiência que tem (ou teve) de violência conjugal afectou as suas práticas maternas com o (s) seu (s) filho (s)?

4- Percepção de dificuldades no exercício das práticas parentais

- a) Há alturas em que sente mais dificuldade em ser mãe? Se sim, o que é que se torna mais difícil?

5- Percepção do exercício parental sem violência

- a) Descreva que tipo de mãe seria se não tivesse um companheiro violento.

Anexo 6

Declaração do consentimento para a realização da entrevista

Declaração de consentimento

(Entrevista)

Eu, _____ aceito participar de livre vontade no estudo para obtenção do grau de mestre intitulado **“Impacto da violência conjugal nas práticas educativas parentais: o olhar da Mãe”**, realizado por Dália Maria Moreira da Cunha, aluna de Psicologia da Saúde e Intervenção Comunitária da Universidade Fernando Pessoa.

Declaro que fui informada de todos os objectivos e procedimentos do mesmo estudo, do seu carácter anónimo e sigiloso assim como da possibilidade de desistência em qualquer momento da entrevista.

Declaro ainda autorizar a gravação da entrevista para futura análise do seu conteúdo.

Baião, ____ de _____ de _____

Anexo 7

Matrizes conceptuais de análise de conteúdo

Tema: Impacto da violência conjugal nas práticas educativas parentais

Categoria: Experiência de Violência

Sub-categoria: Tipologia da violência

Unidade de análise		
Registro		Contexto
Formal	Semântica	
	Tipologia da violência: - Emocional - Física - Verbal	<p>“Bater não me bate, mas trata-me muito mal (...)”. (E1)</p> <p>“ (...) é muita coisa, berrar daqui, berrar dali (...)”. (E1)</p> <p>“ (...) ele chega a casa, tu és esta, tu és aquela (...) pega por tudo (...)”. (E1)</p> <p>“chegou a dizer que eu não era (uma mãe) competente e que o filho não era meu (...)”. (E6)</p> <p>“Ele batia-me e eu tinha medo que ele os matasse (aos filhos) (...)”. (E3)</p> <p>“Muitas pancadas”. (E2)</p> <p>“Tudo, pontapés, murros, puxões de cabelo (...)”. (E3)</p> <p>“Berrava-me e batia-me com as mãos”. (E4)</p> <p>“(...) verbalmente, dizia algumas coisas, e fisicamente também (...) bater”. (E5)</p> <p>“Dizia palavrões, bater não bateu (...) partia tudo (...)”. (E6)</p> <p>“Chegava a casa e era logo a insultar (...)”. (E6)</p>

Tema: Impacto da violência conjugal nas práticas educativas parentais

Categoria: Experiência de violência

Sub-categoria: Actores da violência

Unidade de análise		
Registo		Contexto
Formal	Semântica	
	Violência contra a mulher	<p>“ (...) a mim é que ele mais ataca”. (E1)</p> <p>“ (...) judiava-me a mim até que eu era obrigada a sair de casa às 3 ou 4 horas da manhã, a dormir debaixo daquelas bordas (...)”. (E2)</p> <p>“era só comigo (...) ela era pequenina, não tinha nada a ver (...)”. (E4)</p>
	Violência directa contra os filhos	<p>“ (...) trata muito mal a todos”. (E1)</p> <p>“ (...) ia à escola agredir o miúdo (...) dizia, vou ter com a tua mãe, vou matar a tua mãe, vou matar o teu padrinho, vou matar a tua avó (...)”. (E6)</p> <p>“ (...) judiava os meus filhos (...)”. (E2)</p> <p>“ (...) dizia ao meu filho que ia arranjar outra mulher e que me ia deixar a mim”. (E6)</p>
	Violência indirecta sobre os filhos	<p>“ (ele) batia-me (...) os meninos choravam, não podia pegar neles ao colo porque ele batia-me (...)”. (E3)</p> <p>“ (...) os filhos apercebem-se de certas situações”. (E5)</p> <p>“ (...) o meu marido tratava-me mal, o meu filho chorava (...)”. (E6)</p>

Tema: Impacto da violência conjugal nas práticas educativas parentais

Categoria: Conceito de mãe

Sub-categoria: Percepção do conceito de mãe

Unidade de análise			
Registro		Contexto	
Formal	Semântica		
“Tem muito que se lhe diga”	Competências emocionais	<p>“Tenho que dar apoio, carinho (...)”. (E1)</p> <p>“Mentalizá-los que não lhe posso dar tudo (...)”. (E2)</p> <p>“Ter muito carinho pelos filhos, sabê-los educar, tratar deles (...) ser amiga deles e não os tratar mal”. (E6)</p>	
	Assegurar necessidades básicas	<p>“Dar tudo do melhor (...) bons exemplos (...) para ele ter juízo (...) dar bons conselhos, tudo para o bem, não é?”.(E4)</p>	
	Imposição de regras	<p>“ (...) é ter roupa lavada, comerzinho a horas (...), inducá-los (...)”. (E2)</p> <p>“Educá-los, traze-los limpos, ir com eles a consultas, incentivá-los a estudar”. (E3)</p>	
	Empowerment	<p>“Eu chego e digo assim: vamos fazer isto e eles, lá pronto, daqui por um bocado, eu não torno a dizer mais nada, sigo a minha vida e eles vem ter comigo. Pronto não nos consumimos” (E2)</p>	
	Responsabilidade	<p>“Ser mãe é o que me faz sentir a mulher mais feliz do mundo”. (E2)</p> <p>“Ser mãe (...) ainda tem muito que se lhe diga (...)”. (E2)</p> <p>“Uma mãe tem muitas funções, tem muita responsabilidade, não é?”.(E5)</p>	

Tema: Impacto da violência conjugal nas práticas educativas parentais

Categoria: Percepção da influência da violência nas práticas maternas

Sub-categoria: Forma como a violência conjugal afectou as práticas maternas

Unidade de análise		
Registo		Contexto
Formal	Semântica	
	Não provocou qualquer influência	“Não. Acho que não”. (E3)
	Influências positivas	“Quer dizer, eu acho, na minha ideia, que o que me afectou, foi eu própria, aprendi muito (...) eu não tinha carinho, nunca soube o que era amor (...) comecei a dar amor aos meus filhos (...9 tentava acarinhá-los, só que não era suficiente (...)”. (E2)
	Influências negativas	“Afecta porque uma pessoa enerva-se, chateia-se e são os próprios miúdos que acabam por sofrer”. (E1)
	- A nível físico	
	- A nível comportamental	“A gente fica irritada e já não é aquilo que devia ser (...)”. (E1)
	- A nível cognitivo	“(…) eu não sabia se havia de fugir ou de acarinhar o meu filho [porque] ele chorava (...) eu não sabia o que fazer, meti-o em psicólogos, eu não sabia o que fazer (...)”. (E6)
		“(…) podia falar mais, mas tenho alturas em que não consigo”. (E1)
	Aumento do recurso à protecção	“Estou muito escaldada, para a vida que tive escusava de ter vindo uma filha. Parece que não mas andar com ela em tribunal para ele lhe dar os 12 contos ...e isso dá para um dia mas a filha é o mais importante ... Mas se era para separar nunca tinha tido, se eu adivinhasse não vinham os filhos, parece que não mas não havendo filhos, os filhos também não sofrem”. (E4)
		“ela nunca viu as cenas (...) estava a dormir ou no quarto e eu na cozinha”. (E4)

		<p>“ (...) vou naquele tempo ter com os miúdos. Se é de noite vou pô-los na cama, prontos, fazer de conta que nem está barulho em casa, para eles também não fiquem agitados”. (E1)</p> <p>“protegia o máximo que podia (...) fugia com eles, para ele (o marido) não fugir com eles (...)”.(E3)</p> <p>“Nunca demonstrei aos meus filhos aquilo que estava a sentir (...) o menos que os pudesse fazer entender aquilo que estava a sentir (...) aquilo que se estava a passar (...) sem estar com aquele pensamento que viram o pai a bater na mãe (...)”.(E5)</p> <p>Tentava que ele não ouvisse coisas, eu dizia: vai para casa da avó (...) evitava sempre que ele estivesse, quando era de noite não podia evitar (...) fazia com que ele fosse mais cedo para a cama para ele não assistir às coisas”. (E6)</p>
--	--	--

Tema: Impacto da violência conjugal nas práticas educativas parentais

Categoria: Práticas parentais

Sub-categoria: Alturas em que sente dificuldades no exercício das práticas parentais

Unidade de análise		
Registo		Contexto
Formal	Semântica	
	Ausência de apoio sócio-familiar	“Eu não tenho quem me apoie (...) ou hei-de olhar para uns ou hei-de olhar para outros (...)”.(E1)
	Problemas de saúde	“Só sinto agora é o eu não ter saúde para poder enfrentar a minha vida (...)”.(E2)
	Dificuldades económicas	<p>“ Sou mãe de cinco filhos e tenho muitas dificuldades na vida (...)”.(E1)</p> <p>“Há alturas em que podia dar mais e não tenho (...) não tenho emprego. Não tenho possibilidade de pagar renda, tenho que viver com a minha mãe (...) se estivesse independente com a minha filha era diferente”.(E4)</p> <p>“(…) querer dar o que eles querem e não poder (...) pedirem isto, pedirem aquilo e não ter possibilidade de lhes dar”.(E5)</p>
	Sobreprotecção	“Tenho uma filha de 15 anos mas trato-a como um bebé”.(E5)
	Sem dificuldades	<p>“Não, acho que não. Não”.(E3)</p> <p>“Não. Não sinto dificuldade.” (E2)</p>

Tema: Impacto da violência conjugal nas práticas educativas parentais

Categoria: Parentalidade sem violência

Sub-categoria: Que tipo de mãe seria se não tivesse um companheiro violento.

Unidade de análise		
Registo		Contexto
Formal	Semântica	
		“ (...) seria outra(...) um bom viver se não tivesse o marido tão mau que tenho”. (E1)
“Seria outra”	Mudanças positivas na família: - Cognitivas - Relacionais	“ Mais sossego para mim e para os meus filhos”. (E1) “Se não vivesse com ele seria muito diferente, já vivi nove meses sem ele e foi tudo muito diferente”. (E1) “Melhor (...) mais dada aos meus filhos”. (E2) “Diferente (...) muito diferente. Basta-me por um prato de sardinhas (...) e eles comerem à vontade, eles (antes) não podiam fazer isso (...)”. (E2)
“Devia ser a mesma”	empowerment Sem diferenças	“Eu acho que seria uma boa mãe, uma boa esposa, eu acho que vivíamos melhor, tínhamos mais alegria em viver (...). Era boa mãe, mas agora acho que sou mais porque estou agarrada ao meu filho, porque não tenho mais ninguém, só tenho o meu filho (...) mais dedicada”. (E6) “Seria a mesma (...) ultrapassei sempre as minhas dificuldades (...)”. (E5)
“Não vinham os filhos”	Arrependimento materno/preocupação com as vivências dos filhos	“Não sei, acho que devia ser a mesma, devia ser a mesma, acho que sim, seria igual”. (E3) “Foi uma coisa que nunca me passou pela cabeça. Estou muito escaldada, para a vida que tive escusava de ter vindo uma filha (...) se era para separar nunca tinha tido. Se eu adivinhasse não vinham os filhos, parece que não mas não havendo filhos, os filhos também não sofrem”.(E4)